Ao ouvido de M.me X

OBRAS DE JÚLIO DANTAS

POESIA

Nada (1896) — 2.ª edição.
Sonetos (1916) — 3.ª edição.

PROSA

Outros tempos, inquéritos médicos às genealogias reais portuguesas, etc. (1909) — 2.ª edição augmentada.
Figuras de ontem e de hoje (1914) — 2.ª edição.
Pátria Portuguesa (1914) — 4.ª edição, no prelo.
Ao ouvido de M.me X (1915) — 4.ª edição.
O amor em Portugal no século XVIII (1915) — 2.ª edição
Mulheres (1916) — 4.ª edição.
Eles e Elas (1918) — 2.ª edição.
Espadas e Rosas (1919) — 4.ª edição, no prelo.
Como elas amam (1920) — 2.ª edição.
Abelhas doiradas (1920).
As Grandes Batalhas — no prelo.

TEATRO

O que morreu de amor (1899) — 4.ª edição.
Viriato Trágico (1900) — 2.ª edição.
A Severa (1901) — 4.ª edição, no prelo.
Crucificados (1902) — 3.ª edição, no prelo.
A Ceia dos Cardeais (1902) — 23.ª edição.
D. Beltrão de Figueirôa (1902) — 4.ª edição.
Paço de Veiros (1903) — 3.ª edição.
Um serão nas Laranjeiras (1904) — 3.ª edição.
Rei Lear (1906).
Rosas de todo o ano (1907) — 8.ª edição.
Mater Dolorosa (1908) — 4.ª edição.
Santa Inquisição (1910) — 2.ª edição.
O Primeiro Beijo (1911) — 4.ª edição.
D. Ramon de Capichuela (1912) — 2.ª edição.
O Reposteiro Verde (1912) — 2.ª edição.
1023 (1914) — 2.ª edição.
Sóror Mariana (1915) — 3.ª edição.
Carlota Joaquina (1919) — 2.ª edição.
D. João Tenório (1920).
A Castro (1920).

A data indicada para cada obra é a da sua primeira edição

JÚLIO DANTAS
Sócio efectivo da Academia das Sciências de Lisboa
Da Academia Brasileira de Letras

Ao ouvido de M.me X

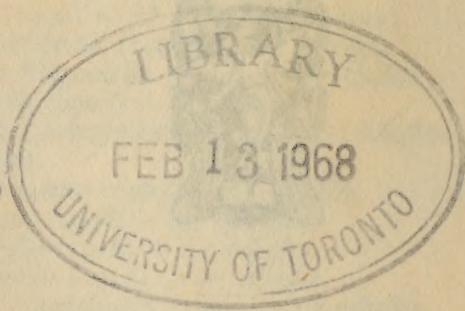
O QUE EU LHE DISSE DAS MULHERES — O QUE EU LHE DISSE DA ARTE — O QUE EU LHE DISSE DA GUERRA — O QUE EU LHE DISSE DO PASSADO

4.ª EDIÇÃO

PER ORBEM FULGENS

LISBOA
PORTUGAL-BRASIL LIMITADA
SOCIEDADE EDITORA
58 — RUA GARRETT — 60

RIO DE JANEIRO
COMPANHIA EDITORA AMERICANA
LIVRARIA FRANCISCO ALVES

Imprensa PORTUGAL-BRASIL Rua da Alegria, 100 — Lisboa

os meus queridos amigos

Prof. Augusto Monjardino
Dr. José da Costa Nery

Com muito reconhecimento

O QUE EU LHE DISSE DAS MULHERES

UM BEIJO

Minha querida amiga.—Não há dúvida. Dê-me as suas lindas mãos, aperte-as bem nas minhas, felicite-me, alegre-se comigo. Estou muito menos velho do que supunha. Sabe você quem mo revelou? Miss Ellen. Desde os trinta anos que eu me sentia envelhecer. Cada hora, cada minuto, cada instante trazia-me a revelação duma ruga, duma fadiga, dum cabelo branco. Há muito tempo que os anos, que passavam, não tinham senão outonos para mim. E afinal, minha querida amiga,—ilusão, tudo ilusão. Miss Ellen acaba de convencer-me. Respiro mocidade, trasbordo de mocidade. Duvida? Eu lhe conto.

Miss Ellen tem uma cadelinha. Tôda a gente conhece em Lisboa a cadelinha de Miss Ellen. Chama-se *Fly*, — mais delicadamente *Mistress Fly*. *Skye-terrier*, felpuda, artrítica, rabujenta, invejosa, a dona adorava-a talvez precisamente por isso,—por ser invejosa, rabujenta, artríti-

ca, felpuda e *skye-terrier*. As mulheres não se dão ao trabalho de justificar e de analizar as suas afeições, — e Miss Ellen é bem uma mulher. uma deliciosa mulher de dezoito anos, ágil como um gamo, fresca como uma aguarela, loira como um copo de Rheno, e possuìdora de tôdas as detestáveis qualidades e de todos os encantadores defeitos que fizeram a fortuna dêsses dois maravilhosos produtos da civilização inglesa: os cavalos de corridas e as raparigas de dezoito anos. Ora ontem, quando eu estava em casa de Miss Ellen, ou melhor, dos pais de Miss Ellen, tomando um tranqùilo chá das cinco horas entre o último livro de Bernard Shaw e um admirável Delft do século XVIII, — a cadelinha adoeceu de repente. Nunca tinha tido aquilo. Eram convulsões. As criadas correram, o chá entornou-se, Miss Ellen voou, — e dali a pouco, com manifesta estranheza minha, vieram chamar-me para prestar socorros médicos a *Mistress Fly*. Disse, é claro, que não tinha tido a honra de me formar positivamente nessa faculdade. Mas Miss Ellen apareceu-me com as lágrimas nos olhos e a cadelinha nos braços, pediu, suplicou, fitou-me com os seus olhos de criança, muito grandes e muito azúis; aquela scena de família comoveu-me, — e eu não tive remédio senão resolver-me a acabar de matar o mais conscienciosamente possível a cadelinha de Miss Ellen. Despi

o fraque, pedi uma banheira, água quente, um termómetro de banho, meti eu mesmo *Mistress Fly* numa tina de água a quarenta graus, receitei magnézia Henry para lhe deitar no leite, e quando eu supunha vêr o animal encolher-se, sucumbir, acabar-me nas mãos, *Mistress Fly* reanimou-se, espertou, rabujou, sacudiu-se, foi enxugar-se no colo da dona, e, daí a pouco, Miss Ellen, doida de alegria, o cabelo em desalinho, a face afogueada como um pêssego maduro, deitando a cadelinha doente na sua própria cama, prometia-me solenemente um beijo, um grande e longo beijo, se a sua querida *Fly* estivesse boa no dia seguinte. Á noite, quando eu vestia a minha casaca para jantar com um amigo, chamaram-me ao telefone. *Alló!* Era Miss Ellen. Não falou; chilreou, cantou. Que a cadelinha já estava muito bôa, que eu era o melhor médico que ela conhecia, e que vinha a minha casa no dia seguinte, na volta do seu *footing,* dar-me o grande beijo que me prometera. Com franqueza, eu nem me lembrava já do beijo de Miss Ellen. Não pensei sequer que Miss Ellen era uma inglesa, — e, por conseguinte, exacta, rigorosa, pontual, incapaz de deixar de cumprir uma promessa, ainda mesmo que tivesse prometido a coisa mais absurda do mundo. — «Até àmanhã!» — «Está dito; até àmanhã». Pousei o auscultador. O beijo de Miss Ellen era, portanto, uma rea-

lidade. Jantei mal. As danças húngaras de Brahms enervaram-me. Um *Pommery* muito doce, muito loiro, que tremia na minha taça como uma grande pedra preciosa, pareceu-me uma bebida execrável. O meu amigo *X.* falou-me vagamente de metalurgia, dos fornos Siemens-Martin, das vantagens do emprêgo do crómio para se obter o máximo de elasticidade do aço. Não o ouvi. Miss Ellen não me saía do pensamento. Todo o encanto, tôda a graça fresca e luminosa da rapariga inglesa, que Gainsborough surpreendeu na *Duquesa de Devonshire,* Lawrence na face rosada de *Lady Carrington* e John Opie no adorável retrato da *Mulher de branco,* apareciam-me vivos, claros, musicais na suavidade infantil de Miss Ellen, na sua elegância nobre e fácil, na sua pele sàdia de criança, na sua bôca inteligente em cuja polpa saborosa havia, ao mesmo tempo, a frescura duma flor e a lanugem doirada dum fruto moço. A idéa de que poderia, um momento, aspirar aquele perfume, beijar aquela maravilha, começou, visívelmente, a perturbar-me. Quando cheguei a casa, essa idéa tornara-se uma obsessão. Estaria eu apaixonado por Miss Ellen? Mas Miss Ellen não tinha metade da minha idade, Miss Ellen era uma criança ainda! Procurei dominar-me, analizar-me, compreender-me, — e tive, então, pavor de mim mesmo. Não. Não havia dúvida. A velhice chegára, com o mais ter-

rível dos seus sintomas. O que me perturbava em Miss Ellen não era a beleza, era a mocidade; não era a mulher, era a criança. Eu tinha tantas vezes observado nos outros essa primeira manifestação de decadência, que não me foi difícil surpreendê-la em mim próprio. A predilecção amorosa pelas raparigas muito novas, essa «voluptuosidade da candura», que marca no homem o princípio da velhice, aparecera em mim, súbitamente, doentiamente, com o prometido beijo de Miss Ellen. Deitei-me. Não consegui adormecer. A idéa dêsse beijo, que havia de encher o meu dia seguinte, povoou a minha noite inteira. Preocupava-me o receio de fazer uma loucura quando Miss Ellen, com as suas liberdades de inglesa, afogueada ainda do seu *footing* matinal, entrasse pelo meu quarto. Afligia-me a idéa de poder ser grosseiro, de não conseguir dominar completamente o meu instinto de homem ao pressentir junto dos lábios o perfume dessa criança. Ouvi tôdas as horas. O coração batia-me apressado. Numa alucinação, julguei sentir já, debruçada sôbre o meu leito, a linda cabeça de Miss Ellen; roçarem-me os seus cabelos pela face como uma névoa de oiro; todo o ar rescender como se tivessem espalhado rosas sôbre a minha cabeceira, — e as duas figuras musculosas, as duas figuras possantes do *Beijo* de Rodin, que eu vira ainda há pouco no Luxemburgo,

apertadas uma contra a outra numa ânsia sagrada de posse, passaram-me diante dos olhos, hercúleas, convulsas, enérgicas, frementes...

No dia seguinte, de manhã, lia eu um número do *Studio* no meu gabinete de trabalho, quando senti chilrear à porta. Era Miss Ellen. Entrou numa revoada, num sorriso, muito alegre, muito viva, muito à vontade no seu *trotteur* irlandês de pano cinzento, um boné de lontra na cabeça, uma brochura amarela na mão. Vinha cumprir a sua promessa. Senti uma inexplicável impressão de luz e de frescura, de suavidade e de bem estar, como se me tivesse entrado pela porta dentro a primavera. Respirei tôda a candura, tôda a inocência que, como uma lufada de ar puro, se desprendia dessa figura risonha de criança, — e, com infinito assombro meu, recebi o grande beijo, o longo beijo de Miss Ellen com tanta naturalidade, com tanta pureza e com tanto respeito, como se tivesse beijado uma filha.

Como vê, minha amiga, não podia sujeitar-me a melhor prova. Miss Ellen, sem dar por isso, veio dizer-me que a minha hora de envelhecer não tinha chegado ainda. Mas os seus cabelos brancos? — perguntará você. Minha querida amiga, também você os tem, — e está uma criança.

A CHAVE

Há cêrca de um ano, quando eu examinava os documentos recolhidos do convento das Francesinhas, encontrei, entre vários maços de cartas, provisões e breves de núncios, uma chave ferrugenta embrulhada num pedaço de papel onde se lia, em bôa letra do século XVIII: «Chave do caixão de sóror Ana Joaquina Dias, morta neste mosteiro do Santíssimo Crucifixo de Lisboa aos 6 de maio de 1745».

Há pequenas coisas que enternecem. E não é às vezes fácil dizer porquê. Essa chave, guardada como uma relíquia pelas madres, única memória que restava duma pobre vida queimada no amor de Deus, pedaço de ferro que fechára uma mão cheia de cinzas, encheu-me de ternura e de piedade. Tive-a longo tempo na mão, olhei-a, considerei o seu curto espigão mordido de ferrugem, o seu pavilhão pequenino, redondo como uma moeda furada, e pensei na sombra da som-

bra que aquela chave guardára, por tanto tempo, na terra húmida de um claustro. Quem teria sido sóror Ana Joaquina? Alguma prelada da comunidade, amortalhada sumptuosamente com a mitra na cabeça e o gremial nos joelhos? Alguma donata capucha, cuja vida humilde florira em milagres?

Pousei a chave sôbre a minha mesa e continuei o trabalho. Daí a pouco, quando punha por ordem várias cartas de Frei Clemente de Ploesmel, provincial dos capuchos da Bretanha, para as madres do Santo Crucifixo, veio-me às mãos, cuidadosamente dobrada e atada com fitas de sêda branca, uma provisão do cardeal patriarca D. Tomás de Almeida, que mandava receber como religiosa de véu preto e côro a Ana Joaquina Dias, natural de Lisboa, de idade de dezoito anos, com a esmola de cem mil réis pelo noviciado e de outros cem pela profissão. Sóror Ana Joaquina era, portanto, freira de véu preto, filha de gente abastada, e morrera ao apontar dos vinte e três anos. Verifiquei a data no livro dos óbitos: estava certa. Num papel sôlto, junto com a provisão, liam-se estas palavras do próprio punho da madre escrivã: «Quando a serva de Deus sóror Ana Joaquina faleceu neste convento, as religiosas cantaram a antífona *Veni electa mea* e tôdas as rosas do jardim secaram como se as crestasse o sol». A existência da po-

bre freira começou a interessar-me. Desdobrei papeis sôbre papeis. Eram licenças dos patriarcas e do cabido em Sé vacante, petições, cartas confirmatórias dos provinciais, autênticas de relíquias, requerimentos de educandas pedindo a sua admissão, por vinte e oito mil réis e um moio de trigo, no mosteiro do Santo Crucifixo. Passaram-me ondas de nomes por debaixo dos olhos. Nenhum deles era o de Ana Joaquina. E, entretanto, o culto que as religiosas votavam à sua memória, aquela chave de caixão carinhosamente guardada, aquela fita de sêda atando a provisão do noviciado, animaram-me na certeza de vir a descobrir, mais cedo ou mais tarde, o drama da pobre capucha. Não me enganei. Entre os papeis de madre Paula Maria de Gusmão, religiosa de Santa Clara de Santarêm, transferida para as Francesinhas para poder consultar médicos na doença de que morreu, apareceram por acaso três ou quatro folhas sôltas onde se apontavam as contas da venda da fruta do convento, e em cujo verso, nuns pobres apontamentos evidentemente escritos por mão de mulher, surgiu de novo para a minha curiosidade o nome de sóror Ana. Eram as primeiras folhas de umas memórias da sua vida, escritas por ela própria. Desprendia-se dêsses papeis, como duma capela fechada, um perfume longínquo de flores mortas. Li-os, com ternura e respeito. Fiquei sa-

bendo então quem era no século sóror Ana Joaquina, e qual o drama doméstico que a levára a amortalhar-se no hábito de Santa Clara.

Numa casa de Lisboa, ao Arco dos Pregos, moravam em 1740 duas irmãs, órfãs de pai e mãe, uma solteira, de nome Ana, outra casada, Antónia, mulher de um mercador de meias de sêda que tinha loja de campaínha nos arcos do Rocio e que se fizera de vela havia um ano para Pernambuco, onde o pai, negociante de panos, acabára com uma maligna e dois mil cruzados de renda. Ana Joaquina, que era a menos bonita das duas, namorára-se dum Antão de Lemos, moço da guarda-roupa do Conde de Aveiras, estoira-vêrgas ainda muito primo de ambas, que lhe falára de casamento e lhe continuava a casa como noivo. Certa noite, pouco antes de clarear a manhã, sentiu-se um rumor como de faiança que se estilhaça no sobrado; Ana acordou em sobressalto, correu com uma candeia acesa ao quarto da irmã e encontrou-a nos braços de Antão de Lemos. Depois dessa noite, o moço do Conde de Aveiras nunca mais apareceu. Passados dois dias de angústia, em que a pobre noiva escarnecida não saíu do oratório, Antónia, de joelhos diante da irmã, pedia-lhe perdão do muito que a ofendera e confessava-lhe, sacudida de soluços, pálida de terror, que ia ser mãe. Correu todo o mês de junho. Um dia, depois do têrço,

foi chamada à pressa a comadre. Entrou rebuçada num bioco. Fecharam-se as janelas por causa dos vizinhos. Acenderam-se luzes. A criada negra passava, descalça, ajoujada com panelas de água quente. Cortou o silêncio um vagido de criança. Três semanas depois, chegava do Brasil, no palhabote «Minerva», o marido de Antónia. Encontrou risonha a mulher, e Ana Joaquina curvada, a chorar, sôbre um berço. Perguntou, estupefacto, que criança era aquela. Foi Ana que lhe caíu aos pés, proclamando, desfeita em lágrimas, a mentira da sua desonra e suplicando-lhe, como expiação da sua culpa, a solidão de um claustro e a mortalha de S. Francisco. O sacrifício consumára-se. No mesmo dia em que o mercador perfilhou a criança, Ana Joaquina, recolhida no seio de Deus, principiava o seu noviciado no convento do Santo Crucifixo. A irmã estava salva. Podia, pela vida adiante, despreocupada e feliz, conservar junto de si o filho do seu pecado.

Quando acabei de lêr, os olhos turvaram-se--me de lágrimas, e não pude furtar-me ao irresistível impulso de beijar aquela chave de ferro, pequenina e fiel, que um dia fechou para a eternidade as cinzas dum grande coração.

AS JOIAS

«*Meu amigo.*—Escrevo-te com a cabeça perdida. Passam-se à minha volta acontecimentos que não sei explicar, mas que me perturbam e me aterram. Não. Desta vez não é a minha neurastenia. É qualquer coisa mais terrível que me persegue e de que preciso desembaraçar-me a todo o transe. Mando-te essas jóias. Três aneis «marquise», de brilhantes, e um anel antigo com um topázio grande. Queimam-me as mãos. Endoideço se os não atiro para longe de mim. Guarda-os. Se os não quiseres guardar, vende-os. Passei a noite num inferno. Não posso mais. Manda-me dizer se os recebeste. É preciso que isto acabe e que eu tenha um momento de repouso.

Como tu sabes, a minha sogra morreu anteontem. Assisti-lhe à agonia. Quinze horas de horror, ao pé dum leito. Um coma diabético; uma coisa hedionda. Acabei por dormir, exte-

nuado. Ás três da madrugada, quando ela expirou, minha mulher acordou-me. Tinha mêdo de que o cadáver inchasse, e queria tirar-lhe os aneis. Olhei a mão da morta. Uma mão calma, inexpressiva, nobre, um pouco opada, azul na extremidade das unhas, aberta plácidamente sôbre o peito, numa atitude em que não se adivinhava uma crispação de agonia, uma contracção de dôr. Os quatro aneis scintilavam-lhe nos dedos, irizavam-se à luz oscilante das velas, pareciam mover-se em faíscas como se uma última palpitação de vida passasse à flor daquela carne morta. Ao pegar-lhe, senti uma impressão desagradável de frio viscoso. Larguei-a. Mas a Maria do Carmo insistiu,—que o cadáver esfriava, que era preciso, que a mãe não havia de levar as jóias de família—e as três «marquises» passaram, uma a uma, dos dedos da defunta para os dedos de minha mulher. Só voltámos para casa no dia do entêrro, à noite. Iamos atropelando uma criança. O automóvel teve uma *panne*. Quando entrávamos no quarto, um prato de Delft, sem que ninguêm lhe tocasse, soltou-se da parede e estilhaçou-se no chão. Fomos ver o pequenito: dormia. Deitámo-nos, sem uma palavra. A Maria do Carmo, fatigada, adormeceu. Eu não pude. Tinha tomado chícaras sôbre chícaras de chá, estava excitado, impressionado, nervoso. Levei duas horas às voltas na cama.

A escuridão pesava-me, afligia-me, sufocava-me. Acendi a luz e olhei minha mulher. Dormia profundamente, de costas, a mão sôbre o peito. Ou porque as mãos, especialmente na mulher, teem sempre um vago ar de família, ou porque os aneis, distribuídos pelos mesmos dedos, faíscando à mesma luz de véla, contribuìssem para me criar essa ilusão de semelhança,—o que é certo é que eu tive a impressão fulminante, a impressão exacta e perturbadora de que via diante de mim, azulada, pastosa, mole, translúcida como uma porcelana, imobilizada na mesma atitude, na mesma expressão, na mesma fisionomia, a mão opada da morta. Quis acordar minha mulher. Mas era uma puerilidade; reagi, dominei-me. O coração batia-me apressado. Cobria-me a testa um suor frio. Apaguei a luz para não vêr mais. Mas, na obscuridade, um pavor estúpido cresceu em mim, ganhou-me, devorou-me. Via já, sentia já, claramente, distintamente, a mão pálida do cadáver, surgindo, contraíndo-se, movendo-se, tocando-me, passando-me nos cabelos. Saltei da cama, gritei. A Maria do Carmo acordou, sobressaltada. Disse-lhe tudo. Era uma tolice, era uma loucura,—mas era um facto: aquelas jóias perturbavam-me; aquelas jóias adoeciam-me; aquelas jóias faziam-me mal. Minha mulher, contagiada, dominada pelo meu pavor, tirou os aneis dos dedos, nervosamente,

rápidamente, e despejou-os num guarda-jóias de Limoges, ao pé do leito. Mas nem assim consegui dormir. A Maria do Carmo, numa sonolência, gemia. No silêncio, na escuridão, parecia-me sentir os aneis movendo-se dentro da boceta de faiança. Com a cabeça perdida, levantei-me, agarrei no pequeno cofre de Limoges, levei-o para o quarto ao lado, onde dormia o meu filho, e deixei-o sôbre uma cómoda. O frio arrepiou-me: voltei a deitar-me; adormeci. Hoje, de manhã, acordei aos gritos de minha mulher: o pequeno ardia em febre. Confessei à Maria do Carmo que tinha levado as jóias para o quarto da criança. Ela olhou-me com horror, apertou a cabeça nas mãos, arquejou em soluços e desatou a chorar. Decididamente, aqueles aneis não podiam estar nem mais um minuto em nossa casa. Exalavam um fluido de desgraça e de morte. Era preciso vendê-los, dá-los, desfazermo-nos deles. Emquanto se chamava o médico, vesti-me à pressa, agarrei o chapéu, as luvas, embrulhei os aneis num pedaço de papel, meti-os na algibeira, saí, corri a casa dum ourives. Quando entrei no Cunha da rua do Oiro, agora mesmo, havia muito povo e um trem à porta. Um pobre caixeiro tinha acabado de meter uma bala na cabeça, e saía, em braços, com a cara numa posta de sangue. Fugi, como doido. Sinto que vai acontecer-me uma fatalidade se

conservo comigo estas jóias. Ai tas mando. Faze delas o que quiseres. A cabeça escalda-me. Enlouqueço. Parece que a mesma horrível mão, que me perseguiu tôda a noite, me aperta agora a garganta. Adeus. Corro a casa. Como estará o meu filho?—Teu amigo, *Pedro*».

Ao acabar de lêr esta carta, quando os quatro aneis brilharam sôbre a minha mesa de trabalho, o criado trouxe-me um telegrama. Abri-o, febrilmente:

«O Pedro matou-se. Venha depressa.—*Maria do Carmo*».

O FAROL

Eu tinha ido vizitar o farol de *N*. Era uma velha tôrre caiada, quási suspensa entre o céu e a terra, sôbre uma ponta abrupta de rocha. Assisti ao pôr-do-sol do alto passadiço do lanternim,—uma varanda circular de ferro, vermelha de ferrugem e sacudida dos temporais, montada sôbre fortes cachorros de pedra onde faziam ninho há três séculos os borrelhos e os gaivotões. Era tamanha a altura da rocha, talhada a pique sôbre o mar, que, quando me debrucei e olhei em baixo a praia, as ondas deram-me a impressão da imobilidade, e dois barcos, adivinhados entre a névoa, pareceram-me dois pontos negros. Emquanto conversava com o faroleiro, anoiteceu. Não me lembro duma noite tão húmida e tão escura como aquela. O céu, baixo e negro, pesava-nos sôbre a cabeça. Não se via o chão que se pisava. Despedi-me. O faroleiro, cuja face dura e imóvel parecia

aberta à faca num pedaço de cortiça, acompanhou-me à porta e ofereceu-me a sua lanterna acesa para o caminho. Antes de chegar ao automóvel, que me esperava na estrada, ainda eram bem dois quilómetros pela rocha,—um desfiladeiro estreito talhado nas escarpas e debruçado a tôda a altura sôbre o mar. Trazia comigo uma pequena lanterna eléctrica. Acendi-a.

—Leve antes esta, senhor doutor!—resmoneou o homem, levantando o seu enorme lanternão de ferro.—É mais segura.

—Não, obrigado.

—Ou então eu vou na sua companhia,—insistiu êle.

—Não é preciso.

—É que o caminho é mau e a noite está escura, senhor doutor.

—Eu tenho cuidado. Bôa noite.

O faroleiro puxou a gola do seu ferragoulo de saragoça e encolheu os ombros.

—Então, Nossa Senhora vá comsigo!

Quando o homem desapareceu e eu senti fechar-se-me nas costas a porta do farol, estremeci. Pareceu-me um brinquedo a pequenina lanterna niquelada que me faiscava nas mãos. Uma lufada de vento húmido açoitou-me a face. O silêncio, que me cercava, apavorou-me. Pensei um instante em voltar atrás, em chamar o faroleiro, mas dominei-me, contive-me. Tinha de

avançar. Desci, com firmeza, seis degraus abertos na rocha, e entestei pelo desfiladeiro. Era um córrego de três a quatro palmos de largo, se tanto, protegido à mão esquerda pela rocha hirsuta de mato ribeirinho, desamparado à mão direita numa escarpa abrupta, a pique sôbre o oceano. Fui caminhando entre os fraguedos e o precipício, cautelosamente, com a luz da lanterna eléctrica a tremer-me diante dos passos. De vez em quando, aqui e alêm, um penedo maior avançava da sombra, e eu tinha de abraçar-me com êle, a lanterna nos dentes, para transpôr as gargantas mais estreitas entre o abismo e a rocha. Nas voltas, a vertigem ganhava-me, tremiam-me as pernas, zumbiam-me os ouvidos; mas avançava sempre, devagar, tenteando o terreno, explorando-o com o foco errante da lanterna, agarrando-me às reigotas de mato que pungiam entre os rochedos. A altura era tanta sôbre o mar, que o rugido formidável das ondas chegava aos meus ouvidos como um murmúrio indistinto e apagado. O ar frio cortava. Os beiços sabiam-me a sal. Caíam salpicos de chuva. Apertei mais ao pescoço o meu *chandail* estofado e continuei a marcha. Ainda não tinha chegado a meio do caminho, quando notei que a luz da lanterna empalidecia. Parei, a procurar nas algibeiras uma pilha de refôrço. Inútil. Tinha-a deixado na bôlsa do automóvel. Pensei no horror de me encontrar

sem luz em pleno desfiladeiro. As fontes latejavam-me como se tivesse febre. A lanterna tremeu-me nas mãos. Apressei o passo, para não perder luz inútilmente. O foco, a princípio tão intenso que fazia chispar como oiro o cascalho do caminho, esmoreceu, avermelhou, vacilou. De repente, quando eu, abraçado com a rocha, ia vencer uma passagem difícil,—a lanterna apagou-se. Envolveu-me a escuridão mais espêssa. Um suor gelado cobriu-me a face. Senti que os cabelos se me eriçavam. Fiquei um instante cingido ao penhasco informe, as unhas cravadas na rocha, a respiração suspensa,—petrificado. Cobrei ânimo, venci o obstáculo,—mas não me atrevi a avançar. Um pavor invencível dominava-me. Sentia, em volta de mim, como uma multidão de mãos invisíveis que me puxassem, a atracção vertiginosa do abismo. Encolhi-me, agachei-me, amachuquei-me, como um farrapo, de encontro à terra. Fui caminhando assim, de rastos, palpando, tacteando. Mas o cascalho rasgava-me as mãos; sabia-me já a bôca a sangue; tive, por momentos, a impressão de que ia desfalecer. Resolvi-me a esperar ali, estendido de borco sôbre a rocha, como um sapo, que principiasse a clarear a manhã. Tinha passado talvez uma hora, uma longa e interminável hora de tortura, quando eu ouvi, sacudindo o ar, um áspero rumor de asas

sôbre a minha cabeça. Deviam ser gaivotões bravos, que voejavam adivinhando tempestade. Nisto, um sanco possante ou um remígio de ave bateram-na na face; gritos evidentes de milhafre cortaram o silêncio da noite; era a minha carne sangrenta e imóvel que atraía as aves de rapina. Ergui-me espavorido, crispei as mãos nos penhascos, finquei-me bem na rocha,—e fugi, como doido, na escuridão, pelo desfiladeiro. Dir-se-ia um vento de loucura que me impelia. A chuva chicoteava-me; as raízes hirsutas rasgavam-me a cara; saltavam-me pedras debaixo dos pés. De repente, um pedregulho maior rolou, o chão faltou-me,—e despenhei-me no abismo. Um, dois, três segundos, senti perfeitamente, nítidamente, a massa do meu corpo cortando o ar; depois, a sensação duma pancada súbita e violenta; a impressão vaga de que qualquer coisa me agarrara, me sustivera na minha descida vertiginosa; uma dôr aguda no flanco direito; a noção perfeita de que o meu corpo executara um movimento de báscula e ficara baloiçando, suspenso no espaço. Uma lufada de gêlo refrescava-me a cabeça congestionada; ouvia já mais perto o mugido das ondas; passavam-me scentelhas por diante dos olhos. Tive, então, a consciência exacta da minha situação e da minha atitude. Uma raiz, um tronco, um arbusto brotado a meia altura das escarpas

colhêra o meu corpo na quéda, farpara-me a roupa e a carne na região ilíaca direita e, como um braço possante estendido da rocha, suspendera-me no ar. A minha vida dependia agora da resistência de duas coisas frágeis: um pedaço de tecido e um retalho de pele. Um movimento que tentasse, um repelão de vento que fizesse oscilar o meu corpo,—eu iria, imediatamente, despedaçar-me nos fraguedos da praia. Começou então para mim o mais terrível dos suplícios,— o suplício sôbre-humano da imobilidade, suspenso, de braços pendentes, a cabeça a latejar, sôbre a imensidade do oceano, e sentindo, malha a malha, fio a fio, ponto a ponto, esgarçar-se e romper-se o miserável pedaço de tecido que me prendia à vida...

Nisto, acordei. O sol entrou-me a jorros pelo quarto. Nunca tinha tido um pesadelo assim.

UM DRAMA

Os melhores romances são, evidentemente, aqueles que nunca se chegam a escrever.

Ontem, recolhi mais cedo a casa. Abri, ao acaso, um livro de Vaschide e Vurpas sôbre a *Lógica mórbida*, aborreci-me vinte vezes, vi outras vinte vezes o relógio, atirei-me sôbre o meu velho *Récamier* de mogno e bronze doirado onde é tradição que dormia a sesta Junot,—e ia, por fatalidade histórica, a adormecer também, quando bateram as sete horas. Devia estar às 7 e meia no Avenida Palace. Êste inevitável jantar do Paço de Sousa, com o seu *bric-à-brac* e as suas aventuras de Londres, oprimia-me como uma trovoada próxima. Vesti a casaca, fatigado, sonolento, amarrotei nas mãos um execrável par de luvas novas, embrulhei-me no meu quimôno inglês, e ia acender o cigarro para sair, quando o criado entrou com uma carta.

—Está o portador à espera.

—De quem é?

—Não disse, senhor doutor.

Vi o sobrescrito: letra de mulher. Voltei-o: havia, sôbre o lacre doirado, vestígios de um sinete de armas. *Pattes de mouche* rápidas, nervosas, convulsas. O perfume pareceu-me conhecido. Pus-me a adivinhar a proveniência. Não atinei. Era uma carta de mulher. Abri.

«*Meu amigo.*—Hesitei muito antes de me resolver a escrever-lhe esta carta. Parto hoje para Bruxelas, inesperadamente. Não, meu amigo; não queira saber porquê. Escrevo-lhe com os olhos vermelhos de chorar e tão turvos de lágrimas, que mal vejo as pobres letras que lhe mando. Há de ouvir falar muito de mim. Hão de dizer-lhe da sua pobre amiga tôdas as ignomínias e tôdas as torpezas. Acredite-os. Deve ser tudo verdade. Eu nem já tenho o direito de exigir que me respeitem. Esqueci tudo, perdi tudo,—abdiquei de tudo. Aqui me tem, com as minhas pobres mãos nas suas, a dizer-lhe adeus e a pedir-lhe o que só a um grande amigo pediria. Deixo-lhe, confiado à sua guarda, um pouco da minha alma e da minha vida. De tôdas as afeições que me restam, fiéis nos bons e nos maus momentos, escolhi-o a si. Perdôe-me. Disse-me um dia, brincando, que queria ser o padrinho dêle. A ninguêm melhor o poderia confiar, neste

doloroso e delicioso instante em que deixo Lisboa,—talvez para sempre. Entrego-o ao seu coração, à sua bondade, à sua ternura. Trate-o bem. Seja amigo dêle. Leva ainda, nas mãositas brancas, os meus últimos beijos e as minhas últimas lágrimas. Quanto me custou a deixá-lo, pobre amor! Aí o tem. É seu. Quis ainda que êle fôsse comigo,—mas era impossível. Como havia de fazer esta longa viagem até Bruxelas,—impertinente e doentinho como está! E depois, que será àmanhã a minha vida,—que serei eu própria, àmanhã? Não me esqueci de nada. Vão com êle os seus brinquedos predilectos. O portador, que é o meu velho criado António, leva ordem de lhe entregar tudo. Receba-o e fale-lhe. Que atracção que nós outras, mulheres, temos para o abismo,—e como eu me sinto, neste instante em que lhe escrevo, horrívelmente feliz e deliciosamente desgraçada! Adeus. Beijo as suas mãos amigas. Dê-lhe, ao pobre querido, o meu último beijo. A cabeça escalda-me, sinto vertigens. É a hora do *Sud*. Uma vez ainda,—adeus. Sua amiga,—*Luísa*.»

—Está aí o portador da carta?—preguntei eu ao criado.

—Está, sim, senhor doutor.

—Mande entrar.

O António, tipo de escudeiro de casa nobre

provinciana, vestido de preto, os olhos inflamados de chorar, surgiu à porta. Trazia nos braços uma espécie de berço de vêrga, acolchoado e coberto como um açafate. Aproximei-me, inquieto, —e abri.

Era um gato francês, branco e desdenhoso, soberbo e indiferente, que me olhou com estranheza e se espreguiçou, ronronando, entre uma grande bola de celulóide e uma cabeça vermelha de Polichinelo.

A AGUA MOVE-SE

Nessa mesma noite, soube que a mãe do meu amigo Pedro de Sousa estava gravemente doente. Corri a Buenos-Aires. Havia automóveis à porta, entre o nevoeiro. Bati, entrei. Pedro caíu-me nos braços, a soluçar. Fôra um ataque fulminante de urémia aguda. Era um caso perdido.

Conversámos uns minutos na biblioteca. Fumámos um cigarro. Ouvi a história da doença. A agonia durava há oito horas. A doente, inchada, roncava em *Cheyne-Stokes*. Depois, o passado, recordações, virtudes, lágrimas. Um tapête espêsso abafava-nos os passos. Uma faiança espanhola lampejava a um canto. Pelo corredor escuro passavam criados nos bicos dos pés. Quando acabámos de fumar, Pedro mostrou-me o desejo de que eu visse a mãe. Acedi. Atravessámos uma salinha Luís XVI, ofuscante, onde conversavam mulheres. Cruzámos um corredor. Entrámos no quarto da moribunda. Um

corpo inchado e enorme, joelhos levantados, arfava, de costas no leito, sob uma coberta branca. A luz baixa de uma vela fazia subir, flutuar, alastrar pela parede a sombra oscilante daquela montanha de agonia. Entrei, devagar, a respiração instintivamente suspensa. Olhei a face daquela mulher, que eu conhecera no outono de uma senhoril beleza: estava roxa, opada, coberta de suor, os olhos vidrados e abertos. Fixei-a um momento: parecia envolvê-la um nevoeiro quási imperceptível. Atentei mais: um tremor fibrilar agitava-lhe os lábios. Tinham armado sôbre uma mesa um pequeno altar. Agachada na sombra de um armário holandês, uma criada velha chorava, em silêncio.

—Êste horror durará muito?—perguntou-me o meu amigo, olhando a mãe com comoção profunda.

—Algumas horas, ainda.

Sentámo-nos ao pé do leito. Durante algum tempo, não trocámos uma palavra. Entretive-me a observar a moribunda, a seguir-lhe os ritmos respiratórios. Roncava, farfalhava-lhe a garganta, a face balofa, entumescida, parecia inflar-se na expressão do sôpro. Era um espectáculo hediondo. Quando me voltei para o Pedro, na intenção de o afastar dali, notei que o seu olhar se fixava obstinadamente num ponto. A princípio, não percebi o que lhe prendia a atenção. Era, de-certo,

pela direcção do olhar, qualquer coisa que se encontrava sôbre uma credência, à cabeceira da cama. Segui-o: olhava fito, ansioso, immóvel.

—Que estás tu vendo?

O meu amigo estremeceu como se acordasse, passou a mão pela testa congestionada e disse-me, sem desviar os olhos, indicando um copo de vidro cheio de água que estava à cabeceira da moribunda:

—Repara naquele copo.

—Que tem?

—Não vês?

—O quê?

—A água move-se.

Era exacto. A água oscilava levemente no copo. Não me pareceu que isso tivesse nada de extraordinário. Naturalmente, uma casa mal construida. Edificações modernas, com muita madeira, elásticas, pouco sólidas. Bastava a passagem de um carro eléctrico para as fazer estremecer. Em breve, porêm, convenci-me de que a oscilação da água era constante. O facto tinha explicação ainda. O copo encontrava-se sôbre uma credência frágil. Fácilmente se lhe comunicaria qualquer leve movimento de trepidação, mais ou menos intenso, produzido no mesmo andar ou no mesmo edificio. O meu amigo acolheu estas tentativas de interpretação com um sorriso doloroso. Intrigado, pedi-lhe licença para colocar o

copo sôbre um móvel mais pesado, mais estável. Êle próprio o transportou para cima de uma cómoda velha de ferragens, acaçapada, enorme. Olhámos fixamente, durante um instante. A água continuou a mover-se, como se a agitassem mãos invisíveis. As oscilações foram por vezes tão largas, que algumas gôtas de água rolaram sôbre o tampo encerado da cómoda. Não se tratava, manifestamente, de qualquer trepidação transmitida ao copo, mas de um movimento comunicado directamente ao líquido. Em volta, todos os objectos se conservavam immóveis. Uma balança de pesar cartas não acusava a mínima oscilação. Não pude furtar-me a uma viva impressão de mal-estar, que o meu amigo notou. Um arrepio crispou-me a pele. Ouvia-se, mais rouco, mais áspero, o estertor da moribunda. A sombra dos seus joelhos agudos galgava, flutuando, pela parede. O chôro da criada dava-me a impressão de um uivo longínquo. Uma senhora loira, vestida de preto, vermelha de chorar, assomou à porta. Eu não podia afastar os olhos do copo. Aquela inexplicável agitação da água, que brilhava, e tremia, e oscilava no vidro, atraía-me como uma obsessão.

—Já observei isto por três vezes,—disse-me o meu amigo, mortalmente pálido.

—Tu?

—A primeira, antes da morte de meu pai; a

segunda, antes da morte de minha mulher. Á cabeceira dos agonizantes, a água move-se.

Encarei-o, num involuntário movimento de estranheza. O Pedro, aparentemente calmo, colocou de novo o copo sôbre a credência, e continuou:

—Só pára no instante da morte. Quando o moribundo acaba, a água aquieta como por encanto. Não suponhas que se trata de uma ilusão fácil devida à perturbação do meu espírito. Não. Eu vi. Viram tôdas as pessoas que se encontravam junto de nós. Não tenho a pretensão de explicar os factos. Constato-os, apenas. Durante a espantosa agonia de meu pai, a água de um copo que êle tinha à cabeceira oscilou incessantemente. Quando minha mulher estava a morrer de uma febre puerperal, o turbilhão foi tão intenso, que uma colher de prata, dentro do copo, moveu-se. No momento da morte, a água serenou, como se tivesse instantâneamente gelado. Dir-se ia que uma vibração especial se comunica aos objectos que rodeiam os moribundos. Parece que nessa luta tremenda entre fôrças vitais e energias destruìdoras, se gera movimento. Sobretudo nas longas agonias, nas grandes distanásias, durante a devastação lenta de organismos vigorosos e resistentes, como no caso de minha mulher, essa vibração é sensível, transmite-se a tudo, percebêmo-la em nós próprios, e quando

cessa, no instante da morte, traz-nos, numa súbita descarga nervosa, um sentimento brusco de alívio. Desde que minha mãe entrou na agonia, há oito horas, eu sinto em mim, percorrendo-me o corpo, sacudindo-me os nervos, essa impressão de movimento, indefinível e ansiosa...

Nisto, ouviu-se um grito estridente. A criada velha atirou-se de encontro ao leito, como um farrapo. Uma cadeira caíu, com estrondo. Sentiu-se um murmúrio de oração.

—Vê!—exclamou Pedro, numa terrível expressão de serenidade, apontando o copo onde a água se immobilizára instantâneamente.

A mãe estava morta.

OS AZULEJOS

«*Meu amigo:*—Faço cincoenta anos hoje,—e caso-me um dêstes dias. São duas fatalidades. Não te escondo, entretanto, que a segunda é muito mais agradável para mim do que a primeira. Casamento de conveniência? Não. Casamento de amor. Cheguei há três dias, de visita a meu filho, que está casado ainda não há um mês e vive nesta deliciosa quinta dos *Alfinetes*,—onde há os mais lindos azulejos de cabeceiras que os meus olhos teem visto. Não perdi o tempo. No primeiro dia apaixonei-me; no segundo pensei em fugir; no terceiro estava noivo. E o que é mais curioso, é que foi precisamente a meu filho que eu tive de pedir a mão da minha futura mulher. A vida reserva-nos surprêsas extraordinárias, meu amigo. Quando há três dias, numa clara manhã de sol, vinha no meu automóvel a caminho de Marvila, sorvendo a largos haustos a primavera, na inteira posse

dêsse sentimento de plenitude e fôrça, que é a mais veemente expressão da alegria de viver, — eu dizia comigo, lembrando-me de meu filho: — «Pobre rapaz! Casar-se tão novo, perder tão novo a sua liberdade!» E hoje, cincoenta e duas horas depois, na doce luz desta grande sala de azulejos D. João V, ao escrever-te esta carta, num alvorôço quási infantil, numa impressão de singular contentamento que me enternece até às lágrimas, eu penso absolutamente o contrário, — penso que o que é doloroso é casar tão velho, que o que é triste, é ter vivido tão só, e que a liberdade, afinal, só serve na vida para nos dar o prazer de nos desfazermos dela. Sim, meu caro, — vou casar-me. Quando se tem a minha idade, estas palavras cantam-nos no ouvido, penetram-nos como um perfume, embebedam-nos como um vinho capitoso. Vou casar-me. E com quem? Com a mãe de minha nora. Quási com a mãe de meu filho. Trinta e quatro anos. Uma irmã — ao pé dêle. Uma criança — ao pé de mim.

Mas como foi isto? — perguntarás tu. Foi simples, meu amigo. Simples como tôdas as coisas sérias. Sabes que eu estava em Londres quando meu filho se casou. Antes de partir, tinha-o deixado livre, risonho, feliz, — suficientemente preocupado com a mulher dos outros para que não lhe passasse pela cabeça a idea de se casar.

Uma bela manhã, estremunhado, recebi dêle uma carta cheia de confidências, de projectos, de reflexões,—de gravidade. Encontrara a alma gémea da sua. Loira, 16 anos, viva, alegre, quási rica, vivendo numa quinta dos arredores de Lisboa com uma mãe encantadora que parecia irmã dela. Respondi-lhe que era tolice,—e que viesse êle até Londres. Insistiu: que ia casar-se, —e que me esperava em Lisboa. Telegrafei-lhe: tinha resolvido só,—casasse só. Não se perturbou. Dias depois, dentro de uma carta dêle, vinha um retrato dela. Não há melhor argumento do que a beleza, meu amigo. Lembras-te de um delicioso retrato de *mistress* Hoare, que Reynolds pintou com a leveza e a graça de um sorriso? Pois minha nora parecia-se com o retrato de *mistress* Hoare. Estavam casados. Respirei, com enternecimento, a ilusão de frescura que me traziam aqueles 16 anos; sorri, sem querer, para os seus olhos de criança naturalmente azúis; não sei porquê, comovi-me; senti um irresistível desejo de beijar aquelas mãos nobres, aquela testa tranqùila; achei, vinte vezes, que meu filho tinha tido razão:—corri a *Regent Street*, comprei um fio de pérolas nos joalheiros Elkington, passei um telegrama, fiz as malas,—e, no primeiro paquete, parti para Lisboa.

Quando cheguei, vi, com surprêsa, que ninguêm me esperava. Um dia admirável de pri-

mavera. Meti-me num automóvel e mandei seguir para Marvila. Vinha farto dos nevoeiros de Londres, — tão detestáveis como a música de Wagner. Enchi os pulmões de ar e os olhos de sol. Uma atmosfera de oiro fluido estremecia sôbre terras húmidas e verdes. Cintra azulava-se ao longe. E emquanto o *Benz* rodava sôbre uma estrada impossível, — eu ia pensando nessa criança que nunca vira, que o acaso, pseudónimo de Deus, fizera quási minha filha, e cuja beleza ingénua, na expressão apagada dêsse pobre retrato, fôra bastante para me dominar e para me convencer. E a curiosidade penetrava-me. Qual seria, ao certo, a côr dos seus olhos? Que timbre teria a sua voz? Parecer-se ia, realmente, com o retrato de *mistress* Hoare? Que faria ela quando a minha ternura de pai lhe abrisse os braços? De que côr estaria vestida? Como seria o seu sorriso? E o automóvel saltava nas pedras da estrada; espreitavam no caminho hortas viçosas; corriam gestos de árvore, bracejando; uma névoa doirada descia, scintilava, escorria pelos muros caiados, pelas terras barrentas e vermelhas, pelos troncos hisurtos e enormes. Chegámos, emfim. Era ali a quinta dos *Alfinetes*. Um casarão português do século XVIII, cheio de pitoresco e de carácter, com o seu pátio solarengo, o seu jardim Le-Nôtre, o seu buxo tosquiado, os seus Amores de pedra. Um criado velho re-

cebeu-me, risonho, acolhedor, modesto. Entrei para uma grande sala, um pouco escura, de tetos de tumba e silhares joaninos de azulejo, que espelhavam em cabeceiras. Daí a pouco, uns passinhos miúdos bateram rápidos, atravessaram a sala próxima, e uma figura de mulher apareceu num sorriso, loira, rosada, fresca, palpitante de mocidade, como se tivesse arrastado comsigo um pouco de sol e de primavera. Olhei-a, deslumbrado. Não havia dúvida. Era o retrato de Reynolds. Era a noiva de meu filho. Abri-lhe os braços. Mas, quando ia a avançar para estreitá-la ao peito, ela recuou confusa, esboçou um gesto tímido e murmurou, sorrindo:

— Perdão... Eu sou a mãe...

Não te admiras, de-certo, meu amigo, de que eu daí a meia hora estivesse doido, de que no dia seguinte pensasse em fugir para Londres, e de que hoje tenha pedido a meu filho, com a maior gravidade do mundo, a mão de sua sogra. Os filhos são o demónio. Eu a não querer que êle casasse, — e afinal foi êle que me casou a mim.

Teu amigo, — *Miguel.*

UM CLIENTE

Depois de uma conferência a um amigo doente —pouco mais ou menos uma hora da madru-gada—reùnimo-nos no Tavares, em volta de ım bule de chá. Éramos três médicos. O velho loutor *N.*, friorento, mal humorado, a barbicha ›ranca de sátiro espalhada sôbre o *cache-col* de ã dos Pirenéus; o meu amigo doutor *C.*, riso-ıho, adunco, semita, coberto de um chapéu nole de abas largas que lhe dava o ar holandês le um dos síndicos de Rembrandt,—e eu. Cho-/iscava, fóra. Entravam mulheres, embrulhadas :m grandes capas de teatro. Na nossa frente, :arinhosas, translúcidas, fumegantes, bocejavam rês chícaras de porcelana inglesa. Conversou-se. \necdotas. Casos clínicos. A vida de hospital.)s episódios de consultório. E o doutor *N.*, na ;ua voz rouca, nos seus gestos curtos, sacudi-lamente, sugestivamente, contou:

—«Faço clínica há quarenta e dois anos.

Nunca me incomodei tanto como há três meses, no meu consultório. É sempre novo o drama humano. Imaginem vocês que me entra pela porta dentro, um belo dia, logo ao princípio da consulta, um rapaz baixo, vestido de luto, olhos grandes, aspecto doentio, côr um pouco biliosa, — desconhecido. Cumprimenta ligeiramente, deixa sôbre a otomana uma brochura amarela e um pequeno ramo de rosas, senta-se ao pé de mim, e afectando uma serenidade que visívelmente não tinha, os olhos inquietos, a face crispada, queixa-se-me de insónias e de excitações nervosas freqùentes. Levanto-me para o observar. Objecta-me que é inútil. Olho-o: os lábios tremem-lhe, os dedos vacilam-lhe. Abotoa e desabotoa, agitado, os botões do *pardessus*. Reluz-lhe, na mão direita, um anel de armas. A sua expressão é cada vez mais inquieta, mais dolorosa. Encaro-o com fixidez: baixa os olhos. A pele da face, sêca e árida, cobre-se-lhe de um suor viscoso. Pergunto-lhe o motivo da sua visita. Começa a falar com dificuldade. Palavras vagas, trémulas, hesitantes, dando-me a impressão de um paralítico geral. Refere-se a graves crises morais na sua vida. Alude à morte de determinada mulher, — uma francesa que trouxera, havia dois anos, de Toulon. Fala em ruína inevitável, em liquidação moral, em vergonha. Eu escuto-o, com irreprimível desconfiança,

seguindo-lhe o olhar, observando-lhe os movimentos. Vejo que estou em presença de um excitado. Noto que a sua mão direita se move, mergulhada no bôlso profundo do casaco. Sigo-o, perscruto-o, dissimulo uma atitude de defesa. Pede-me um hipnótico. Insisto em observá-lo. Recusa-se. Quando lhe entrego a receita — um pouco de veronal — fala-me em suicídio. Interrogo-o, imperiosamente. Confessa-me que há oito dias pensa em matar-se. É a sua idea fixa. Não pode viver. Não deve viver. Tento dissuadi-lo. Sorri. Os beiços tremem-lhe, os olhos ardem-lhe de febre. Não se suicidou há mais tempo por cobardia. Mas tem de fazê-lo, — lógicamente, inevitávelmente. Preocupa-o apenas, nas suas insónias horríveis, o mêdo da dor física. É um pavor invencível. O momento supremo, o instante formidável que separa a vida da morte, — aterra-o. Tem o horror do sofrimento. Queria a certeza de um suicídio brusco, rápido, infalível, terminante. A idea de sofrer doze horas, vinte e quatro horas, brutalmente, com uma bala na cabeça, — é superior às suas fôrças. A idea, mais terrível ainda, de que ninguêm o ouviria, de que ninguêm lhe acudiria, de que não teria um médico ao pé de si, de que morreria como um animal, no silêncio espêsso de um quarto, sem poder gritar, — absorve-o, domina-o. Passeia pela casa, agitado, as mãos nos bolsos.

Eu olho-o, observo-o, sigo-o sempre. Quer saber se as feridas por arma de fogo fazem sofrer muito. Como me vê sorrir, pergunta se a proximidade de um médico e os socorros rápidos podem aliviar êsse sofrimento. Respondo-lhe que sim. Cavam-se-lhe na fronte duas rugas enérgicas. Abre a carteira, tira uma nota, põe-ma sôbre a mesa. Aperta-me a mão, nervosamente. Vai à otomana para buscar o livro e as flores. Demora-se um instante, de costas. Estoira um tiro. O corpo amachuca-se-lhe no chão, como um farrapo. A cabeça ensanguentada bate no soalho, num ruído sêco. Corro. Estava morto. Nunca tive meia hora mais desagradável em tôda a minha vida de médico.»

O chá esfriara nas taças. Ao fundo, em plena luz, uma mulher loira, ria. Um inglês saboreava, gravemente, um *cocktail*. Debaixo da chuva, que caía incessante, despedimo-nos os três sem uma palavra.

PAI

Meu amigo. — A minha filha casa àmanhã, às 2 horas da tarde. Aí te mando uma procuração para que me representes nesse acto. Á hora a que êle se realizar, já eu estarei longe de Lisboa. Parto àmanhã mesmo, no *Sud*, para Paris.

Tudo isto te deve parecer muito extraordinário. Conversaremos, depois. Há sentimentos que necessitam de uma longa calma para que nós próprios os possamos compreender. Eu atravesso uma crise de excitação e de fadiga que me não permite um minuto de reflexão serêna. Creio que estou doente. Estou, pelo menos, numa situação de espírito lamentável. Quando receberes esta carta, já eu terei partido. Vai a minha casa, fala a minha filha, dize-lhe que um negócio urgente me obrigou a seguir hoje mesmo para o estrangeiro e que não tive coragem para me despedir dela. Antónia é tua amiga. Nenhuma outra mão, mais afectuosa do que a tua, poderia

enxugar as lágrimas que eu lhe farei chorar àmanhã. Dize-lhe que lhe peço perdão. Explica também a minha irmã a minha ausência forçada. Ela nada sabe. É a madrinha. Há de excitar-se e dizer-te coisas desconexas. É preciso ouvi-la com caridade. Tu possues a arte subtil e delicada de saber ser amigo como ninguêm. Fica nas tuas mãos tudo quanto me resta na vida.

Escrevo-te às 3 horas da madrugada, rodeado de *colis*, numa pequena mesa do meu quarto. Tudo está pronto para a partida. Há em volta de mim um silêncio que me horroriza e me perturba. As mãos tremem-me. Eu estou, por fôrça, muito doente. Vou ver se consigo uns instantes de calma para te dizer o que é preciso que tu saibas ainda. Tomei uma colher de brometo;—vou aquecer as mãos ao fogão. Não, meu amigo. Nenhum negócio me chama, nenhum motivo de urgência me leva a Paris. Eu parto, por que não posso, por que não quero estar aqui àmanhã. É superior às minhas fôrças. Parto,—para não assistir ao casamento de minha filha. Eu não saberei explicar-te o que neste momento se passa no meu espírito,—por que sou o primeiro a não o entender. Mas vou reùnir factos, perscrutar sentimentos, — vêr se tu me compreendes e se eu me compreendo a mim próprio. Como sabes, eu não tinha outra família. Desde a morte de minha mulher, a Antónia era a minha amiga, a mi-

nha confidente, a minha coragem, o meu sorriso, tôda a alegria da minha casa, tôda a razão da minha existência. Enchia-me a vida de encanto, de mocidade, de ternura. Era ela que me fazia justo. Era ela que me fazia bom. Nas horas amargas, nas horas difíceis — e tu sabes se as tive como ninguêm! — era dela que me vinha a fôrça, a inteligência, a ambição e a vontade. O seu perfume envolvia-me, imprègnava-me, respirava comigo, acompanhava-me para tôda a parte como uma sombra. Os seus passos cantavam nos meus ouvidos. A névoa doirada dos seus cabelos dava-me a impressão singular de que era sempre manhã ao pé de mim. Eu não tinha um desejo que não fôsse o dela, uma vontade que não fôsse a sua... Um dia, comecei a estranhá-la. Dir-se ia que a sua ternura por mim esfriara de repente. Via-a distraída, desinteressada, alheia, superficial, súbitamente alegre hoje, inexplicávelmente triste àmanhã, — e tive a impressão clara, exacta, de que aquela criatura, que era tôda a minha alma, principiava a sentir-se uma estranha na minha vida. E, com mêdo de a interrogar a ela, — perguntava a mim mesmo qual poderia ser a razão de tão súbita frieza, de tão imprevista mudança de sentimentos e de carácter. Fui o último a sabê-lo. A Antónia namorara-se do homem que vai ser seu marido àmanhã. Um mal-estar inexplicável começou, desde

então, a separar-me da minha filha. Cheguei a tratá-la mal, com desamor e com crueldade. A minha vida modificou-se. Todos me estranharam, — até tu próprio. Passavam-se noites que não recolhia a casa. Eu, que era moderado e sóbrio, arruìnei-me, extenuei-me, bebi. Aquilo a que tu chamavas «as desordens da minha menopausa», não era senão o drama da minha filha. Tivemos, finalmente, uma explicação. Ela foi pedida. Nada tinha que opor à pretensão dêsse homem: não tinha sequer o direito de opor-me. Resignei-me. Cedi. Mas os dias passaram. Cada vez a idea do casamento da Antónia se tornava para mim mais dolorosa e mais intolerável. Eu não sei explicar-te bem, — mas chegava a magoar-me fisicamente a idea de que essa mulher, que era o meu orgulho e a minha virtude, a minha honra e a minha beleza, o meu sangue e a minha vida, ia ser conspurcada, brutalizada pelos braços de um estranho. E sofria, diabólicamente, em silêncio, só da previsão dessa afronta suprema; e o pensamento doentio, estúpido, mas vivaz e pungente, de que um beijo dêsse homem na carne da minha filha me ofendia e me desonrava, cravou-se-me no cérebro, profundamente, como um prego. Não sei dizer-te mais. Não posso dizer-te mais. Cheguei a suspeitar da monstruosidade do meu afecto pela Antónia, — e houve um dia, dois dias, três dias, em que tive o horror incons-

ciente de mim próprio. Depois, veio a reflexão, veio a calma. Supus que chegaria ao fim, que a veria casar,— senão sem amargura, pelos menos sem revolta. Enganei-me. A noite de ontem foi um suplício. A de hoje tem sido um inferno. Não. É impossível. Se ficasse para àmanhã, faltava-me a coragem e cometia uma loucura. Tenho de partir. Adeus, meu amigo. Beija por mim as mãos da minha filha. Que ela seja feliz,—quanto se pode ser no mundo. Não tive coragem para me despedir dela. Há pouco, eram duas horas da madrugada, entrei-lhe pé ante pé no quarto, como um criminoso. Dormia, plácidamente, num sorriso, um fio de oiro a tremer-lhe no seio, os dedos côr-de-rosa afundados numa nuvem de rendas brancas. Era o último sono virginal da minha filha. Julguei, numa alucinação de instantes, ver a mãe. Beijei-a longamente na testa; senti que as minhas lágrimas lhe caiam, ardendo, pela face; um soluço apertou-me a garganta, —e estonteado, desvairado, fugi. Quantos pais terão sentido isto mesmo que eu sinto agora,— e de quantas agonias inconfessáveis e monstruosas é feito o amor paterno!

Mais uma vez, adeus. Não me escrevas. De Paris, sigo para Londres. São quatro horas da manhã. Que resto de noite eu vou passar!—Teu amigo, *João*.

O «PUNCH»

A prata tiniu sôbre Japão velho. O Chico Rendufe poisou o garfo, enguliu mal mastigado um *cannelon à la Reine*, deixou cair o guardanapo, olhou, numa expressão de assombro, o seu amigo António Malafaia, e atónito, oleoso, rosado, distinto, a banda de sêda da casaca espelhando à luz, os olhos redondos de peixe numa face de menino Jesus flamengo, sorriu, inquiriu, estranhou:

— Quê? Tu não bebes? Palavra de honra que já não bebes?

O amigo sacudiu um gesto sóbrio de negação e continuou a comer. Batia-lhe em cheio na cabeça grisalha a luz fria das serpentinas de prata. Na mão forte, espêssa, quadrada, sólida, scintilavam anéis. Um *Bas-Medoc* loiro tremia numa garrafa de cristal.

— Quem diabo foi que te moralizou?

O Malafaia, emquanto Chico Rendufe enchia o seu copo de vinho, poisou o guardanapo, fêz si-

nal ao criado para se afastar e respondeu com simplicidade:

— Uma mulher.

— Que mulher?

— A minha.

— Tu casaste?

— Casei.

— Mas isso é indecente, isso é *vieux jeu!* Vocès estão todos com um insuportável fedor de moralidade! Vocês casam, vocês não fumam, vocês não bebem, vocês teem saúde...

Depois, encarando Malafaia, que brincava com o seu anel de armas sôbre a toalha branca:

— Mas tu embebedavas-te tôdas as noites no Tavares, há dois anos... Eu lembro-me perfeitamente!

— É certo.

— E os criados levavam-te em braços para casa...

— Quantas vezes!

— E quando te bateste em duelo com o José Eça ias bêbedo!

— Como um inglês.

— E feriste-o.

— É exacto!

— Mas como foi que tua mulher conseguiu fazer de ti êsse monstro de virtude que tu és hoje?

O criado entrou, com um admirável *jambon Cambacères* que perfumou o ar. António Mala-

faia serviu o amigo, em silêncio, mordeu o seu bigodinho loiro de cardeal de Richelieu, e, quando ficaram sós, contou simplesmente, sinceramente o seu caso.

Tinha casado havia dois anos apenas com uma encantadora mulher,—ou antes, com uma encantadora criança que o adorava. A sua mocidade crestada, ardida, envenenada, dissoluta, sentiu-se bem, por um momento, poisando os lábios nessa frescura de flor. Quando a olhava, quando se embebia na placidez daqueles grandes olhos azúis, na tranqùilidade daquela expressão angélica, sentia, claramente, evidentemente, a certeza da sua regeneração. Quando a tivesse para sempre junto de si, deixaria de beber, de abrasar-se, de incendiar-se, de matar-se. Das ruínas de *Don Paez* surgiria S. Francisco. Daquelas mãos pequeninas de mulher, brancas como a própria candura, ia nascer, florir, resplandecer para êle uma vida nova. Casou. No primeiro instante de deslumbramento esqueceu-se do álcool. Palpitava-lhe na bôca um perfume ignorado. A alma trasbordava-lhe de êxtase e de ternura. Mas, pouco a pouco, o sonho desfez-se e a tentação voltou,—intensa, imperiosa, diabólica, dominadora. Depois de jantar, ficava tôdas as noites ao pé da mulher, bebendo cálices sôbre cálices de *rhum* e de *cognac*,—e caía roncando, de-bruços, como um animal, da mesa para um *couch-cor-*

ner, do *couch-corner* para o chão. Para essa pobre criança, as noites eram longas tragédias. Não era repugnância o que ela sentia por aquela criatura intoxicada e baça, bestializada e inerte, em cuja figura esbelta de homem se apagava, como por encanto, tôda a delicadeza e tôda a fidalguia de raça. Também não era bem terror; — era piedade. Pedia-lhe, suplicava-lhe que não bebesse, que se lembrasse dela, que tivesse dó dela. Êle prometia, jurava, beijava-lhe as mãos; — mas era superior às suas fôrças, não podia, vinha o *cognac*, sucediam-se os copos, — e os criados levavam-no em braços, como um fardo, como um cadáver, pesadamente, para o sofá do quarto de cama. Certo dia, numa crise de desespêro, Maria Helena quis arrancar-lhe das mãos a garrafa. Êle, violento, bêbedo já, ergueu-se, lutou, brutalizou-a, mordeu-a. A pobre criança, cheia de lágrimas, sentou-se junto dêle, tomou um cálice, fêz tremer no cristal o oiro fulvo de um velho *rhum*, — e, como quem devora a morte, bebeu, bebeu também, bebeu longamente, perdidamente...

O Chico Rendufe, sem coragem para atacar um *punch au kirsch* que o criado trouxera, escutava, rosado, oleoso, batido da luz.

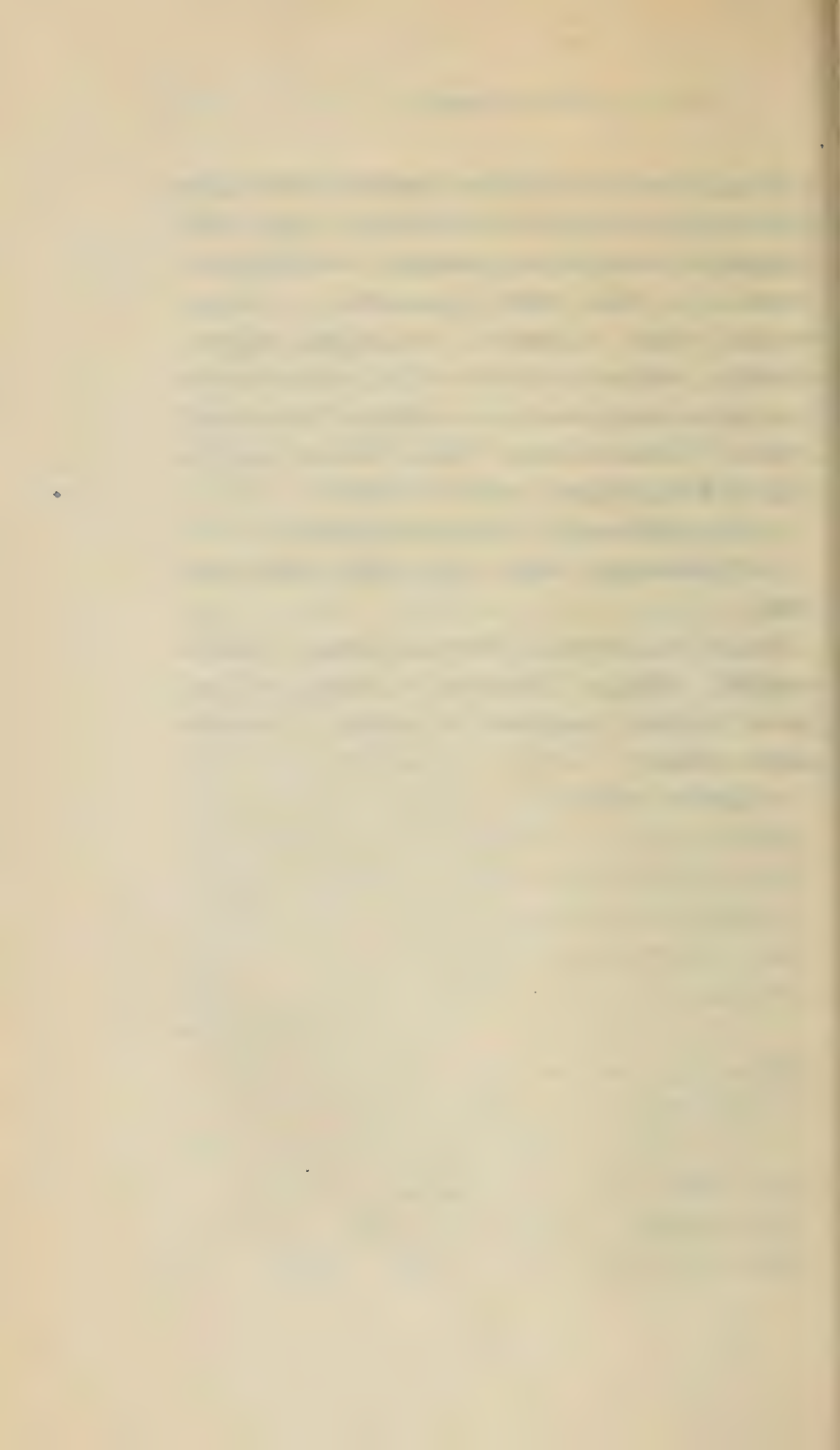
— Quando a vi, ao pé de mim, caída como um animal, como um farrapo — continuou António Malafaia — não sei que horror tive dela

e de mim mesmo. No meu espírito toldado pelo álcool fez-se um clarão de lucidez. Cobrei uma relíquia de vontade, de energia e de fôrça. Levantei-a do chão, inerte, pasmada, o pescoço túrgido, a face vultuosa e vermelha, beijei-a, sacudi-a, chamei-a, falei-lhe. Um pavor imenso passou em mim, como um arrepio. Gritei pelos criados. Vieram médicos. Não se dormiu naquela casa. A Maria Helena esteve à morte...

— Mas salvou-se? — interrogou o Chico.

— E salvou-me. Desde essa noite, nunca mais bebi.

Houve um silêncio. Tiniram pratas. O Chico Rendufe, reflexivo, levantou a cabeça, ia servir-se, hesitou, encolheu os ombros e ordenou para o criado:

— Leva o *punch*.

O HOMEM DO CASACÃO DE MESCLA

Recebi, há dias, esta pungentíssima carta:

«*Meu amigo.*—Venho pedir-te um favor. Tem
paciência. Vale-me. Escrevo-te de Viseu, onde
estou há uma semana. Depende de ti, neste mo-
mento, a minha tranqüilidade, o meu sossêgo, a
minha vida. Não tenho ninguêm de confiança
em Lisboa. Só tu. Faço esforços horríveis para
escrever. A pena cai-me das mãos. A minha ex-
citação assusta-me. Ouve. Aí vai essa carta. Pro-
cura o comandante da polícia e mostra-lh'a. Que
veja o nome do homem. José Marques, Beco dos
Apóstolos, 11. Dize-lhe que é aquele homem de
casacão de mescla, que me persegue como uma
sombra. Não saias sem ter conseguido que o
prendam, que o detenham, que o isolem. Há um
mês que vivo num perigo constante. É preciso
que a polícia sirva para alguma coisa. Sinto-me
extenuado, exausto, perdido.

Sabes o que me sucedeu, não é verdade? Tôda a gente o sabe. Há vinte e sete, vinte e oito dias, fui jantar a casa de um amigo. Estava parado na rua, à espera de um carro, quando se aproximou de mim um homem. Era uma criatura pálida, escura, angulosa, com estrabismo acentuado do ôlho direito e um tremor visível na face. Vinha embrulhado num grande casacão de mescla. Parecia agitado, nervoso, febril. Dirigiu-me a palavra, em voz baixa, sacudida, sem tirar as mãos das algibeiras:

— É o senhor José de Nóbrega?

— Eu mesmo.

— Venho fazer-lhe uma prevenção.

— Tenha a bondade.

— A minha filha está à morte por causa da electricidade que o senhor lhe aplicou. No dia em que ela morrer, já sabe; meto-lhe uma bala nos miolos.

— Qual electricidade? O senhor está doido!

— Fica prevenido. Tem uma bala nos miolos.

E voltou-me as costas. Passou um carro qualquer. Para evitar uma scena desagradável, subi. O homem do casacão de mescla destacava-se à distância, no clarão da tarde, como uma mancha negra. Era um desconhecido. Procurei recordar-me, chamar as minhas reminiscências. Inútil. Nunca tinha visto aquele homem. Evidentemente um louco,—pensei. Um dêsses perseguidos-per-

seguidores, um dêsses delirantes crónicos—que sofrem, que assassinam. Similhante criatura era um perigo constante, uma ameaça estúpida. Um belo dia, ao canto de uma esquina, quando menos pensasse, tinha uma bala na cabeça. Era preciso tomar providências, prevenir a polícia, acautelar-me. Ao jantar notaram a minha preocupação. Procurei distrair-me, dissimular;—não pude. A idea de que tinha de regressar a casa sòzinho, a-través das ruas desertas, perturbava-me. Pedi um automóvel, pelo telefone. Passei no Govêrno Civil. Apresentei a minha queixa. Pediram-me indicações seguras sôbre o homem. Dei os sinais: magro, escuro, estrábico, embrulhado num casacão de mescla. Não bastava. O oficial de serviço encolheu os ombros. Saí. Nessa noite, dormi mal. Olhava, na escuridão, e via adiante de mim a mesma face negra e áspera, os mesmos olhos estrábicos e ardentes, o mesmo cano de Browning, como uma ameaça. No dia seguinte, contei o caso numa roda de amigos. Riram-se. Que era algum doido. Que não tinha importância. Como se os loucos fôssem inofensivos! Redobrei de precauções. A idea de uma bala, sobretudo de uma bala no ventre, arrepiava-me, repugnava-me, afligia-me. Armei-me. Passei a saír menos. Na rua, parava a cada passo, encarava em tôda a gente, atacavam-me tremores súbitos, inexplicáveis. Era um sobressalto permanente, era uma

tortura. Parecia-me ver, a cada canto, surgir uma face ardente, um casacão enorme. Passaram-se doze, quinze dias de inferno. Uma noite, para me distraír, fui a um teatro. Recolhi tarde. Subi a Avenida, meti a Barata Salgueiro. Ruas escuras, desertas. Já perto de casa, tirei do bôlso a chave do trinco. Com surprêsa minha, encontrei a porta aberta, encostada. Empurrei-a. Na escuridão espêssa, um ponto luminoso, de-certo o lume de um cigarro, feriu-me a atenção. Era alguêm que me esperava. Fiquei na soleira da porta, immóvel. O ponto luminoso vacilou, moveu-se, deslocou-se. Acendi um fósforo: um vulto negro, encostado ao corrimão da escada, fixava-me. Olhei: era um homem. Atentei melhor: era êle. Não sei que pavor doentio me atacou. Fugi. Dei por mim ao fim da rua, quando um polícia me deteve. Disse-lhe o que se passava. Acompanhou-me. Quando chegámos, o homem tinha desaparecido. Nessa noite, não me deitei. Passeei no quarto até ao romper da manhã. Era preciso tomar uma resolução. Tratava-se seguramente de um doido, que me marcara como agente dos seus desastres imaginários. Ou me resignava a morrer-lhe às mãos, ou tinha que saír de Lisboa. Optei pela segunda solução. Fiz as malas, meti-me num *taxi*, segui para Campolide — tomei o rápido do Pôrto. Parece que devia respirar emfim, tranqùilo, livre. Engano. Levava comigo o

mesmo terror, as mãos tremiam-me, sentia na face a minha própria palidez. Ao atravessar a *gare* de S. Bento, uma vez, duas vezes julguei ver, em gente que passava, que me olhava, num corretor, num empregado da estação, o homem do casacão de mescla. Passei três dias metido no hotel, lendo jornais, passeando nos corredores. Compreendi que precisava distraír o espírito, afastar de mim aquela preocupação obsecante e doentia. Lembrei-me de continuar os meus trabalhos de heráldica. Viseu era uma cidade de brazões. Parti. Nos primeiros dias, consegui interessar-me. Estudei as pedras de armas das casas do Arco e da Prebenda, dos Melos do Cruzeiro e dos Gamas de Tôrre Deita. Uma noite, lendo os jornais chegados de Lisboa, encontrei a notícia da minha partida para Viseu. Não pude furtar-me a uma impressão de sobressalto. Na manhã seguinte, recebi a carta que te mando. A perseguição continúa. O homem avisa-me de que a filha morreu, e diz-me que logo que a enterre partirá para aqui a cumprir a sua promessa. É indispensável que a polícia de Lisboa o detenha. Só tu me podes valer. Entrego nas tuas mãos a minha vida ameaçada. Encontro-me num estado de excitação indescritível. Não durmo. Não me deito. As pernas vacilam-me. Cubro-me de suores frios. Ando armado pelos corredores do hotel. Vejo perseguidores em tôda a gente. Olho

quási com alívio para o revólver que tenho sôbre a mesa... Adeus. Não te esqueças: o homem chama-se José Marques, Beco dos Apóstolos, 11. Não o deixem partir. Prendam-no aí. Por causa de um doido! Que estúpida calamidade é a vida!—Teu amigo, *José*.»

O meu pobre amigo José da Nóbrega, com os braços atados num colete de fôrças, irremediávelmente perdido, deu ontem entrada num hospital de loucos.

FEIAS

Quando ontem de manhã subia a Avenida, parou um automóvel, súbitamente, ao pé de mim. Ouvi o meu nome. Voltei-me. Uma barba branca de apóstolo escorria sôbre um casacão elegante de *homespun*. Era o meu velho amigo Visconde de Semedo, que saltava já o estribo do *Renault* e me abria os braços:

—Onde vais tu?

—Passear,—respondi, vagamente.

—Anda d'aí comigo.

Travou-me do ombro, e, sem esperar pela minha resposta, atirou-me para dentro do carro. Mal tive lugar para assentar-me. O automóvel ia atulhado de flores. Envolveu-me uma onda de frescura e de perfume. Sôbre um grande mólho de rosas vermelhas, ainda húmidas, ardia o sol numa labareda. Saltei como uma pela nas molas da almofada, aos primeiros arrancos do *Renault*. Seguimos, Avenida acima. O meu ami-

go, sêco e esbelto na verde velhice dos seus sessenta anos, face rosada de flamengo onde pungia a barba inculta de Tolstoï, olhava-me num sorriso, calçando tranqùilamente as suas luvas pretas:

—Sabes para que são tôdas estas flores?

—Para um baptizado?

—Não. Para uma sepultura.

—Para a sepultura de uma criança?

—Para a sepultura de uma mulher. Se não tens que fazer, vem comigo até ao cemitério. Faz-te bem o sol.

E depois, como eu olhasse distraídamente as flores:

—São bonitas. Vês tu? É tudo quanto me resta da minha vida de rapaz. Um ramo de rosas e uma manhã de primavera.

Atravessámos a cidade, em silêncio. O automóvel saltava. Chispavam oiro, ao sol, as silharias brancas dos prédios. Cantavam pregões. Passavam, em alforges mouriscos, hortaliças verdes e viçosas. Tôda a vida matinal de Lisboa formigava, tumultuava, chilreava em redor de nós, entre jactos de água e nuvens de pó,—fresca, colorida, luminosa. Vi o meu relógio: eram 10 horas. Junto do *chauffeur*, o vulto de um criado velho, vestido de preto, oscilava. Nuns telhados vermelhos secavam roupas ao sol. Ao pé de mim, os olhos do meu amigo sorriam por

detrás dos cristais da luneta, e a sua pele rosada, na sombra de um chapéu mole de veludo, empastava-se em tons ruivos e quentes. Chegámos ao cemitério. O criado desceu. O Visconde apeou-se, ligeiro, o vento a espalhar-lhe a barba. Eu pedi para ficar no automóvel.

—Por que não vens?

—Prefiro esperar-te aqui.

—Como quiseres.

Não insistiu. Fiquei. O carro despejou-se de flores. Lá foram ambos, amo e criado, de preto sob a mancha vermelha das rosas, pela alameda que faìscava. Segui-os com o olhar. Perderam-se na névoa ligeira da manhã. Os olhos cerraram--se-me, fatigados da luz; recostei-me no fundo do *Renault*, e pensei no pequeno drama de mocidade que trazia fielmente aquele velho, como uma sombra, à saùdade de uma sepultura. Quem teria sido essa mulher? De entre tantas que na sua vida de *jouisseur* dispersara, amachucara, inutilizara como farrapos, qual seria a morta preferida, a flor de saùdade, o espectro de ternura, a lágrima sempre húmida e sempre viva, a memória sempre amada e sempre fiel? Tudo quanto eu conhecia da mocidade agitada do meu amigo, duelos, aventuras, seduções, escândalos, tudo passou diante de mim, na atmosfera morna daquele automóvel fechado,—escarpins róseos de bailarina como nos quadros de Mèsples, decotes

e *tutus*, suicídios e jóias, raptos e abandonos, balas a vinte passos e paixões de vinte minutos, tôda a cruel filosofia do *homme à femmes*, para quem a mulher é uma flor—que se colhe e passa, que se aspira e esquece... E na evocação de tantas figuras de mulher, esplêndidas de beleza, que eu conhecera ainda de vista ou apenas de tradição, fiquei a pensar, numa sonolência, vendo o sol côr de rosa a-través das minhas pálpebras fechadas:—Qual delas será?

—Pronto. Demorei-me muito?

Era o meu amigo que voltava, os gestos sacudidos, os olhos brilhantes. Falou ao criado, galgou ao carro, puxou a porta. A manhã aquecera. O automóvel partiu.

—Sabes há quantos anos eu venho aqui deixar flores nesta sepultura?

—Dize.

—Há vinte e quatro. Nunca me lembro de ter chovido neste dia. Quando ela morreu estava uma manhã assim, cheia de sol e de flores. Parece que Deus, em cada primavera que passa, se lembra de que ela existiu. Tenho sessenta anos,—e foi esta a única mulher que amei, meu velho. Possuí muitas; só amei uma. E o que é curioso—vão lá entender a natureza humana!—é que, tendo eu possuído as mais belas mulheres, só gostei perdidamente desta—que era feia. Passaram-me pelas mãos ondas de pedras

preciosas: não dei valor senão à pequena pérola apagada, trigueira e triste. Morreu há vinte e quatro anos,—e ainda estou a vê-la. Os olhos pretos pisados de olheiras; a pele morena, quási doirada como o trigo saloio; uma bôca rasgada, enorme;—uns dentes brancos, miúdos, iguais, resplandecentes. Não andava; dansava como um passarinho. Se a visses,—era frágil, magra, vulgar. Mas quando sorria! Mas quando falava! Mas quando beijava! Era um clarão e um gorgeio, um céu e um inferno. Por que será que só as feias teem essa graça penetrante, essa doçura terna, essa inteligência do sentimento, essa perturbadora volúpia que nos prende, que nos arrasta, que nos torna capazes das maiores baixezas e das maiores glórias? Não, meu amigo. Não são as mulheres belas as mais amadas. Não é a beleza que ateia as maiores paixões, aquelas que cavam fundo na alma e decidem de uma vida inteira. O que nos domina, o que nos absorve, o que nos conquista é a ternura, é a graça, é a humildade das feias, mais envolvente, mais poderosa, mais infernal ainda do que tôdas as formosuras. São as mulheres belas que satisfazem a nossa vaidade de prazer? Talvez. Mas são as feias que nos enchem o coração. É por isso, meu velho, que eu venho há vinte e quatro anos a êste cemitério, pôr um braçado de rosas sôbre a sepultura de um sorriso...

Quando desci do automóvel e me despedi do meu amigo, os pés tropeçaram-me ainda em restos de flores esquecidas, o sol bateu-me nos olhos, e eu fui a caminho de casa, pensando na frase eterna de La Bruyère: «*Si une laide se fait aimer, ce ne peut-être qu'éperdument*».

A CORTINA ENCARNADA

Passei, há anos, uns dias em Leiria. A casa nobre e amiga onde me hospedei debruçava-se sôbre o rio, que não era, naquela altura, mais do que um caneiro estreito. Para além, na outra margem, casas velhas de antiga silharia maciça, com os seus cunhais de armas, as suas cornijas pintadas de almagre, os seus telhados empinados, de barro côr de cobre, onde lavravam como azêbre os musgos do outono. Numa dessas casas, pela altura do segundo andar, havia uma janela cuja vêrga de pedra pousava sôbre fortes cachorros e onde uma cortina encarnada, como uma bandeira viva, batia sacudida do vento. Em tôda a casaria daquela banda da cidade, em cujo fundo longínquo ramalhava, coroada de névoa, a mancha negra de um pinhal, era aquela cortina o único grito alegre, a única nota colorida. Quando o sol da tarde lhe dava de frente na vidraça espelhante, e o trapo encarnado, batido da luz, se afogueava,

se esbraseava, flamejava como uma labareda entre faúlhas de oiro, tôda a cidade triste ganhava, de repente, um ar de festa, e parecia alegrar-se, cantar, sorrir, viver, como se naquele farrapo vermelho palpitasse, latejasse, ardesse um coração.

Logo na noite seguinte à minha chegada, escrevi até tarde. O silêncio dessa pequena cidade de província, que me convidara absorventemente ao trabalho, acabou por inquietar-me, por oprimir-me, por produzir em mim uma impressão de estrangulamento e de sufocação. Vi o relógio. Era meia noite. Abri a janela, debrucei-me sôbre o rio coalhado de neblina, olhei a cidade escura, calada, tranqùila, uniforme, onde os cunhais dominantes se adivinhavam em gigantes de sombra. Apenas numa janela havia luz. Não a luz pequenina, fixa, fulgurante, afastada, picando como uma estrêla a espessura da noite; mas a luz próxima, doce, vermelha, como o reflexo de um clarão de incèndio que se acendesse, de repente, numa vidraça. Orientei-me: não havia dúvida. Era a janela da cortina encarnada. No meu èspírito passou, como uma mancha de sangue, êsse belo conto de Barbey — *Le rideau cramoisi*. Quem moraria naquela casa? Que criatura de Deus velaria ainda, àquela hora em que tôda a cidade dormia o seu primeiro sono? Que drama se estaria passando por detrás daquela cortina vermelha? Sôbre que

voluptuosas, sôbre que dolorosas figuras humanas escorreria, como oiro fluido, aquela luz de mistério? Quem viveria ali?

Dei, de longe, as boas noites aos meus companheiros desconhecidos, e fui deitar-me. Dormi mal, sem saber porquê, — inquieto, opresso. Não consegui deitar-me para o lado esquerdo. Sentia nos ouvidos as palpitações do coração; o silêncio afligia-me; ganhava-me um mal estar aflitivo e crescente. Acendi a luz. Vi mais uma vez o relógio: quatro horas da madrugada. A idea da cortina vermelha, que me surgira ampliada, deformada, monstruosa na confusão do meio-sono, cravara-se-me no cérebro, obstinadamente. Quis ver se ainda lá estaria a luz. Levantei-me, abri a vidraça, debrucei-me sôbre a noite, devorei a sorvos o ar fresco, olhei: — a luz lá estava. Mas, desta vez, pareceu-me ver sombras passando na janela. Vesti o meu casaco de veludo, socorri-me do meu binóculo de viagem. Eram, de facto, sombras agitadas, figuras convulsas que iam, que vinham, gesticulando, correndo, bracejando. Julguei ver mulheres de mãos erguidas, distinguir vultos que se abraçavam. Passava-se, de-certo, naquela casa, alguma coisa de extraordinário. Mas um arrepio de frio percorreu-me a espinha. Sacudiu-me um ataque brusco de tosse. Fechei a vidraça, voltei a deitar-me, apaguei a vela. Dormi profundamente todo o resto da noite.

Na manhã seguinte — uma manhã criadora de outono, cheirando à resteva do campo e à fornada loira do pão — quando desci para o almôço, encontrei já as senhoras à volta da mesa, pálidas, immóveis, inquirindo, escutando. O velho criado João contava fôsse o que fôsse. O sol varria a sala, faùlhava nas pratas, escorria pela toalha branca, espertava no chão as rosas mortas de um Aubusson antigo. Nos olhos da filha mais velha dos donos da casa, uma pequena de dezoito anos, com uns cabelos quási roxos e a face contraída de tiques nervosos, brilhavam duas lágrimas. Aproximei-me e ouvi. Uma grande tragédia tinha agitado, naquela noite, a tranqùila Leiria. A mulher de um pobre alferes do regimento, noiva há menos de um ano, morrera de uma infecção puerperal, e o marido, ao vê-la morta, metera uma bala na cabeça e caíra, num beijo, sôbre o cadáver.

— Onde foi isso? — perguntei.

O velho João, solícito, ganhou a janela, coçou o soqueixo, e apontou com a mão felpuda e enorme a casaria fronteira, que cegava, batida do sol:

— Acolá, senhor doutor. Onde está aquela cortina encarnada.

PANTASIA

Num bosque de arvoredos azúis, ennevoado e tranqùilo como os bosques das pastorais de Boucher, dorme sôbre um banco de pedra o cadáver de Scaramuccia. O seu gibão e as suas pantalonas de veludo preto fazem-no parecer maior e mais esguio ainda. Pende-lhe um braço, inerte, para o chão. Gotas de sangue afloram-lhe à bôca. Sôbre a terra húmida lampeja a sua larga *rapière* de Toledo. De um alto plinto, um fauno espreita, tocando eternamente a sua eterna flauta de pedra. Uma névoa doirada treme no ar. O grande Scaramuccia, que jantava à mesa de cardiais e em cujo colo Luís XIV sorrira, acabava de bater-se pela última vez.

Que som de viola se ouve lá baixo, como um murmúrio, entre o arvoredo? Silêncio. É Arlequim que chega. Na cabeça um bicorne preto, no ombro um manto multicôr. Correm Amores, numa revoada côr-de-rosa, quando o vêem pas-

sar. É o riso e a astúcia, a ligeireza e a graça. Vem de Bérgamo, trazer uma lágrima ao seu amigo. Em breve, emquanto o sol esplende como um grande mosaico doirado, uma multidão confusa, colorida, rumorosa, tilintante de guizos, chamejante de jóias, povôa o bosque inteiro. É tôda a farça italiana, são todos os *comici confidenti*, tôdas as máscaras da *comedia d'ell'Arte*, todos os *Gelosi* de Flamínio Scala que veem, arrastando nos seus mantos a névoa luminosa da tarde, dizer o último adeus a Scaramuccia morto. O arvoredo sussurra, contente, ao sentir-lhes os passos. Nas sombras violetas do bosque há beijos que gemem, sorrisos que fogem, memórias de écloga que palpitam. Ao pé da velhice de Pulcinella resplende a mocidade de Colombina. Pantalone de Venesa e o Doutor de Bolonha, arrastam-se, coxeando e tossindo, com o seu cão e o seu papagaio. Atrás dêles, é Mezzettino que assoma, leve como um garoto, fresco como uma rosa, pisando as fôlhas mortas com os tacões vermelhos dos sapatos; é Pasquariello, napolitano, com o seu gorro verde e o seu guizo de oiro; é a viveza de Truffaldino; é Tartaglia que gagueja, Coviello que salta; são os amorosos, enlaçados, misteriosos, silenciosos, Isabella e Leandro, Lélio e Sylvia, Cinthia e Flaminio, os olhos turvos como um copo de Rheno, os lábios unidos como duas rimas; é Pierrot, sòzinho, todo

de branco, com as mãos cheias de cerejas rubras; é Trivelino, com a sua guitarra; agora, Nina e Nineta que sorriem, abraçadas; logo, Francatrippa que passa arrastando o seu grande manto azul; — e os outros, e todos, Zerbineta que enlouquecera o Papa, Brighella que fizera rir o Doge de Génova, máscaras eternas, comédia eterna da Vida, igual sempre como as varetas do mesmo leque, surgindo daqueles arvoredos de pastoral de Watteau, entre águas que cantam, Amores que revoam e estátuas que falam. Uma onda multicôr rodeia agora o cadáver de Scaramuccia. É o último adeus dos companheiros que ficam. Nunca mais a sua bravura risonha correrá de noite as ruas de Nápoles, como uma bandeira desfraldada ao vento. Nunca mais a pluma negra do seu gorro negro varrerá, como uma ameaça, a pedra doirada dos balcões de Veneza. O heroísmo romântico expirou com êle. Morreu com êle, para sempre, a gloriosa beleza de matar. Naquela mão pálida lampejou, com a lâmina da sua *rapière* espanhola, o último clarão de generosidade. Scaramuccia dorme ainda sôbre o seu leito de pedra, — e é já uma sombra. Pierrot olha-o, branco, triste, uma cereja vermelha entre os beiços. Pulcinella considera, filosóficamente, a miséria da criatura humana. Trappola levanta do chão a espada ensangùentada e limpa-a no seu manto. O sol esfria. Adensa-se a névoa. Do seu plinto de

pedra, o fauno sorri. Todos se curvam, curiosos, sôbre o cadáver cujas pantalonas negras parecem alongar-se ainda. Arlequim, o mais eloqùente do bando, fala, de viola em punho, pedindo um epitáfio para o túmulo de Scaramuccia. O primeiro que discursa é Tartaglia, gago, propondo que se exalte «o homem que melhor soube perdoar». Mezzettino, subtil, acariciando o papagaio de Pantalone, quer que se louve «o homem que vestiu sempre de preto». Truffaldino emmudece. Francatrippa, fanfarrão, o nariz enorme debruçado sôbre um manto azul cobalto, exclama, solènemente:

— Scaramuccia foi grande, por que soube matar homens!

Nisto, Colombina avança, graciosa, comovida, levanta até aos lábios a mão fria do morto, beija-a longamente, e, num sorriso de infinita ternura, diz para Arlequim:

— Foi grande, por que nunca fez chorar uma mulher.

Duas lágrimas brilharam em todos os olhos, e o epitáfio de Colombina ficará eternamente sôbre o túmulo de Scaramuccia.

O LEQUE

Fui ontem acompanhar ao Alto de S. João o entêrro do snr. Gonçalves, excelente homem e meu antigo parceiro de *bridge*. Estava um dia baço, triste e quente. Resignei-me a aceitar um logar no automóvel do único sobrinho e herdeiro do morto, tive o desgôsto de mandar embora a minha carruagem, acendi um detestável cigarro, e, recostado nas almofadas comodíssimas do *Benz*, preparei-me para conversar o menos possível com o meu companheiro de jornada. Estava, então, bem longe de supor quanto seria interessante para mim essa curta hora de caminho.

O snr. Gonçalves era, sob todos os aspectos, uma criatura vulgar. Vulgarmente baixo, vulgarmente rico, vulgarmente honesto, uma barba branca, rala, pungindo numa face gorda, rosada e oleosa, uns pés maciços de boi dansando numas formidáveis botas inglesas de duas solas, — o meu amigo tinha um ar grave, circunspecto, reflexivo, acolhedor, que contribuíu para o fazer passar aos olhos de tôda a gente por um

homem de notável ponderação. O facto de ser bastante gago criara-lhe o hábito de falar pouco; o seu silêncio adquiria, às vezes, uma certa expressão de inteligência cautelosa e de viva argúcia, que foi o segrêdo de todos os seus triunfos na vida. Director de uma importante Companhia de Seguros, homem de negócios e de crédito, de conselho e de pêso, a sua felicidade era feita dêsses complexos sentimentos de orgulhosa bonomia e de alegre confiança que a certeza da consideração social produz, quási sempre, em tôdas as criaturas medíocres. Entre a governanta velha com quem vivia em Buenos-Aires, e certa francesa ruiva e estúpida que o seu instinto de comodidade instalara num rés-do-chão de Barata Salgueiro, — a existência do meu antigo parceiro de *bridge* podia considerar-se, a despeito do seu artritismo e dos seus eczemas, senão rigorosamente moral, pelo menos invejávelmente feliz. Calculam, portanto, o assombro com que eu ouvi dizer ao sobrinho, já a caminho do cemitério, que o meu amigo Gonçalves, que eu supunha morto da mais burguesa das pneumonias, se tinha suìcidado.

— Mas você tem a certeza? — insisti ainda.

— A absoluta certeza. Matou-se.

— Matou-se?

— Com um tiro de revólver na cabeça. Instantâneamente.

— Mas, com os demónios, — porquê?

O meu companheiro de automóvel sacudiu a cinza do cigarro, cruzou a perna, e olhando o verniz da bota, que scintilava, respondeu com a maior naturalidade do mundo:

— Por causa de um leque.

O *Benz* seguia, lentamente, pelas avenidas novas, quando eu comecei a ouvir, da bôca autorizada do seu sobrinho e herdeiro, a história singular do suicìdio do snr. Gonçalves. É simples, como tôdas as grandes tragédias. Um colega do nosso pobre amigo na direcção da Companhia de Seguros, casado com uma senhora alemã inverosímilmente magra, tinha em casa uma vitrine com uma soberba colecção de leques. Nas noites de *boston*, antes de passar para a sala de jôgo, era infalível ver o snr. Gonçalves debruçar sôbre a vitrine a sua face rósea e balofa de intoxicado; piscar o ôlho pardo para essa espuma leve de oiro e de esmaltes, de rendas e de pinturas que faìscava e tremia de asa em asa, de leque em leque; menear a cabeça na expressão de quem considera — «que ricas coisas tinha esta gente antiga!» —, e seguir, indiferentemente, com o largo cachaço vermelho estrangulado no colarinho, e a calva oleosa reluzindo como uma bola de bilhar. Um dia, levantou-se da mesa onde estava a jogar, atravessou a sala, passou junto da vitrine, deteve-se,

olhou em volta. Ninguêm. Abriu-a; passou a mão voluptuosamente pelos leques; tirou um, — Luis XVI, ligeiro farrapo de Malines armado sôbre nácar e ouro; sentiu passos; quis recolher na vidraça a pequenina jóia; não teve tempo, — e irreflectidamente, insensatamente, estúpidamente, sem que êle próprio soubesse porquê, guardou-a entre o colete e a camisa. Desde êsse instante, a consciência do nosso pobre amigo passou a ser um inferno de dúvidas. Tê-lo-iam visto? Não o teriam visto? Antes de voltar à sala de jôgo, quis repor o leque no seu logar. Impossível. Vinha sempre gente. Suando em bica, pálido, voltou a sentar-se à mesa do *boston*. Pareceu-lhe que todos o olhavam com estranheza e com fixidez. Notou que, num determinado momento, o próprio dono da casa o encarava, numa expressão acre de censura. Era evidente, tinham-no visto. Apertava nervosamente o braço de encontro ao corpo, a segurar o leque. Tinha já a impressão de que êle escorregava, descia, surgia por debaixo do colete. A alemã, tão solicita sempre em servir-lhe o chá, esquecera-se dêle. Todos já o desconsideravam, todos já o excluíam. Era a desonra, era a vergonha, era o escândalo. Um homem na sua posição, na sua idade, respeitado por todos, venerado por todos! A idea de confessar tudo, de explicar tudo, passou-lhe por espírito, como uma

vertigem. Mas hesitou, dominou-se. E se o não tivessem visto? Não. Era melhor arriscar, tentar, esconder. As varetas do leque estalavam-lhe já sob a pressão nervosa do braço cada vez mais cingido ao corpo. Naquela atitude incómoda, quási dolorosa, mal podia jogar, gesticular, mover-se. O suor caía-lhe em baga pela testa, as mãos tremiam-lhe. Sob qualquer pretêxto, levantou-se e despediu-se. Parecia-lhe que falavam dêle em segrêdo, que o apontavam, que sorriam. Não pôde mais. Na escada, passou o leque para a algibeira das calças. Á porta, vestiu o casaco, embrulhou-se na manta, — e desvairado, congestionado, saiu. A idea de que a sua reputação estava perdida, de que nunca mais o receberiam em párte alguma, de que era uma criatura liquidada e posta à margem, fixou-se, perseguiu-o, dominou-o. Entrou em casa a cambalear. Caíu, pesadamente, numa poltrona. Passou a noite escrevendo cartas. Ás três e meia da madrugada deu um tiro na cabeça.

— Mas como souberam tudo isto? — perguntei, estupefacto.

— Pelas cartas que êle deixou.

— E o leque!

— Restituí-o ontem mesmo.

— Já sabiam que seu tio o levara?

— Não. Afinal, não tinham dado por coisa alguma.

A CELEBRIDADE

Há um episódio na vida de Haydn que contêm, no seu vivo pitoresco, uma grande lição.

O criador da sinfonia, menino-do-côro na catedral de Santo Estêvão, de Vienna de Áustria, foi despedido brutalmente pelo mestre de capela Reuter, quando, na puberdade, perdeu a sua pequenina e deliciosa voz de soprano. Aos 16 anos de Haydn, floridos de ilusões como uma primavera, não podia sorrir a sorte de Marchese. O velho côro gótico de Santo Estêvão não valia o sacrifício inglório de tôda a sua mocidade, de tòda a sua vida, de todo o seu orgulho de homem. Preferiu a liberdade, — embora ela trouxesse comsigo a miséria e o abandôno. Os *castrati*, saracoteando as batinas vermelhas, rodeavam-no no claustro, envolviam-no, persuadiam-no, aconselhavam-no. Mestre Reuter pôs o seu *ultimatum*. Haydn recusou. Expulsaram-no.

Tinha, com certeza, morrido de fome e de frio

nesse burgo de palácios tumulares que era a Vienna apostólica do século XVIII, se o cabeleireiro Keller, um velho riçador, frisador e polvilhador de perucas francesas, que tinha as suas *grandes entrées* nos salões de todos os príncipes melómanos de Vienna de Áustria, lhe não abrisse, desinteressadamente, os seus braços generosos e a sua casa pobre. Daí a pouco, Haydn era violino na orquestra dos padres da Misericórdia, organista da capela do Conde de Hangwitz, mestre de solfa, afinador de cravos, e, nas horas vagas, compositor de minuetes,—que entregava pontualmente nas mãos do cabeleireiro Keller. Um dia, tinha já 19 anos, chamaram-no para afinar o cravo da Condessa de Thun. Pôs a sua casaca, a sua peruca de nós, os seus sapatos cambados de fivela,—e foi. Esperava-o numa sala doirada, a um canto, quási oculto em biombos de sêda, um delicioso cravo francês do século XVIII, branco e polido, com um idílio de Greuze pintado no tampo frágil, e um tèclado de teca espelhante aberto à luz como uma dentadura. Que diferença da sua pobre espineta, pequenino arcaboiço arquejante de cordagens de cobre, cansado como uma guitarra velha, que as suas mãos de criança transfiguravam! Sentou-se ao cravo. Os dedos nervosos roçaram-lhe, de leve, as teclas polidas. O seu assombroso instinto melódico, o seu forte poder de impro-

vização criadora, cresceram nêle, como uma convulsão. Pela primeira vez, o pequeno cravo onde Greuze pintara arvoredos de écloga numa poeira de oiro, sentiu-se estremecer, palpitar, resplandecer ao contacto transfigurador do génio. Haydn tocou, — longamente, absorventemente, deliciadamente, curvado num êxtase sôbre aquela alma que lhe gemia, que lhe arfava nas mãos. Nisto, um hálito quente, como um perfume, aflorou-lhe a pele trigueira de moiro. Estremeceu, voltou-se: era uma mulher. Era a própria Condessa de Thun que o ouvia, enlevada, dominada, — que surgia diante dêle, como uma figura de Watteau ou de Boucher, as anquinhas bojudas amarrotando-se de encontro à cauda do cravo, os dedos finos, cheios de anéis, crispando-se nervosamente num lenço de rendas.

— Quem é o senhor?

Haydn ergueu-se, tímido, deslumbrado, confuso; olhou essa linda mulher que o seu talento atraíra, que o seu poder dominara, e esboçando um gesto de perdão, com vontade de se meter pelo chão abaixo, murmurou:

— Sou o afinador de cravos, que mandaram chamar... Desculpe-me, minha senhora... Sentei-me, e, sem saber como, os meus dedos esqueceram-se sôbre o tèclado...

— Não tenho nada de que o desculpar. Tenho de agradecer-lhe, meu amigo. Fiquei encantada

a ouvi-lo. Tão encantada, que lhe peço o favor de repetir o minuete que estava tocando...

— Impossível, minha senhora.

— Impossível, porquê?

— Porque já não me lembro do que toquei. Estava brincando com as teclas, improvisando...

— Improvisando? — repetiu a Condessa, cujos olhos seguiam, com progressivo interêsse, a confusão e a timidez do moço Haydn. — Então essa música era sua?

— Se eu improvisava... — sorriu êle, torcendo, num mal-estar crescente, os botões da casaca.

— Como se chama?

— José Haydn.

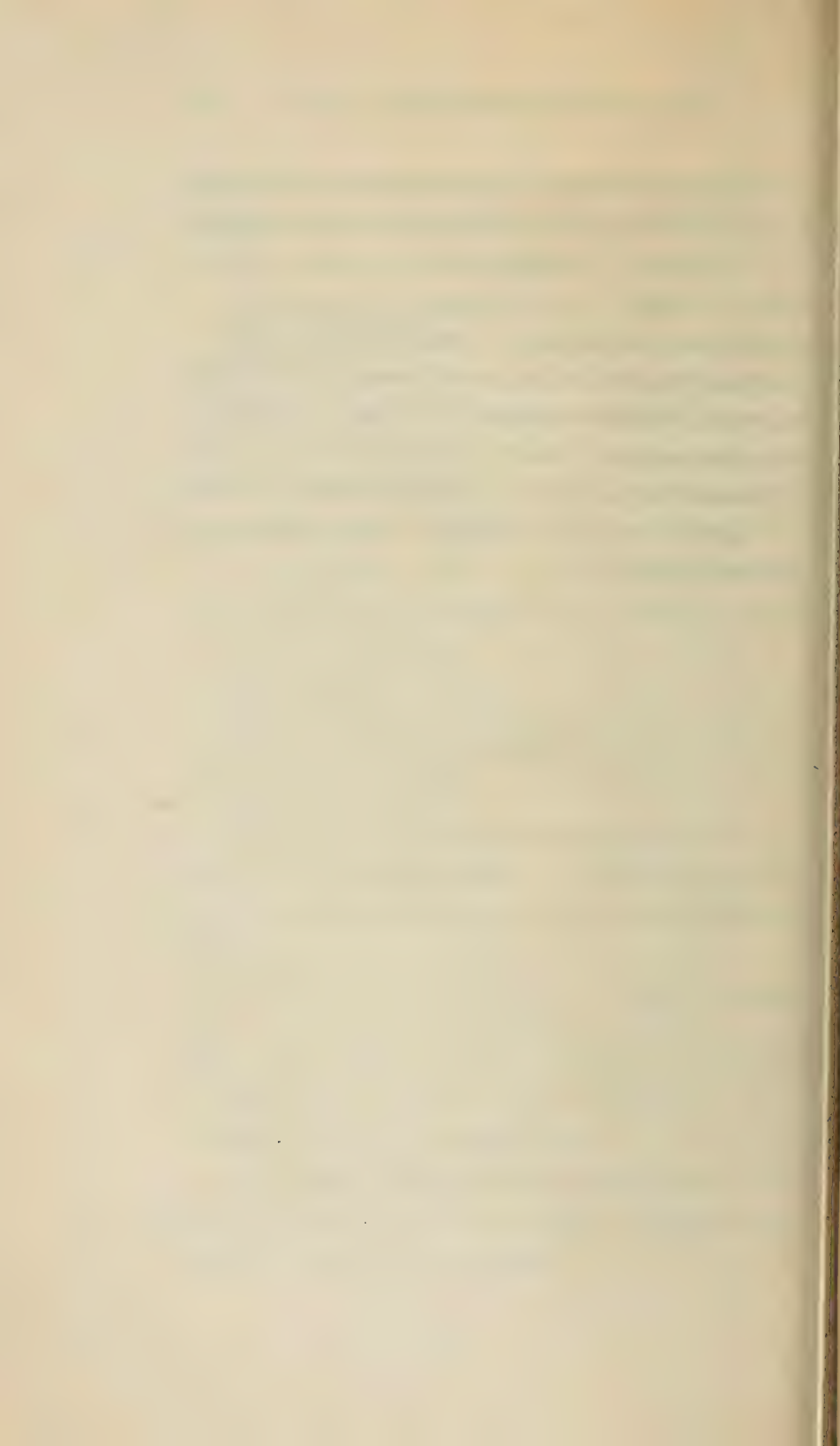
— Haydn? Será filho ou parente dêsse grande músico misterioso que Vienna inteira admira e que ninguêm conhece?

— Não sei... Talvez haja algum músico notável com o mesmo nome... Eu fui menino-do-côro na catedral de Santo Estêvão. Não conheço ninguêm...

A Condessa de Thun correu a uma credência cheia de músicas, que bocejava, entre duas janelas, a sua talha doirada. Escolheu um papel de solfa e veio colocá-lo, aberto, diante dos olhos de Haydn, sôbre a estante do cravo. A expressão do grande artista ignorado iluminou-se de júbilo. Tomou o papel nas mãos, febrilmente. Sorria e caíam-lhe as lágrimas.

— A minha música! A minha música impressa! E com o meu nome! Que honra, minha senhora!

E emquanto a Condessa, comovida, olhava aquela criança de génio que se revelava ao mundo e a si própria, o moço Haydn, doido de alegria, beijava-lhe as mãos, beijava o tèclado do cravo, beijava o papel de solfa,—e chorava, e murmurava, e cantava, e sorria...

Quando tanta gente se julga célebre, sem o ser, Haydn realizou o prodígio de ser célebre — sem o saber.

O GABINETE 3

Nunca chega o Carnaval, que eu não me lembre dessa noite. Já se passaram dez anos sôbre os factos que vou contar-lhes, e ainda não se apagou completamente a impressão que êles produziram em mim.

Era, se bem me lembro, terça-feira gorda. Duas horas e meia da madrugada. Chovia. Eu, e um dominó preto que me acompanhou, saímos do baile de S. Carlos, enfiámos para a carruagem que nos esperava debaixo da *marquise*, e seguimos para o restaurante ***. Parece-me sentir ainda no meu braço a pressão daquela mão fina e calçada de branco, cingindo-me, apertando-me, um pouco trémula, nessa expressiva mudez que se observa, indiferentemente, nas mulheres perturbadas e nas amorosas felizes. Quando chegámos, pedi um gabinete.

—Só se for o gabinete 3,—balbuciou o criado, olhando-me.

— E por que não há de ser o gabinete 3?

O homem rodou na nossa frente, rangeu uma chave na fechadura e o gabinete 3 abriu-se. Instalámo-nos. Emquanto a minha companheira, manifestamente nervosa, tirava a máscara, descia o *capuchon*, compunha ao espelho os seus cabelos de um preto quási roxo, luzentes como uma escama metálica, — eu acendi um cigarro, mandei meter em gêlo uma garrafa de Duroy e escolhi a ceia. O criado olhava-me, oleoso, estúpido, immóvel. Atirei a lista, ennervado:

— Depressa!

— Quando vagar outro gabinete, v. ex.ª não quer mudar?

— Para quê?

— Podia v. ex.ª não querer ficar aqui.

— É-me indiferente. Qualquer gabinete serve.

Tiniram talheres. O homem saiu. Segui no ar o fumo do cigarro. O meu encantador dominó preto parecia olhar, interessado, as datas, os nomes, os riscos que, em vinte anos de festas galantes, cem, duzentos anéis de mulher tinham aberto no cristal azulado do espelho. A insistência do criado intrigara-me. Quando êle voltou, risonho, solícito, com uma enorme geleira de cristofle nas mãos, preguntei-lhe a razão por que considerava aquele gabinete peor do que qualquer outro.

— Até é um dos melhores da casa, senhor

doutor. Mas todos os fregueses o teem rejeitado esta noite.

— Porquê?

— Por causa da fatalidade que aconteceu aqui na madrugada de ontem.

— Que fatalidade?

— Mataram um homem.

— Mataram um homem, aqui? — interveio, nervoso, o meu dominó preto. E emquanto, sacudidamente, descalçava a luva da mão direita, uma crispação de terror, quási imperceptível, percorreu todos os músculos da sua face magra de italiana. — Vamo-nos embora...

Tranqùilizei-a. Que não. Que ficávamos. Era uma tolice. Mudar-se ia de gabinete, em vagando algum. Beijei-lhe a mão, a sua longa mão voluntariosa, expressiva, inquieta, de um trigueiro quente e doirado, percorrida de vergões côr de rosa pela pressão insistente da luva. Uma onda de perfume envolveu-me. O criado principiou a servir-nos. Pedi-lhe que nos contasse o crime. Quem era o homem, como o tinham assassinado, quem era o assassino. Não havia jornais. Eu ignorava tudo.

— Ciúme? Mulheres?

— Por emquanto não se sabe, senhor doutor.

— Era um rapaz novo?

— Vinte e quatro, vinte e cinco anos.

— Mataram-no com um tiro?

— Parece que foi com uma destas facas.

— Quem o matou?

— Não se sabe.

— E quem era êle?

Não se sabia também. Tinham-no levado para a *morgue*. Ninguém reconhecera ainda o cadáver. E o criado, gago, encolhido, gelatinoso, contou-nos o que se passara.

Segunda para têrça-feira gorda, às três horas da madrugada, tinha parado um trem à porta do restaurante. Subiram três mascarados. Um *Pierrot*, rapaz novo, e dois dominós, — um preto, outro azul. O dominó preto era evidentemente um homem, — quadrado, sólido, hercúleo. O azul, uma mulher. Abriu-se-lhes o gabinete 3. Não tiraram as máscaras. Quando o criado os serviu, fecharam-se por dentro. Passada meia hora, o dominó preto veio pagar a conta à caixa. Tinha pressa. Deu uma nota de cincoenta mil réis. O trôco demorou. Impaciente, atirou um murro ao balcão. A luva rasgou-se-lhe, de alto a baixo, e a mão surgiu branca, maciça, robusta, eriçada de pèlos ruivos. Quando recebeu o dinheiro, aproximou-se devagar da porta do gabinete, pareceu escutar um instante, empurrou-a num movimento brusco, — e entrou. A excitação do homem atraíra a atenção dos criados. Instintivamente, apuraram o ouvido. Sentiu-se um tinir de vidros que se estilhaçam. Depois, um ruído surdo, como o baque

de um corpo. Em seguida, um pequeno grito de mulher. Por fim, o silêncio. O criado que os servira quis abrir a porta: encontrou-a fechada por dentro. Perguntou se precisavam de alguma coisa. Uma voz de homem respondeu, tranqùila:— «Não, obrigado». Ás quatro horas da madrugada tornou a abrir-se a porta do gabinete, e dois dos mascarados saíram. Eram os dois dominós. Que o amigo, que os acompanhara, não estava habituado a beber; que se sentira mal, de repente; que iam buscar um trem para o conduzir a casa. E o dominó preto apontou ao criado, lá dentro, sob a poeira doirada da luz, a figura branca de *Pierrot*, sentado à mesa, a cabeça pendida nos braços. Passou-se um quarto de hora, meia hora; eram quási cinco da manhã, e o trem que se esperava não veio. Saíu tôda a gente. Era preciso fechar a casa. Os criados tomaram a resolução de acordar *Pierrot* e de o entregar à polícia. Entraram no gabinete, aproximaram-se, tocaram-lhe no ombro. Não se moveu. Levantaram-lhe a cabeça: pareceu-lhes horrívelmente pálido. Quiseram erguê-lo: um fio de sangue vivo correu e empoçou no soalho. Estava morto.

— Morreu aqui, onde eu estou? — perguntei ao criado, com uma curiosidade doentia.

— Nessa mesma cadeira, senhor doutor, — concluíu o homem, mergulhando o braço na geleira de cristofle. Viam-se ainda, no chão, vestí-

gios de sangue. Confesso que, naquele momento, o próprio *Champagne* me repugnou. Olhei a minha companheira de acaso. Estava branca de cera e as mãos tremiam-lhe sôbre a toalha. Levantou-se, cambaleando, na direcção da porta. Corri a tempo de a receber desmaiada nos braços.

De então até hoje, durante dez longos anos, muitas vezes tenho perguntado obstinadamente a mim próprio se o dominó preto que me acompanhou naquela noite, e o dominó azul que assistira na véspera à morte de *Pierrot*, não seriam uma e a mesma mulher.

O SENHOR DIABO

Deviam ser duas horas da madrugada quando entrei no meu gabinete de trabalho. Apaguei o lustre, que me feria os olhos. Uma penumbra doce envolveu-me, flutuou, palpitou à roda de mim, espessou-se no vão de uns armários holandeses, lampejou no vidrado azul de uma faiança espanhola que bocejava a um canto. Coalhavam-se sombras em volta dos velhos móveis. Apenas, sôbre a mesa, a luz de uma lâmpada eléctrica escorria como uma nódoa de oiro, oleosa, penetrante, alastrando pelos papéis, embebendo-se nos livros, fazendo sangrar viva, num solitário de cristal, a crista de galo de uma orquídea carnuda, gloriosa e vermelha. O silêncio convidou-me ao estudo. Disse ao criado que esperasse, sentei-me e folheei, ao acaso, uma revista inglesa de medicina. Houve um artigo que me atraíu a atenção: a cura do cancro por um novo metal rádio-activo,—o *mesotório*. Principiei a ler.

Ia a passar da primeira para a segunda coluna, quando uma mão enorme, escura, felpuda, com a fisionomia angulosa de uma garra, se crispou sôbre o papel branco. Instintivamente, recuei na cadeira e ergui os olhos. Diante de mim, marcada na sombra a traços duros, uma singular figura, cornicabra e espiritual, meio fauno, meio *dandy*, espécie de velho demónio de iluminura que se tivesse embrulhado num *pardessus* preto de quimôno, o chapéu alto para a nuca, uma luva branca amarrotada sôbre um castão de oiro de bengala, um monóculo sôbre uma barbicha de chibo,—olhava e sorria. Perguntei-lhe quem era. Sentou-se familiarmente sôbre a mesa e respondeu-me com as palavras de Nietzsche:

—*Ich bin ein verhängniss.* Eu sou uma fatalidade.

Depois, a sua larga mão cabeluda de sátiro abateu de novo sôbre a revista, folheou-a, ergueu-a desdenhosamente entre o polegar e o indicador, sacudiu-a três vezes no ar, e emquanto a luz lhe marcava em pastadas de oiro os relevos ósseos da face escura, aguda, caprina e interrogativa, disse-me em português correcto:

—Quando é que o meu caro colega se resolve a deitar isto ao fogo?

E como eu esboçasse um gesto de estranheza

e de assombro, continuou, pousando a revista fechada sôbre a mesa:

— Tudo isto é uma *blague*. Ainda ninguém o disse,—mas tenho muita honra em dizer-lh'o eu. As terapêuticas ultra-modernas são *blagues* industriais perigosas, que a polícia deve proìbir rigorosamente como atentatórias da segurança individual. O meu caro colega não vê a inconsciência formidável com que os médicos célebres de todo o mundo estão manejando energias que não conhecem ou que conhecem imperfeitamente? Não o espanta a impunidade com que um sindicato internacional de sábios transforma a humanidade inteira num imenso laboratório criminoso? Quimioterapia, zimoterapia, radioterapia, mesotorioterapia, electro-coagulação, — *blagues* sôbre *blagues*, falências sôbre falências, indústrias sôbre indústrias! Lembra-se da tuberculina do nosso colega Kock? Foi uma revolução. Gritou-se: «milagre!» — aos quatros ventos. A medicina julgou ter o monstro debaixo do seu sapato de bronze. E a tuberculina faliu. Veja os célebres sais do nosso colega Erlich na espirilose crónica, — o 606, o 914. Um entusiasmo louco trovejou. Foi um dia feliz para os sifilíticos de tôda a superfície da terra. O treponema tinha oncontrado o seu inimigo químico. Os *Avariés* de Brieux dansaram. A humanidade embandeirou em arco. Mas em breve chegou a desilu-

são. As injecções de *salvarsan* começaram a ser seguidas de mortes fulminantes. Sucederam-se, com o próprio *neosalvarsan*, as mortes por embolia. E, afinal, acaba de reconhecer-se que as sífilis tratadas pelos sais de Erlich recidivam, ao fim de dois, de três anos, mortais, infernais, com mais violência e mais fúria ainda. E os raios X, meu excelente colega! Os raios X! Todos os sábios do universo proclamaram que a luz negra curava a tuberculose e o cancro. Pois sabe o meu caro colega o que aconteceu? Radiógrafos imprudentes queimaram as mãos pela exposição contínua aos raios catódicos, — e essas queimaduras degeneraram em cancros. Quis combater pelos raios X os cancróides desenvolvidos nos radiodermitas. Inútil. Foi necessário amputar-lhes os dedos, depois a mão, o ante-braço, o braço; o cancro roeu, subiu sempre, alastrou, devorou, — fulminou-os, uns sôbre os outros. A última vítima dos raios X foi um médico suíço, — que acaba de morrer em Genebra...

Quis interromper, num gesto de impaciência, êsse singular colega desconhecido e impertinente que me entrava pela casa dentro de chapéu na cabeça, tipo ao mesmo tempo de égipan e de *maccarony*, de filósofo e de fauno, de diabo de vitral e de estudante alemão, — mas a extraordinária personagem desceu da mesa, atirou mais para a nuca, num piparote, o seu *huit-re-*

flects, que se diria acabado de comprar em Londres, e prosseguiu:

— Com o rádio, com o mesotório, vai dar-se o mesmo, meu caro colega. Inventou-se que êstes metais tinham acção electiva sôbre as células cancerosas, — que as destruíam, respeitando as células sãs do organismo. Os operadores quiseram guardar os canivetes. Formaram-se sociedades, sindicatos para a exploração dos metais rádio-activos. Houve oto-rino-laringologistas que chegaram a pensar a sério na cura da surdez pelo rádio. Tôda a humanidade que geme, que sofre, que chora, que respira, que devora dor, se ergueu, como uma onda de espectros resplandecente de esperança. E agora — o próprio Wassermann encolhe os ombros desiludido; Doyen sorri fumando a sua *ponta-dourada;* está provado hoje que o rádio e o mesotório actuam apenas sôbre certas lesões não cancerosas da pele e certos cancróides superficiais, — e provar-se há amanhã, talvez, que os metais rádio-activos, tal qual como os raios X, não só não curam o cancro, — mas fazem cancros! *Voilà*. Era isto que eu lhe queria dizer. Meu caro colega, muito boa noite. Hermann, professor em Leipzig, — às suas ordens.

Quando o homem desapareceu na sombra, anguloso, caprino, escuro, barbinegro, elegante, seguido como de uma ténue poalha de oiro, asso-

biando o hino dos estudantes alemães, — toquei nervosamente o timbre eléctrico. O criado surgiu à porta.

— Siga êsse homem que acaba de saír daqui!

O espanto pintou-se na cara do velho criado:

— Não saíu ninguém, senhor doutor.

O DOENTE DA CAMA 13

É bem certo. O amor nasce de quási nada e morre de quási tudo.

Ontem, no meu *footing*, encontrei, pelas alturas do Campo Grande, o meu amigo dr. Z. Seguimos juntos. Uma manhã admirável de maio. Três crianças, com uma criada alemã, chilreavam adiante de nós. A areia do chão parecia ruiva, ao sol. Respirava-se bem.

—Um dia grego, caramba!

—Uma manhã portuguesa, meu velho!

E conversámos. Falou-se de tudo. Clínica, literatura, hospital, uma sombrinha vermelha que atravessou ao sol como uma labareda, as ideas dos outros, os livros dos outros, a mulher dos outros,—na volubilidade de quem fala para andar melhor, com mais energia e mais ritmo, ao acaso do ar que vôa e da vida que passa. A certa altura, diante duma casa apalaçada das

avenidas novas, o meu amigo parou. A sua figura esbelta de cincoentão, cortada a traços duros na luz clara da manhã, pareceu-me maior, mais quadrada, mais sólida.

—Sabes quem mora aqui?

—Não.

—M.me X.

—Supunha-a em Londres.

—Não. Está em Lisboa. E outra vez com os cabelos pretos.

Tive o sorriso discreto de quem conhece o drama, travei do braço do meu amigo, e seguimos, Avenida adiante, numa nuvem ténue de poeira, atrás dum *groom* carregado de caixas de chapeus.

—Não é bem o que se julga,—emendou êle.

—Mas é o que se diz.

—Se as mulheres bonitas tivessem todos os amantes que lhes atribuem, não havia maior castigo do que a beleza. Não. Liga-me apenas a M.me X. uma recordação penosa e desagradável. Devo a essa mulher o incidente que mais gravemente pesa na minha consciência de médico. Matei um homem por causa dela.

—Tu?

—Ou não o salvei, o que vale o mesmo.

—É o que nós fazemos todos os dias!

—Mas o que é interessante, é que, desde que o facto se deu, eu não pude tornar a vêr M.me X

sem uma impressão de repugnância instintiva e inexplicável. É uma mulher encantadora. Um pouco fria, um pouco artificial, um pouco *bas-bleu*,—mas com uma elegância fácil e uma vivacidade de espírito que nos dão, senão a certeza, pelo menos a ilusão duma criatura superior. A primeira vez que a vi, embrulhada numa écharpe branca de penas, lembrou-me certo retrato de Chartran. Foi, se bem me recordo, num armazêm de músicas. Conversámos. Comecei por lhe dizer mal de Debussy. Uma *gaffe:* M.me X adorava-o. O que é certo é que, meia hora depois, eu estava tão lamentavelmente perturbado, que queria por fôrça calçar na mão esquerda a luva da mão direita, e confessava que Debussy era o maior talento musical da França moderna. Daí por diante, cometi a inqualificável estupidez de passar, tôdas as manhãs, por debaixo das janelas de M.me X. Fazia a correr a vizita clínica da minha enfermaria, e vinha até aqui, umas vezes a pé, outras a cavalo, na esperança idiota de vêr a sua pequenina mão cheia de aneis, afastando, por dentro dos vidros, as *brise-bise* de renda inglesa. Êsse simples gesto ter-me-ia feito feliz. Vê tu como eu estava! Um belo dia, numa exposição de aguarelas, tornei a encontrá-la. Veio para mim com o ar íntimo, com o ar de *atelier* de quem já me conhecia há muito tempo, meteu o seu braço no meu e le-

vou-me a vêr, ao canto da sala, um projecto de vitral, género Carot, que tinha mandado fazer para o *hall* da sua casa nova.—«Porque não vai àmanhã tomar chá comigo?» Fui. Não me lembro de ter beijado nunca, mais sôfregamente, os braços duma mulher. Ao chegar a casa, o telefone chamava-me. *Allô!* Era ela.—«Vamos almoçar ao Estoril, àmanhã?»—«Como quiser». —«Seguimos juntos no rápido das 11 e 29? Diga que sim. Espero-o na estação. Combinado?»—«Combinado». Nessa noite, dormi mal. Tinha fumado muito, lido muito, estava intoxicado, excitado. E depois, sentia o perfume dela em tudo, nas mãos, nos lábios, no próprio tabaco,—bebia-a, fumava-a, respirava-a. A mulher que se beijou e não se teve, que se adivinhou e não se possuiu, transforma-se para nós numa obsessão, numa preocupação doentia. É um veneno. Levantei-me tarde. Escolhi gravatas. Recebi uma vizita importuna. Quando me meti no automóvel e segui para o hospital, eram 10 e meia. Havia três entrados na minha enfermaria: vi-os a correr. Ia a agarrar as luvas, a bengala, —mas o enfermeiro deteve-me:—«O cama 13 está mal, senhor doutor». Aproximei-me. Era um pleurítico, que tinha feito um empiema brutal. Uma dispnéa enorme: arquejava, sufocava. Fiz a punção: pús. Era preciso operá-lo. Olhei o relógio: onze e dez. M.me X. esperava-me já,

talvez, na estação. Não podia ferver ferros e
fazer um Estlander em dez minutos. Um conflito
surgiu perante a minha consciência. Dum lado,
uma intriga de amor. Do outro, a vida dum ho-
mem. Ou deixar um doente ao abandôno, ou
fazer esperar, grosseiramente, uma mulher en-
cantadora que se me oferecia. Hesitei. Resolvi.
Como um homem de bem? Não. Como um ca-
nalha. Voltei as costas, acendi um cigarro,
meti-me no automóvel, — e segui para a estação.
Ao meio dia estava no Monte-Estoril. Ás duas
horas, quando, depois do almôço, tonto dum
perfume penetrante de beijos e de rosas frescas,
pude, emfim, raciocinar, — corri ao telefone,
liguei para o hospital, chamei o enfermeiro. —
«O doente da cama 13?» — «Morreu». Senti uma
impressão de frio na espinha. Pousei o ausculta-
dor. Ela estava ali: contei-lhe tudo. De regresso
a Lisboa, no fundo de um automóvel, não tro-
cámos uma palavra. Desde êsse dia, não soube
mais de M.me X.

O meu amigo calou-se. Chegámos a Alexan-
dre Herculano. O sol ardia. Passavam eléctri-
cos.

— Mas, afinal, tu gostaste dela? — perguntei,
sorrindo, quando nos despedimos.

— Tanto, que matei um homem para a pos-
suir, — e tão pouco, que não dei um passo para
tornar a vê-la.

CARTAS DE MULHERES

Há no meu quarto um contador italiano, cujas gavetas não abro sem um invencível sentimento de ternura. Contém apenas cartas de mulheres. Não aquelas cartas que nós chamamos «de amor», e que, em geral, só as mulheres feias escrevem bem; não as cartas de simples afecto, onde palpita, como uma asa branca, essa *amitié amoureuse* que não é já amizade e que não é amor ainda; não as cartas das mulheres que nós conhecemos demais — e que, quási sempre, conhecemos tão pouco; — mas as cartas escritas por não se sabe quem, as cartas vindas não se sabe donde, femininas até à medula, volúveis até à incoerência, pedaços ligeiros de papel onde flutuam restos de perfumes ignorados, sombras de sorrisos esquecidos, pequenos espectros de pensamentos e de caprichos, de sombras e de mistérios, que não representando de facto, para nós, a existência de mulher alguma, são afinal

a expressão da alma anciosa, da alma inquieta, da alma desconhecida de tôdas as mulheres.

As cartas de amor devem rasgar-se. Vivem da volúpia do segrêdo e do pudor do sentimento. Há nelas uma vida que uiva e que freme, que lateja e que chora. Só teem o direito de viver no instante fugitivo em que se lêem. São momentos. São clarões. São tempestades. São desastres. Estas outras, não. Não são cartas *de mulheres;* são cartas *de mulher.* Não penetraram o drama da nossa existência; não sentiram o frémito da nossa comoção. Não se sabe que mão branca as tocou. Nem sequer trazem um nome. Vieram do desconhecido; vivem da indiferença; esfumam-se na sombra. Escreve-as uma só mulher;—trazem a alma de tôdas. São sorrisos—onde cabem multidões. Por detrás de cada um dêsses papeis pequeninos, espreita uma interrogação. Na névoa de oiro que se levanta dessas cartas ligeiras e breves, incertas e nervosas, surge sempre para nós a mulher de Verlaine,—forte como tôdas as ignoradas, bela como todas as desconhecidas. São a curiosidade anónima, que busca, como um enxame, os homens de letras. São o véu de mistério que Eva atira, num braçado de rosas, àqueles que a seguem e a espreitam, que a divinizam e a exaltam. São a espuma luminosa e transparente que a mulher, oceano de beleza e de perfídia, de

traição e de graça, arremessa, fervendo, aos nossos pés. São, para todos nós, poetas, lutadores, homens de acção, estirpes marcadas pela costela de oiro de Júpiter, a expressão do nosso triunfo e—para que escondê-lo?—um pouco da nossa glória. Não se confundem. Conhecêmo-las bem; distinguimo-las bem. Teem um perfume especial, uma fisionomia própria, uma expressão de timidez discreta, um vago ar perturbador de pecado que se esconde, de confissão que se balbucía. Não trazem nome, é certo; ignoramos tudo quanto há de vida em volta dêsses cadáveres de cartas; e entretanto, ao lê-las, ao percorrê-las num sorriso, nós vêmos, distintamente, claramente, tremer de comoção a mão pequenina que as escreveu, arfar inquieto um seio branco de mulher, fulgir um momento—quantas vezes!—uma lágrima que se roubou a um noivo, a um amante, a um irmão, para se confiar de longe a um poeta que se não conhece... E depois, as mulheres ignoradas que nos escrevem são sempre belas. As cartas desconhecidas que nos chegam são sempre novas. Trazem à aridez da nossa vida um pouco de ilusão e de sonho. São o perfume de flores que se não conhecem, a vaga claridade de chamas que se não distinguem. Dão-nos um instante de emoção, um momento de curiosidade, uma ilusão de beleza,—e nada nos pedem em troca. Não

nos escaldam as mãos, como as cartas de amor; são plácidas, serenas, indiferentes, impessoais. Não ruge nelas o furor da mulher que ama,— tão horrívelmente parecido com o ódio. Não conhecem o inferno das recriminações e do ciúme. Não nos ameaçam com o tormento do prazer e da volúpia. Ignoram a saciedade e a hipocrisia, a fadiga e a fraude. São as grandes, as verdadeiras, as únicas cartas de mulheres que vale a pena conservar. Nenhuma delas tem, prêsa à sua asa branca, a recordação dum sofrimento...

Por isso, hoje, ao abrir as gavetas do contador italiano do meu quarto, ao revolvêr êsses maços de cartas onde estalam restos de lacre doirado e esvoaça um perfume confuso e esmecido de flores mortas,—não pude furtar-me, mau grado meu, a um inexprimível sentimento de gratidão e de ternura.

O QUE EU LHE DISSE DA ARTE

ANTERO DE FIGUEIREDO

Minha querida amiga.—Beijo-lhe as mãos pelas suas flores. Tenho-as aqui, sôbre a minha banca de trabalho, como uma grande mancha húmida e vermelha. Dir-se-ia que me trouxeram o sol. Tudo resplandece agora em volta de mim. Bem haja.

Literatura? Os poetas emmudeceram. Falam agora os prosadores. Hoje, dois romances,—*Coração de Mulher*, de Sousa Costa, e *Varre Canelhas*, de Joaquim Leitão; ontem ainda, a segunda edição duma novela em cartas,—a *Doida de amor*, de Antero de Figueiredo. Você, que no seu amável optimismo adora a prosa,—inclusivamente a prosa da vida, deve gostar do livro do Antero. Aí lho mando, sóbrio e simples na sua capa amarela de brochura Lemerre,—em troca das suas flores. «*C'est beau comme de la prose*»*:* era o maior louvor que Duclos concedia aos bons versos. E Maupassant comenta, na sua

elegância sêca, nítida e cortante, afectando, êle que também foi poeta, o desdêm supremo dos poetas: «*Pour écrire en prose il faut absolument avoir quelque chose à dire; pour écrire en vers ce n'est pas indispensable*». Você verá, minha querida amiga, que as duzentas páginas da *Doida de amor* querem dizer alguma coisa—e que êsse pequeno livro de cartas contêm uma grande lição de sentimento. As suas flores trouxeram-me um sorriso. Mando-lhe, em troca, uma lágrima.

Não é a primeira vez que nas nossas cartas falamos de Antero de Figueiredo. Você conhece já o impressionista da *Tristia* e do *Além*, o homem que escrevia com cinza e crepúsculo, e em cujas páginas, como em certas iluminuras monocromas de António de Holanda, uma névoa de oiro estremecia; conhece o prosador claro, fluido, transparente, comunicativo dos *Cómicos* e das *Recordações e Viagens;* é-lhe familiar o grave erudito do *Grande Desvayro*, que, como Anatole France na *Jeanne d'Arc*, pôs em arte um trecho de história e realizou, em largas pastadas de côr, uma bárbara pintura do século XIV. Vai conhecer agora, a-través da *Doida de amor*, o psicólogo subtil, penetrante, escrupuloso, exacto, capaz de percorrer quilómetros sôbre uma fôlha de rosa, de explicar em vinte volumes de análise a sombra fugitiva dum capricho de mulher,

de pôr em equações do terceiro grau casos complexos de sentimento, e de saber, muito melhor do que você própria, aquilo em que a minha querida amiga está pensando neste momento. É o mesmo Antero em quatro péles diversas. São quatro expressões do mesmo admirável talento, que fez dêsse homem anafado e risonho, loiro e pachorrento, meticuloso e tranqùilo, português em tudo excepto nas suas formidáveis botas inglesas de duas solas, um dos maiores escritores do seu tempo e um dos espíritos que em Portugal mais teem ennobrecido a profissão das letras. São vinte e oito cartas de amor. Vinte e oito poemas de volúpia e de sofrimento, de orgulho e de humildade, de suplício e de expiação. Se você souber lê-las com a mesma ternura com que foram escritas,—há-de ter vontade, minha amiga, de beijar a mão que as traçou. Porque elevam a mulher pela Beleza? Não. Porque a santificam pela Dôr. Há uma frase de La Rochefoucauld, que eu ainda há poucos dias citei a respeito do livro de Antero de Figueiredo: «*Si l'on juge de l'amour par la plupart de ses effects, il ressemble plus à la haine qu'à l'amitié*». São tão imensamente grandes, tão paradoxalmente violentos certos amores,—que atingem a expressão terrível do ódio. O amor há-de ser sempre uma longa atrocidade, —porque nunca deixará de ser uma longa des-

armonia. Em todos os *faits divers* de sentimento, há sempre um que ama e outro que se deixa amar. Tôdas as paixões são instantes de paroxismo,—seguidos de eternidades de fadiga. Não existem duas criaturas que se amem com uma ternura igual, um afecto igual, uma absorpção igual. Em todos os amores,—um persègue, outro foge; um sorri, outro chora. E' dessa desarmonia dolorosa que são feitos todos os desastres de coração. É essa desarmonia ainda que torna possível a *Doida de amor*. Quando Antero de Figueiredo, há anos, me leu o manuscrito do seu livro, não pude furtar-me a uma profunda impressão de piedade. É, de-certo, a mesma impressão que você vai sentir. O coração humano é assim, minha amiga. Temos a crueldade de não amar quando nos amam,—e enternecemo-nos até às lágrimas pelos amores desgraçados de que não somos a causa. Estou olhando as suas flores, húmidas e vermelhas ao sol como lábios frescos, e pensando, minha querida amiga, no que teria sido de nós se não nos tivéssemos limitado a esta *amitié amoureuse* que é, afinal, o maior elogio que podemos fazer um do outro. Qual de nós teria amado com mais veemência e mais loucura? Qual de nós esqueceria mais depressa?

Adeus. Leia o livro do Antero. E deixe-me beijar, uma vez mais, as suas pequeninas mãos.

CORREIA DE OLIVEIRA

Revelou-se-me há dias, sob uma fórma nova do seu talento admirável, um poeta que me merece, de há muito, a mais alta consideração intelectual: Antonio Correia de Oliveira.

Tinhamo-nos encontrado em casa dum amigo comum, a S. Bento. Conversávamos, afundados em dois grandes cadeirões D. João V, diante de duas chícaras de Japão velho onde fumegava, servido por mãos de anéis, o mais perfumado chá dêste mundo,—quando eu me lembrei de que Antonio Correia de Oliveira emendara ao pé de mim, dois dias antes, as provas tipográficas dum novo livro. O título tinha-me ficado de memória: «*Menino*». Estávamos em família. Alêm dos donos da casa e de nós ambos, apenas o irmão do poeta e Rui Vilas Boas, cujo perfil tranqùilo, naquela hora doirada de fim de tarde, tinha a nobre doçura dum Van Dyck. Diante de seis pessoas é ainda permitido pedir-se a um poeta que diga versos. Subiu no ar o fumo dos primeiros cigarros. António Correia de Oliveira,

afundado, amarrotado no velho cadeirão do século XVIII, soergueu a sua figura sêca, trigueira, cortada de ângulos agudos, um tic imperceptível crispou-lhe a face ao mesmo tempo infantil e enérgica, a mão magra acariciou, em movimentos nervosos, a cigarreira de prata, e depois dum silêncio laborioso em que o poeta, falho de memória para os próprios versos, como quási todos nós, procurou vagamente sílabas e rimas, — o primeiro soneto surgiu, numa dição lenta e cantada, sereno, claro, carinhoso, palpitante de viva comoção e de humana beleza. Depois, o segundo. Em seguida, o último. Entreolhámo-nos, impressionados. O panteísta da *Ara* e da *Raiz* transfigurára-se. O poeta montanhês e virgiliano em cuja alma bramia a alma convulsa das florestas; o édo em cuja voz de oiro uivava e cantava a voz das coisas silenciosas, rugiam os êxtases da natureza fecunda, falavam as pedas e as feras, as árvores e o mar; o lírico pagão que se desentranhava em geórgicas cristãs, que bebia sol, que aspirava como um fauno o perfume acre da terra, e para quem a dôr duma árvore, o gesto crispado duma raiz, a atitude trágica dum tronco varejado da tempestade excediam tôdas as dores e tôdas as agonias humanas, — encontrara emfim a nota de humanidade latejante que faltava ainda em tôda a sua obra. O égipan, que dançava sôbre uma terra eter-

namente florida, sentiu, finalmente, que lhe pulsava no peito um coração. Desviou o olhar das brumas incertas, dos rios proféticos e sonolentos, das montanhas crestadas do sol, das florestas sacudidas do vento,—e olhou, frente a frente, o espectáculo da vida humana. Amou, sofreu, chorou. Transbordou dessa dôr fecunda e dionisíaca que move rochedos, amansa feras e gera nos seus flancos anciosos a suprema beleza. Morreu-lhe um filho. E das suas primeiras lágrimas—como o grande poeta alemão—fez o seu melhor poema.

«*Menino*» é, em oitenta sonetos, a história duma criança—que viveu o tempo duma flor. É o pequenino filho do poeta. Ouvi parte do livro, nessa tarde, diante da janela aberta, entre um poente lampejando como um mosaico doirado e a intimidade carinhosa da minha chícara de Japão velho. O primeiro soneto intitula-se «*O que a primavera trouxe*»; o último «*O que o inverno levou*». O livro inteiro escôa-se, como um raio de sol, entre o vagido duma criança que nasce e o soluço duma criança que morre. É uma convulsão no instante fugitivo dum beijo. É uma imensidade de dôr—dentro das fôlhas duma rosa. É o eterno poema dum lar que se povôa com um sorriso e se despovôa com um adeus. É o drama eterno de tôdas as ilusões perdidas, de todos os berços abandonados,—das pequeni-

nas fontes que não chegam a ser rios, dos pequeninos botões que não chegam a ser flôres, das pequeninas névoas que não chegam a ser tempestades. É o sentimento da eternidade — pousando nas mãos rosadas dum filho. É a certeza do próprio aniquilamento — quando êsse filho se extíngue, quando essa ilusão da eternidade se esvái como uma sombra. Tenho ainda nos ouvidos a voz do poeta, sufocada de comoção, dizendo o primeiro soneto do livro. Todo êle é uma madrugada em flor. Nas suas rimas frescas e iguais como lábios que se tocam, retine a alegria, como um címbalo de cobre. É a primavera que nasce. É o primeiro filho que sorri.

Numa casa entre o arvoredo,
Como pompas no pombal,
Vivia um par, um casal,
Alegre, em paz e sem mêdo.

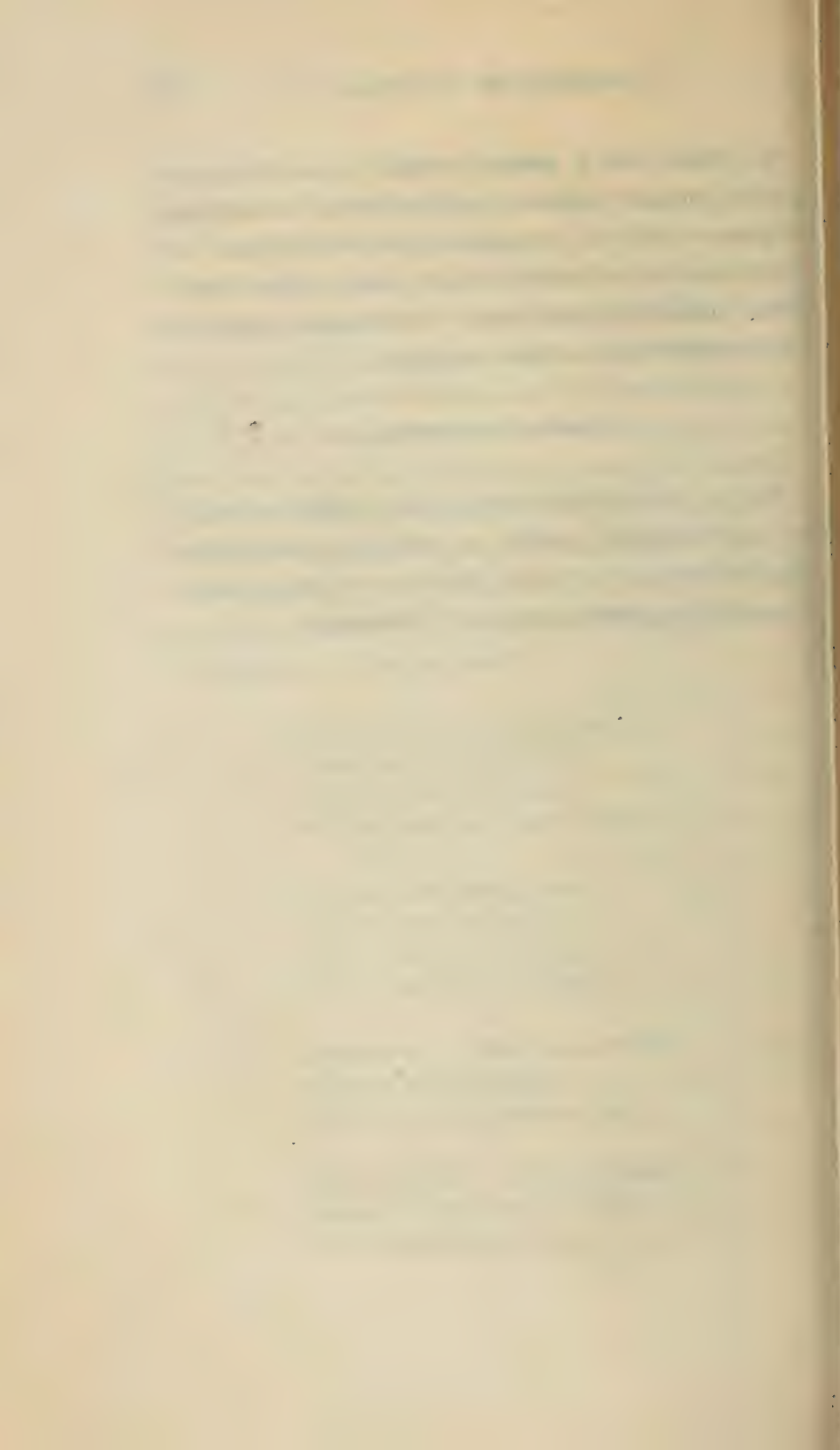
Erguidos de manhã cedo
Trabalhava cada qual:
Dela, era a casa, o bragal;
Dele, o pomar e o vinhedo.

Eram dois... Mas vai, um dia,
Foi por ali a alegria,
Que passa de quando em vez.

Parou, entrou... Não sei bem!
Ouviu-se a palavra: — Mãe! —
Eram dois, ficaram três.

E depois, daí a pouco, quando a asa da morte passa, quando o último beijo materno esfria num pequeno cadáver, quando o berço chilreante se muda em cova florida e o sol brinca sôbre uma terra húmida de lágrimas,—o inverno chega, o lar entristece, a solidão começa...

... *Eram três, ficaram dois.*

Mas a vida breve dessa pobre criança não foi um sorriso inútil. Abriu ao panteísta montesinho da *Vida da Árvore* e do *Pinheiro exilado* a porta de oiro das grandes emoções humanas.

RABINDRANATH TAGORE

Eu não tinha lido ainda o poeta hindú Rabindranath Tagore. Sabia apenas, vagamente, pelo último número do *Mercure de France*, que havia na India um poeta notável com êste nome, e que uma das suas obras, *Gitantali*, série admirável de poemas em prosa, acabava de merecer ao autor a honra do prémio Nobel em literatura. Foi, portanto, com viva curiosidade que ontem recebi e li a última peça de Rabindranath Tagore, *Chitra*, e com sincero desvanecimento que encontrei, na sua primeira página, impresso o meu nome.

Nunca me interessou muito a moderna literatura indiana. Tôda a minha admiração pelo génio poético hindú, pelo seu lirismo de êxtase e de maravilha, que melhor do que nenhum outro soube espiritualizar a natureza e divinizar a mulher, se imobilizou e esqueceu perante as obras primas do quarto e quinto século, em cuja be-

leza resplandece, do rei Sudraka a Calidasa, de Calidasa a Bhavabhuti, pesado de jóias, húmido de ternura, hirsuto de fábulas e de mitos, o eterno encantamento do Amor. O carácter eminentemente moderno dessas páginas primitivas do lirismo hindú, quási tão velhas entretanto como o próprio cristianismo, deram-me sempre a impressão de que a *Sacountalá* ou a *Ourvasi*, a *Agnimitra* ou o *Carrinho de Barro*, eram a obra palpitante e actual, misteriosa e nova, dalgum espantoso poeta contemporâneo. Nesses heróis que atravessam sorrindo florestas sagradas, nesses reis infantis e imberbes que desmaiam sôbre tronos de oiro macisso e, acima de tudo, nessa dolorosa *Marion Delorme*, nessa subtil *Dama das Camélias* do teatro indiano, que é a cortesã Vasantasêna, o sentimento moderno vive e esplende, lateja e tumultua. Quinze séculos não envelheceram êsses poemas eternos onde a mocidade perpétuamente refloresce. Dir-se-ia que sôbre essas doces figuras de mulher, sôbre os seus gestos de êxtase, sôbre os seus olhos de porcelana, sôbre a sua graça de flores, — o tempo não passou. E por isso, quando hoje acabei de lêr a *Chitra* de Rabindranath Tagore, onde a mulher hindú, calma e humilde, voluptuosa e resignada, geme como Sacountalá, chora como Ourvasî, — senti palpitar à minha volta, abrasadas de sol, as éclogas de Calidasa,

vi bailarem-me diante dos olhos as orças brancas do eremitério de Cânva, scintilar nas mãos pequeninas duma criança o carrinho de oiro de Vasantasêna, a sombra desvairada do rei Pouravarâs fugir uivando pela floresta,—e custou-me a acreditar, confesso, que entre as velhíssimas maravilhas do teatro indiano e a comédia ardente e melodiosa de Tagore tivesse decorrido a eternidade de mil e quinhentos anos.

O poema *Chitra*, que o autor traduziu em inglês, é, como o teatro indiano de todos os tempos, a história duma mulher. Um idílio numa floresta mitológica. Uma intriga de deuses em volta dum caso de amor. *Chitra*, filha dos reis de Manipur, nasceu sem beleza. Tem um corpo anguloso, uns braços hercúleos, um aspecto viril. Condestável no seu próprio reino, atravesa as florestas num cavalo branco, eriçada da escama luzente das armas. Os salteadores temem-na; o seu povo adora-a. E, entretanto, dentro dêsse corpo bárbaro de homem, palpita um coração terno de mulher. Chitra é uma deusa de oiro dentro de um sarcófago imenso de argila. É uma luz bruxuleando no meio duma tempestade. Até ao dia em que ama, vive feliz. No dia em que o amor a revela a si mesma, a desarmonia do seu próprio ser horroriza-a. Tem um coração suave de mulher, capaz de amar até à ternura, até ao sacrifício, até à abdicação; mas

o seu corpo, sem feminilidade e sem beleza, não lhe permite a glória de ser amada. Quer conquistar, pela voluptuosidade ou pela violência, o homem que a perturba. É Arjuna, príncipe de raça guerreira, que vive na floresta como eremita. Chitra cobre-se de jóias, veste-se de púrpura, põe sôbre o focinho ancioso de cada seio um peitoral de prata. É a mulher imperfeita e máscula, viril e feia; ama, mas não inspira amor: Arjuna repele-a. Então, Chitra desprezada recorre aos deuses. Eros e Lycoris surgem. A floresta anima-se e resplandece. O *theologeion* intervêm na intriga.—«Deuses, fazei-me soberanamente bela por um dia só!» Eros sorri, estende para Chitra os braços carinhosos,—e concede-lhe um ano de beleza. Chitra, transfigurada, tem finalmente por si a formosura que vence, o clarão que deslumbra, o perfume que estonteia; possue a maior das fôrças—a fraqueza, o maior dos orgulhos—a graça; embriaga como um hausto de primavera, esplende como uma montanha de neve ao sol, é a beleza perfeita, a melodia eterna, a virgindade dominadora. Arjuna, que a desdenhara, cái-lhe aos pés. Amam-se em plena selva, como feras, no silêncio sagrado da noite. O céu e a terra, o tempo e o espaço, o prazer e a dôr, a morte e a vida confundem-se no instante dum beijo. O coração terno de Chitra póde, emfim, amar. Mas,

como uma serpente que hiberna e acorda do seu largo sono, um pensamento doloroso surge na consciência de Chitra. Não. Não é a ela que Arjuna ama; não é a sua alma anciosa e forte, a sua ternura fiel de leôa amorosa, o seu instinto transbordante de energias selvagens: Arjuna ama apenas a mentira corpórea que a envolve, a beleza efémera que lhe emprestaram os deuses, aquilo precisamente que é estranho a ela própria e que ao seu próprio ser não pertence. Chitra arde em ciúme da sua mesma formosura. Afasta-se, com horror, das lagôas azúis que lhe reflectem a graça perturbante. Detesta a voluptuosidade que provoca. Arrasta como um fardo a máscara da sua beleza. Quer ressurgir, renascer, reencontrar-se. Quer que Arjuna possua e ame, não a sua mentira, mas a sua verdade. E um dia, em plena chuva de oiro do sol, despojada da formosura transitória que lhe emprestaram os deuses, aparece, tal qual é, viril e feia, imperfeita e máscula, diante dos olhos espantados do herói. E quando Chitra julga que vai ser outra vez repelida, Arjuna, saciado, fatigado, martirizado de beleza, reconhece o êrro universal de amar na Mulher apenas a sua fórma exterior, e recebe-a enternecidamente nos braços: — «Bem amada, comtigo tenho tudo o que me faltava na vida».

É êste, no seu bárbaro simbolismo, o novo

poema ne Rabindranath Tagore. Nele passam, cantando, tôda a paixão ingénua do *Carrinho de Barro*, toda a suavidade lírica da *Sacountalá*, todo o calmo esplendor dos poetas hindús do quarto e quinto século. Como Calidasa, como o rei Sudraka,—Tagore espiritualiza e exalta o amor e a Mulher. Mas, desta vez, a sua obra não é o grande poema sagrado da Beleza eterna. É a pequena bíblia consoladora das mulheres feias.

ALBERTO MONSARAZ

Alberto Monsaraz leu-me ontem uma grande parte do seu novo poema. Deu-me um hora de nobre prazer intelectual. Poucas vezes tem cantado aos meus ouvidos tanta mocidade e tanto talento. Emquanto a sua voz enchia o meu quarto de doente, e os versos passavam, em largos ritmos, em imensos frescos animados, levantando figuras, movendo multidões, agora cachoantes como ondas, logo estridentes como tubas de prata,—eu via diante de mim, naquela face trigueira e viva de poeta, naqueles cabelos crespos e levantados, naqueles olhos onde passavam súbitos clarões, naquelas mãos robustas, fulgentes de aneis familiares, alguém que a minha saùdade não esqueceu e que a minha admiração segue ainda na morte: o conde de Monsaraz. Com que desvanecimento êle teria ouvido o filho! E como nesse filho renasce, mais im-

petuosa, mais enérgica, mais vibrante ainda, a eloqüência lírica do Pai!

Ouvi, dêsse poema inédito, e ainda incompleto, o segundo canto: o *Mar*. É uma larga composição épica, cheia de simplicidade e de grandeza. A sombra de Camões, vaga e translúcida, sobe aos rochedos, debruça-se sôbre o oceano. Na sua impassibilidade de espectro, o Poeta assiste durante três séculos à agonia de Portugal. Interroga os homens e os factos. Surpreende as origens e as causas. O reino de D. João II, honrado e forte, cheio de celeiros e eriçado de armas, subvertera-se. Todo o seu mal viera da ambição. Tôda a sua ambição crescera do mar. Como no *Prometheu*, corpos brancos de oceânides galgam o sopé da rocha, em borbotões de espuma. O clarão roxo da manhã varre as últimas sombras. E Camões fala ao Oceano. Não! Do mar não viera senão a desgraça. As naus da conquista tinham sangrado o reino. Latinos de caravela enchiam de cruzes vermelhas a imensidade do mar. Portugal despovoara-se. Emquanto ondas de estrinqueiros e de calafates breavam carcassas de naus nos varadouros da Ribeira,—a grande charneca portuguesa, escalvada, fendida, inútil, crestada de sol, suplicava o ferro das charruas fecundas, a bênção da água fertilizadora. Não havia braços, não havia pão. Nunca o reino tropeçara em tanto ouro,—e nunca Portugal ti-

vera mais fome. Tôda a catástrofe económica dos descobrimentos lateja e rue nas palavras do Poeta. Tôda a ruína, tôda a devastação, tôda a miséria de que foi feita a glória portuguesa, sangra na sua dôr pungente. Êle próprio a exaltara; êle próprio repudia agora a sua obra, feita de ilusões gigantescas e de desvairamentos formidáveis. E o mar responde-lhe. É uma grande voz mugidora e longínqua, arrastada e convulsa. Que culpa teve êle de que a audácia dos portugueses perdesse Portugal? Responde-lhe a areia movediça, as longas praias scintilantes que viam, coalhadas de cortejos e de pálios, hirsutas de flâmulas e de cruzes, partir para a Índia armadas sôbre armadas. Responde-lhe a espuma branca das ondas, soluçando. Respondem-lhe as constelações, güias insconscientes de tôda essa epopeia de suicidas. Responde-lhe a bruma, agitando os seus braços de névoa. E espuma, e rochedos, e areias, e constelações, vagas disformes que mugem e referverm, neblinas flutuantes que se adensam em bruma, tôda a alma convulsa do Mar sagrado, pergunta às prôas hostís das carracas e das naus, aos latinos brancos das caravelas, às galés bastardas bracejantes de remos, às urcas enormes, à fustalha meúda, por que razão surpreenderam o seu segrêdo eterno, violaram o seu mistério profundo, rasgaram com os pregos de cobre das quilhas o ventre virginal do oceano. Porquê?

Porquê? E os corvos passam, voejam rasteiros, a envergadura negra a aflorar a rocha, grasnando, crocitando, gritando o seu presságio:

Dormem no mar, lá no fundo,
Tantas naus, tanto batel!
Frotas de D. João II,
Armadas de D. Manuel...

Quando a voz quente de Alberto Monsaraz se extinguiu, não pude resistir à tentação de o apertar num abraço. O seu talento, cheio de eloqùência viril e de nobre audácia, ganhara-me e comovera-me. Nesse momento, não sei por quê, tive a impressão de que o conde de Monsaraz nos ouvia ainda, e de que um pouco da sua ternura de Pai, passava, tremendo, nos meus braços de amigo.

AUGUSTO ROSA

Passei ontem meia hora no *atelier* dum grande pintor, diante do retrato dum grande artista. Esse pintor era Columbano. Esse artista era Augusto Rosa.

Olhei-o, analisei-o longamente. Não foi apenas o trabalho assombroso do mestre da pintura portuguesa contemporânea que me deteve tanto tempo diante dêsse quadro, verdadeira maravilha de expressão e de verdade, de sobriedade e de concisão técnica. Não foi apenas o retrato que me interessou. Foi também o retratado. Em frente daquele homem glabro, macisso, distinto, simples, que nos olha do fundo da sua cadeira Império, a casaca de sêda preta batida de reflexos claros, as luvas brancas amarfanhadas na mão, a face abrindo entre um velho Saxe e duas brochuras *Lemerre* o seu sorriso fino, interrogativo e desdenhoso; diante dessa figura soberba, surpreendida pelo pintor na exactidão flagrante

da sua expressão subtil e da sua distinção fácil, — eu perguntei a mim mesmo: Qual é, afinal, o segrêdo da elegância dêste homem? Porque é êste homem, indiscutívelmente, um dos grandes elegantes do seu tempo?

Os nossos olhos percorrem-no, desde a sólida cabeça de romano, onde se espera, a cada passo, vêr surgir a esmeralda de Nero, até ao largo tórax quadrado que a casaca cinge num vago lampejo de sêda; observam-no, desde a mão espêssa, scintilante de aneis, que aperta aquelas luvas inseparáveis de todos os retratos de Columbano, até à ponta luzente do escarpim, que avança no tapete como um focinho inquieto e luminoso; seguem, detalhe a detalhe, a sua *toilette* sóbria e grave, linha a linha a sua atitude simples e calma, — e naquela criatura, que parece, afinal, como todos nós, um homem correcto que veste correctamente a sua casaca, não conseguem surpreender uma nota, um acidente, um pormenor menos vulgar que explique a sua elegância incontestável, e que não seja, estrictamente, um logar-comum de correcção. Porquê? Porque a elegância não se explica. Constata-se, apenas. E' alguma coisa de incoercível, alguma coisa de impreciso, de fugitivo e de imaterial, que escapa a tôda a definição e que resiste a tôda a análise. Como a beleza, como o próprio Deus, — é mais difícil dizer onde ela está do que onde

ela não está. Como o perfume, — adivinha-se e não se vê. Todos percebem onde ela falta; e ninguém sabe dizer donde ela vem. Quando tentamos defini-la, precisá-la, isolá-la, — foge-nos entre os dedos, como uma sombra. Onde existe, transforma tudo; onde não existe, não há arte, não há talento, não há beleza que a substitua. Não é um dom que se adquira; é um instinto com que se nasce. Mas o que mais desconcerta na elegância é o seu carácter paradoxal. — «*L'homme bien mis ne doit pas être remarqué*», — afirmou um dia a impertinência soberba de Barbey d'Aurevilly. Dir-se-ia que o grande segrêdo para se ser elegante está positivamente em não o parecer. O sucesso do *maccarony* na Londres de 1790, o êxito do *gant-jaune* na Paris de 1820, viveram, sobretudo, dêsse elemento negativo. — «Sejamos o mais deselegantes possível», — dizia o elegantíssimo Roger de Beauvoir, amarrotando, antes de os vestir, a sua casaca verde de botões de oiro e o seu imenso colete de pêlo de cabra. — «Onde é o seu alfaiate, senhor presidente?» — perguntava no Parlamento português de 1848 o Visconde de Sotomayor, embrulhado, com a maior distinção do mundo, num *carrick* vermelho de bolieiro. O *fashionable*, de que Brummell e Jorge IV de Inglaterra foram o tipo exacto e inverosímil, conseguiu, no paroxismo do *deshabillé*, atingir a elegância suprema.

O conde d'Orsay, árbitro de *Saint James's square*, chegou ao vértice da glória no dia em que convenceu o seu alfaiate a fazer-lhe umas calças de serapilheira. A elegância é mais do que um desafio; é um orgulho. Não é apenas um baptismo; é uma imunidade. O ridículo, que atinge mortalmente tôdas as elegâncias falsas, passa pela verdadeira elegância sem lhe tocar. A sua asa de oiro é invulnerável. Ao mesmo tempo scintilação e acaso, vulgaridade e singularidade, paradoxo e contradição, fleugma e impertinência, sombra fugitiva e forma instável — só o génio dum pintor tem o poder de apreender, de expressar, de traduzir, de revelar a elegância onde ela exista.

Foi precisamente o que eu pensei ontem, durante meia hora, diante do retrato admirável de Augusto Rosa. O grande actor tem, nessa tela, mais do que a reprodução exacta da sua máscara, — a expressão viva de tudo quanto há de vago, de impreciso, de indefinível, de inconcretizável, de infinitamente espiritual na sua elegância. Estou a olhá-lo na pintura de Columbano, e a vê-lo mover os lábios para articular, lentamente, desdenhosamente, como George Brummell *squire*, mostrando, sôbre o tapete, duzentos farrapos de sêda branca inutilizados para fazer um único laço de gravata:

— «*Regardez, Jimmy, ce sont nos erreurs!*»

JOÃO GIL

O grande actor que há dias morreu, octogenário e em plena sombra, foi um dos maiores oficiais do seu ofício que teem honrado em Portugal a arte de representar. O seu nome não é daqueles que duas pás de terra abafam e emmudecem. Não. Viverá emquanto viver o último escritor de teatro, cuja obra, ao clarão de verdade do seu génio, vibrou de comoção e palpitou de vida. Um dêsses escritores sou eu. Devo a João Gil a última homenagem de admiração e de reconhecimento. Venho pagar a minha dívida.

Estou a vê-lo. Forte, macisso, bonacheirão, honrado, o seu tipo de português pé-de-boi daria, indiferentemente, um risonho barro de Bordalo ou um leigo dispenseiro de Alcobaça. O seu admirável instinto de actor não se adivinhava no sorriso espêsso daquele bom homem, quadrado de ombros, pesado de movimentos, mole de fisionomia, que arrastava pelas mesas do *Martinho*,

como velho freqùentador, a viçosa decrepitude dos seus quási oitenta anos. Quando se animava na conversa, dir-se-ia uma velhice alegre de égipan, no lume ainda vivo do ôlho esperto, na polpa carnuda do lábio grosso, nas mãos felpudas e largas, robustas e sólidas. Simples em tudo, respirava nele a paz humilde, a doçura patriarcal dos animais de trabalho, enormes, satisfeitos, pontuais, contentes na posse resignada do seu quinhão de existência. A sua arte era, como êle próprio, um bloco instintivo e tôsco, rude e simples. Nenhum actor do seu tempo — àparte Taborda e António Pedro — sentiu, como êle, a alma popular. A sua fôrça risonha, a sua ingénua sinceridade compraziam-se na observação do povo. Viveu-o, sentiu-o, amou-o. Foi o poeta dos humildes. Em tôdas as suas criações surgia, abrasado de sol, negro de terra, bárbaro e triste, o povo das montanhas e das charnecas, das lezírias e do mar. Tôda a ânsia, todo o pitoresco, todo o sonho, tôda a fereza animal da raça, passavam, em clarões, nos seus tipos testudos e broncos, chambões e fortes, tisnados da luz e crestados do vento. Lia um só livro, — a vida; tinha uma só preocupação, — a verdade. A honestidade estrutural do seu carácter trasbordava para a sua obra. Foi êsse rigor escrupuloso de observação que fez dele, em teatro, um dos mestres do naturalismo contemporâneo. Não lhe

pedissem a razão filosófica das suas criações. Ignorava-a. Nos seus processos de actor, havia um pouco da fatalidade inconsciente da própria vida. Era o intérprete instintivo da alma do povo. Era êsse mesmo povo — amando, sofrendo, chorando.

Uma das figuras que o talento criador de João Gil imortalizou, talvez a mais popular de tôda a sua vasta galeria de tipos, foi o Romão alquilador, da *Severa*. Recordo ainda, com uma impressão de vago terror, a noite em que a audácia literária dos meus vinte e três anos atirou, como um desafio, à platéa mais aristocrática de Lisboa, tôdas as violências plebeias da meia-porta do Capelão. Se essa peça ficou no teatro português, devo-o exclusivamente à forma soberba por que os seus primeiros intérpretes a sentiram, a defenderam e a amaram. Devo-o, acima de todos, a João Gil. O potencial de vida acumulado nessa figura tôsca de marchante alentejano ainda hoje me assombra e me perturba. Os processos de simplicidade empregados na sua realização desconcertariam o actor que quisesse reproduzi-los ou imitá-los. Romão era o tipo bronco do troquilha forasteiro, do saboneiro e espotrejador do Alentejo, ardido da charneca e trescalante ao mato, que por volta de 1848 vinha, na sua bêsta maturrona, no seu albardão mourisco de volta em meia lua, ciganar às feiras da Charneca e da

Golegã. L'Evêque surpreendeu-o nos seus desenhos; Bordalo, sem querer, eternizou-o no seu *Zé Povinho;* Gil viveu-o no alquilador da *Severa*. Era a expressão crassamente nacional da bonomia fradesca e da esperteza saloia. Com o seu largo sombreiro à Cristina, a sua manta do Alentejo, a sua polaina de sola, uma espora de ferro de Guimarães luzindo no salto grosso de prateleira, uma niza tilintando fechos de cobre, um lenço sarapantão de Alcobaça a esbeiçar-lhe da algibeira, — êle aí ia pelas feiras de gado, debaixo da raçada crúa do sol, a bôlsa repilgada de moedas, a troquilhar, a alborcar, a vender, a espalmar a mão enorme pela garupa luzidia das éguas, a deslombar-se em zangarreios de viola, a sapatear o seu fandango, agora de gorra com ciganos, logo ombro a ombro com fidalgos, desconfiado por índole, enganado por hábito, vadio por condição. E depois, morto o vício, aliviada a bôlsa, comprado por bom um cavalo com quartos ou com esparavões, passadas duas noites com uma fregona de chinela, perdida a navalha pelas betesgas da Mouraria, — o marchante alentejano voltava ao seu canto de charneca, ao casal do seu monte, ao frade de tijolo do seu lar, à quietação profunda da natureza selvagem, entre as lombas roxas de mato queiró e o fumo distante das queimadas de Espanha... Como êste papel foi feito! Como esta figura, marcada a lar-

gas pastadas de tinta, se encorpou, e avigorou, e cresceu, exacta, flagrante, viva, estupenda de pitoresco e de verdade, natural no menor movimento, na mais fugitiva expressão, no mais insignificante gesto! Foi alguma coisa mais do que uma criação histriónica; foi uma verdadeira consubstanciação. E para a obter, — que sobriedade de processos, que sentimento das proporções, que certeza de colorido, que espantosa energia criadora! Como as palavras sobejavam naquela desesperadora exactidão mímica, que já não era teatro — porque era humanidade; que já não era ficção — porque era vida! E com que clareza nós seguíamos a figura para além da própria acção da peça, — e a entendíamos, e a acompanhávamos, e a víamos de jornada por êsse Alentejo, um lenço encarnado atado à cabeça, um pampilho debaixo da perna, as estribeiras de cobre lampejando às labaredas do sol de agosto!

Pobre Gil! Da sua última viagem, o alquilador da *Severa* não voltará mais. Com o grande actor, com o seu torso acaçapado e hercúleo, com a sua face balofa de fauno velho, desapareceu para sempre essa pitoresca figura da Lisboa de 1848. Ninguém mais a acordará do seu sono tranqùilo. As meias-portas da Amendoeira, aconchegadas e carinhosas, não tornarão a abrír-se para êle. Os grandes bois ruivos da lezíria, chamuscados do sol e sangrentos dos moscões, não voltarão a

olhá-lo, nas grandes tardes doiradas das feiras, com os seus olhos redondos e pacíficos. Poderá o mato da charneca reflorir; arder e estalar de novo o azinho nos lares. O velho Romão morreu. Só os actores de génio teem o poder de subverter comsigo a fórma corpórea das suas criações. Quando o espectro do velho Gil se afastar no tempo e no espaço, glorioso e fatigado, — a sombra amiga de António Pedro, estou certo, há-de ir recebê-lo ao caminho, sorrir-lhe amorávelmente no esplendor da eterna manhã, e dizer-lhe em segrêdo, na sua voz de silêncio e de mistério:

— Bom dia, meu irmão.

ESTIRPE DE JÚPITER

Passou-lhes despercebido, talvez, o desaparecimento de Manuel Gomes. É possível, mesmo, que muitos dos meus leitores não saibam quem Manuel Gomes foi. A notícia da sua morte — cego, inútil, numa casa alegre dos bairros novos — apareceu em tipo miúdo, na terceira página dos jornais, com o ar dessas pequenas notícias que não interessam ninguém e que parecem publicadas expressamente para que ninguém as leia. E entretanto, Manuel Gomes — o livreiro Gomes, do Chiado — foi uma figura e um valor no meio literário de há quinze e de há vinte anos. A edição de um livro na sua casa chegou a ser uma espécie de consagração. Pelas largas poltronas Maple da livraria de Manuel Gomes, confortavelmente instalada pela arte graciosa do pintor Vilaça — outro morto de ontem — passaram, num sorriso de bom humor, as duas últimas gerações literárias. Era um campo neutro onde se procu-

ravam, onde se encontravam, onde se reùniam, em volta do último «*vient de paraître*», médicos e jornalistas, políticos e professores, pintores e eruditos, homens de gôsto e homens de letras, na vagabundagem intelectual das últimas novidades, procurando o livro que nunca se encontra, adivinhando o livro que nunca se lê, dispersando essa voluptuosa curiosidade de espírito que tudo aflora e que nada deseja, que tudo folheia e que abandona tudo. Novos e velhos, as celebridades de ontem e as esperanças de àmanhã, tôdas as figuras representativas do «momento» literário, todos aqueles que justa ou injustamente se consideravam «da estirpe de Júpiter», —não deixavam de permitir-se o luxo intelectual de passar às 5 horas pelo Gomes, de folhear uma revista sôbre a larga banca de carvalho, de discutir, entre um sorriso e um cigarro, a última peça de Donnay ou o último livro de Anatole, de marcar à porta o seu quarto de hora elegante, vendo subir e descer o Chiado, nas tardes luminosas do outono, as francesas mais ou menos gentis que então começavam a enxamear em Lisboa. A livraria de Manuel Gomes era um salão. Aí se faziam e desfaziam reputações, se compunham e derrubavam ministérios. A arte de conversar, que hoje se converteu no hábito desagradável de discutir, teve nessa profunda sala de livraria iluminada por um colorido vitral de ca-

ravelas, o seu último refúgio e o seu último templo. Ainda ontem eu recordava, tomando o meu tranqùilo chá na pastelaria Marques, o que aquela casa fôra ainda há quinze anos. Ali mesmo, no recanto confortável da antiga montra, vira eu—quási uma criança—a figura óssea, longa, aquilina e triste de Eça de Queiroz, o monóculo na órbita, as omoplatas aladas, uma flôr na sobrecasaca negra, as mãos moles abrindo e fechando brochuras amarelas. Mais acima, junto à mesa dum sóbrio estilo da Holanda, em que Manuel Gomes escrevia e sorria,—o perfil de Sousa Martins, vivaz, hirsuto, negróide, gesticulando, atirando livros, gritando:—«Mas êstes diabos escrevem com serradura de palavras!» E assentados, em volta, na penumbra doce coada pela sêda verde da vitrine,—Emídio Navarro, com o seu torso quadrado de Hércules; a cabeca loira e leonina de José de Alpoim; Mousinho de Albuquerque, glorioso e *sabreur;* Montúfar Barreirros, debruçado sôbre o *Código de Duelo* de Du Verger Saint Tomás; a figura tranqùila de Columbano; Vilaça, que trocara por um panamá o seu capuz vermelho da oficina; o conde de Sabugosa; João Saraiva recitando a sua última sátira,—«*A estátua é bronze, o sino é bronze e tu és pó!*»;—e pendurados pelas mesas, debruçados sôbre os livros, os *habitués* de tôdas as noites, literatos que já eram da casa, as faces batidas pelo oiro

oleoso da luz, as mãos plácidas folheando, devassando, desencantando brochuras, ilustrações, revistas. Fôra ali, naquela mesma penumbra das seis horas, que eu conhecera essa pequenina águia fóssil, encarquilhada, arguta, eminente,—o velhíssimo dr. Tomás de Carvalho, médico, latinista e helenista; ali mesmo, curvado sôbre a mesa de Manuel Gomes, as lunetas fulgindo, um lápis na mão espêssa e forte, D. João da Câmara levara meia hora a explicar-nos—espécie de S. Francisco de Assis com a cabeleira negra e eriçada dum sátiro moço—o problema da trisecção do ângulo; agora, era a figura risonha de Rafael Bordalo que surgia, a testa curta, uma flôr no fraque, o monóculo entre os dedos, explicando, grupo a grupo, as maravilhas da jarra Beethoven: logo, António Enes, sêco, hirto, míope, severo, procurando entre os livros, ao acaso, *par ci, par là*, como todos nós jornalistas, a sugestão dum artigo de fundo... E emquanto o chá fumegava na porcelana translúcida da minha chícara, eu ia reconstitùindo, pouco a pouco, móvel a móvel, recanto a recanto, vitral a vitral, a livraria elegante de outro tempo, povoando-a da multidão ilustre que a animou—quási todos mortos!—fazendo-a renascer, reviver, ressurgir, como um espectro, como um clarão,—últimos restos duma aristocracia intelectual que para sempre se perdeu...

AMOR À ANTIGA

Minha querida amiga.—Prometi-lhe uma carta por mês sôbre literatura. Era a promessa mais inocente que um homem como eu podia fazer a uma mulher encantadora como você. Tenho-a cumprido. E, como vê, cumpro-a sem esfôrço, conversando comsigo tão correntemente, tão naturalmente, como se você me tivesse recebido, durante meia hora, entre as almofadas da sua salinha Império. A primeira condição para se escrever de literatura, é saber dar a impressão de que se escreve sem literatura. Aprender a conversar é meio caminho andado para se aprender a escrever. A bôa prosa, minha querida amiga, deve parecer-se com as suas unhas. Quem as vê, coloridas como dez pequeninas fôlhas de rosa, brilhantes como dez ligeiras escamas de nácar, imagina que você já nasceu assim, com uma primavera na ponta de cada dedo. E, entretanto, eu sei perfeitamente, minha amiga—mas não

digo nada—o tempo que você leva, tôdas as manhãs, agarrada a um polidor de marfim, rodeada de mil frascos e de mil e uma pinças niqueladas, a pintar, a talhar, a polir cada uma das suas unhas—que são obras de arte tão incontestáveis como uma caixa de Limoges ou como uma jóia do Leitão. A arte infiltra tudo, vive de tudo. Mas onde ela é maior, é precisamente onde menos se vê. Nas minhas cartas ou nas suas mãos—que importa?—a arte só existirá quando todos a suspeitarem e ninguém a descobrir.

Quero falar-lhe hoje do *Amor à antiga*.

Sabe você que se chama assim uma das mais lindas comédias que se teem escrito em português? Sabe-o tôda a gente. Entretanto, como as mulheres só costumam ignorar aquilo que tôda a gente sabe, venho conversar um pouco comsigo àcêrca dessa graciosíssima obra-prima que marca, na evolução da comédia portuguesa, um ponto de referência. Lembra-se da *Mantilha de Renda?* Foi, há trinta anos, o tipo da nossa alta comédia. Lembra-se dos *Peraltas e Sécias?* Foi o tipo de há dez anos. Folheie agora o *Amor à antiga:* é o tipo de hoje. Tudo quanto de subtil e de delicado tem produzido o sentimento no moderno teatro português, passou, chorando, scintilando, sorrindo, nestas três comédias admiráveis. Da ternura de Fernando Caldeira à graça de Marcelino, o quadro anima-se, a côr salta,

acentua-se o carácter, complica-se a técnica; com Augusto de Castro — o espírito nasce. Escrevendo as suas comédias, o primeiro comoveu-se; o segundo, riu; o terceiro, sorriu. Aí lhe mando as três obras, — expressão do que há de mais gracioso, de mais delicado, de mais enternecedor no teatro português. Folheie, leia, compare. Como da ingenuidade um pouco espêssa, um pouco triste da *Mantilha*, se passa, quási insensívelmente, para o movimento leve e rápido dos *Peraltas*, para a ligeireza subtil e ondulante do *Amor à antiga!* Como se sente bem, a-través destas três obras, marchar, avançar, transformar-se o espírito duma literatura inteira!

O título da comédia de Augusto de Castro vai fazer-lhe impressão. Não há amor à antiga nem amor à moderna, — dirá você; há o amor — que é sempre o mesmo amor. Tal qual como me dizia o Antero de Figueiredo àcêrca duma das minhas *Quintas-ferias:* não há mulheres feias nem mulheres bonitas; há apenas a mulher que amamos, e que é bonita sempre. Ainda não sei se o Antero tem razão; você é que não a tem com certeza. Ontem, quando eu jantava no Estoril, ao pé duma irlandesa velha, comprida como um discurso político e magra como um prego de chapéu, — adquiri a firme convicção de que as mulheres feias existem. Hoje, ao passar, neste dia doirado de primavera, junto dos mais lindos

olhos pretos que tenho visto na minha vida, — mudei imediatamente de opinião. É certo, minha querida amiga, que o amor não envelhece nunca. Mas o que envelhece (e com que rapidez!) são as mentiras de que nós revestimos o amor, é a maneira mais ou menos espiritual, mais ou menos delicada, mais ou menos solene por que nós encaramos esta tolice eternamente velha e eternamente nova, que me impele a mim pata si, que a impele a si para outro, que nos estraga todo o prazer que poderia dar-nos a vida, e pela qual, incessantemente, obstinadamente, nos perseguimos como sombras e nos devoramos como feras. O amor à antiga, para Augusto de Castro, é o velho amor puro dos lares fidalgos da província. É o amor respeitoso e ingénuo, casto e simples, que floresce ainda, como uma roseira brava, aos quatro cantos de Portugal. É o amor que vive de preconceitos, que adopta as tradições de família, que obedece à vontade dos pais, submisso e fiel, tranqùilo e nobre, — o mesmo amor que nós vêmos sorrir nos romances de Júlio Dinís, e que, de repente, trasborda, ruge, freme, tumultua de paixão nas novelas dolorosas de Camilo. É êsse amor de tradição, é êsse amor de pureza, é êsse amor de primos, que passa, como um sussurro de aragem, como um murmúrio de beijos, na encantadora comédia que lhe mando. Nunca a leio que não sinta um de-

sejo imenso de ter vinte anos e de ser primo de alguém. Vai acontecer-lhe o mesmo a si. Os vinte anos não lhos posso dar, minha querida amiga; mas se lhe faltar um primo,—aqui me tem a beijar-lhe as mãos.

A CASA DE S. VICENTE

Conhecem uma velha casa do largo de S. Vicente, tipo sólido e severo das casas solarengas seiscentistas, que pertenceu ao secretário de Estado de D. João IV, Pedro Vieira da Silva, e que ainda lá tem, no tôpo da escada, entestando com a porta, a pedra de armas do seu primeiro dono, — seis vieiras de oiro sôbre campo vermelho, com dois bordões de Santiago, e sôbre campo de prata o leão de púrpura dos Silvas?

Pois essa casa é hoje de Alfredo da Cunha. Amigos comuns tinham-me dito que o seu actual possùidor, homem de talento e de gôsto, fizera do solar de S. Vicente um verdadeiro museu. Manifestei o desejo de o vêr, — e Alfredo da Cunha, tão gentil de espírito como de maneiras, quis ter a bondade de me abrir, durante cinco breves horas, os seus braços de amigo e as portas da sua casa. Nunca um homem feliz pôde esconder a sua felicidade num lar tão belo, tão calmo e tão

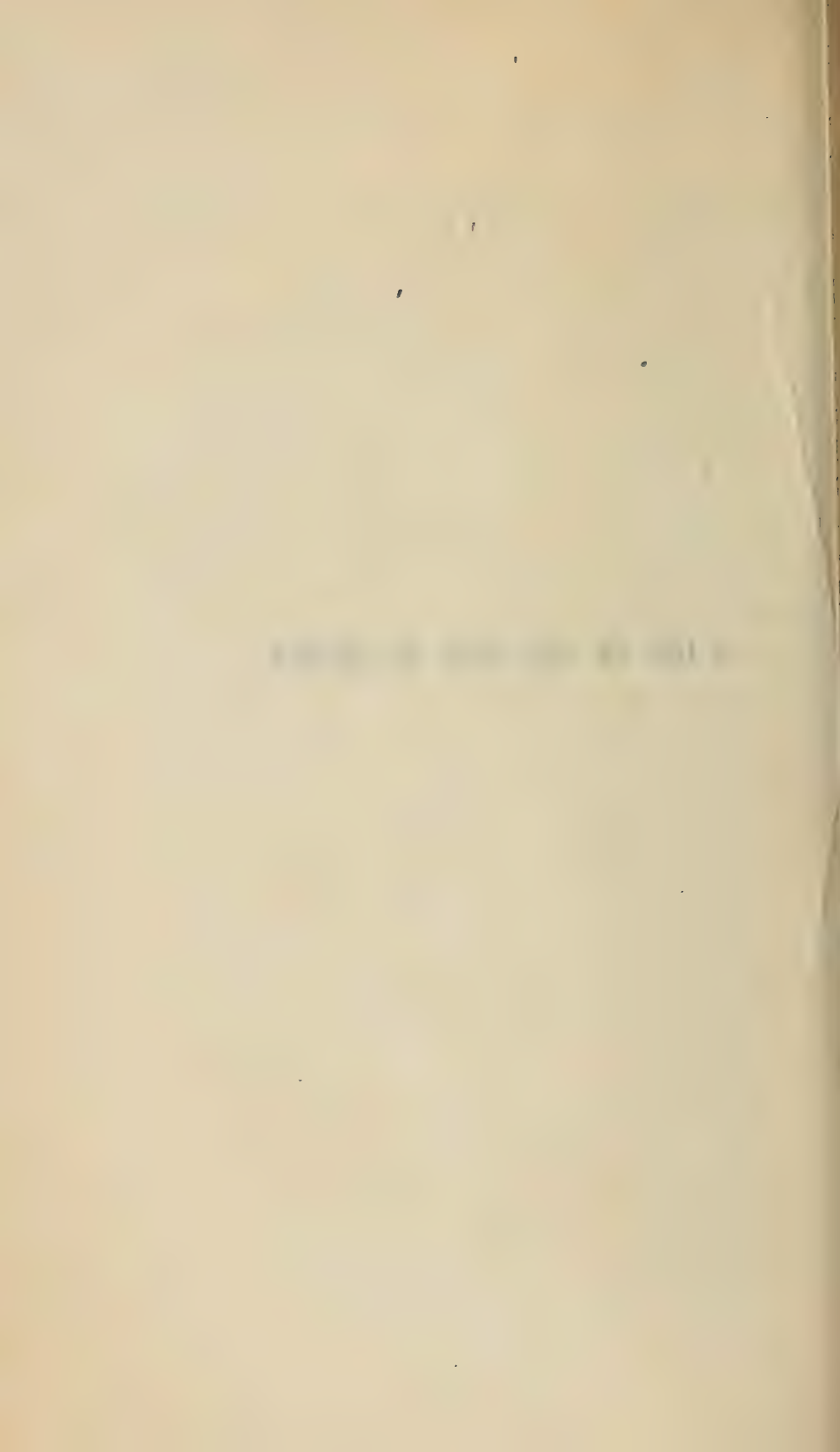
nobre. Disse-o a José Queiroz, que fôra almoçar comnosco e vêr uma aquisição nova,—um admirável tapete de Arraiolos, do princípio do século XVIII: a casa de S. Vicente não é apenas uma lição de beleza; é uma lição de virtude e de amor. As cinco horas que ali passei encheram-me o espírito de doçura, de serenidade, de paz, dessa calma indulgência que nos faz supôr a vida mais bela e os homens melhores, depois de ter sentido ao pé de nós, como um sorriso em flôr, a felicidade de alguém. É nestas velhas casas, onde parece flutuar ainda a penumbra doirada do passado, que se recebe, mais perdurável e mais viva, a impressão da família e do lar. Tudo é carinhoso e sereno à nossa volta. Amortecemos instintivamente os passos para não acordar a ventura que ali dorme. Por tôda a casa da entrada, pelas estalas de côro monástico que a circundam, por aquela Virgem que parece de repente um Memling, pela cópia magistral das *Lanças*, de Velasquez, pela grande lâmpada de prata batida que reluz a festo da porta, parecem escorrer, passar, tactear ainda as grandes mãos do silêncio e da sombra. A propósito de uma candeia de frade, que se diria levantada naquela hora do arquibanco dum arrábido,—Alfredo da Cunha, os olhos vivos scintilando através dos cristais da luneta fala-nos, a nós ambos e a seu filho, na idéa duma grande exposição de luminária portuguesa. As

vozes ressoam, como numa capela, profundas, graves, familiares. Detemo-nos vendo faianças: —uma albarrada de Viana, de bom decote; um gomil florido da Bica do Sapato; ladrilhos holandeses, roxos de vinho; dois Ruões; e, a um canto, um painel de azulejos do século XVIII, onde três figuras azúis e lampejantes movem, solènemente, uns trebelhos de xadrez. José Queiroz, em plena cerâmica, sorri, ilumina-se, resplandece, afaga as velhas peças de olaria como se estivesse acariciando um filho. Chega a hora do almôço. Um caldo beirão, fumegando em taças de Japão antigo, enche o ar dum perfume quente de canela. Conversa-se. Meia hora mais, mais um cigarro, e estamos na sala do teatro, D. João V, armada de Gobelinos, — a mesma sala onde quinze dias antes, numa deliciosa festa de arte, a snr.ª D. Adelaide Coelho da Cunha lêra, com um talento inexcedível, uma conferência em verso de seu marido. É essa conferência, verdadeiro modêlo do género, que canta agora aos meus ouvidos, florindo conceitos, tinindo rimas, evocando figuras, naquele interior gracioso do século XVIII onde o oiro das credências faúlha, bojam donaires nas velhas telas, assoma a um canto a face austríaca e a casaca vermelha do príncipe D. José, e um aroma longínquo de flores mortas palpita, esmaecido, no ar. São os Poetas que passam, em êxtase, entre uma nuvem de Amores côr-de-rosa,

evocados pela voz musical, pela voz incomparável da leitora. Agora, o *Trinca-Fortes*, hercúleo, blasonando de uma serpente verde sobre penhas de prata, a mão enorme aberta sôbre a limpidez florentina dum soneto; logo, Bocage, embrulhado num capote azul, esquálido, os pés enormes, o chapéu holandês enterrado na cabeça, ultrajando, amando, sofrendo; depois, Garrett, esticado, postiço, inglês, entalado no espartilho de Musset, envolvido na capa de Lord Byron; por fim, todos os néo-românticos, todos os poetas que amaram muito e que foram infinitamente amados, a sombra profética de Soares de Passos, a elegância fidalga de Tomás Ribeiro, a truculência espanhola de Bulhão Pato, enchendo, povoando, coalhando aquele enorme salão D. João V, encostando-se aos bufetes, debruçando-se sôbre os livros, vivendo, familiares e graves, na antiga casa solarenga do secretário de Estado, como se Alfredo da Cunha, erguido na mão o lírio de prata dos árcades, os tivesse convocado a todos para uma Arcádia de espectros... Quando a leitura terminou e eu beijei a mão da ilustre senhora, cuja voz tivera para mim o poder de evocar mortos, — vi, ao fundo da sala, tão comovido como eu, o filho do poeta e poeta êle próprio, José Coelho da Cunha, que o sentimento de sua mãe enternecera, e que reconstituía, mentalmente, os versos inéditos do seu *Livro da*

Noite. Foi êle, nessa tarde, o último poeta que falou. E com que frescura, com que simplicidade, com que graça cantou na sua bôca a voz alegre dos campos, a alma silenciosa da noite, a tragédia muda da Natureza, — como se agora passasse, sombrio, o Rollinat do *Dans les Brandes*, e logo, numa bruma doirada, a ternura pastoril dos vilancetes do século XVI!

Casa de poetas, casa de felicidade, — disse Goëthe. Quando saí, pelo braço de José Queiroz, sem me esquecer de tirar o chapéu à liteira fidalga que cabeceava à porta, uma revoada branca de pombas passou, ao sol, sôbre os telhados da casa de S. Vicente...

O QUE EU LHE DISSE DA GUERRA

A CATEDRAL

O kaiser recebeu a notícia em Metz, onde chegara com o seu estado-maior. A catedral de Reims, bombardeada pela artilharia alemã, estava em chamas. A velha basílica, maravilha da arte gótica setentrional, que assistira ao baptismo da nação francesa e vira sagrar os seus reis — era um montão fumegante de escombros e de ruínas. Depois de Louvain, Reims. A Alemanha já não se erguia apenas contra a fôrça: atentava contra a dignidade humana.

Duas rugas profundas vincaram-se na fronte do Hohenzollern e a sua mão larga, espêssa, eriçada de pêlos fulvos, amachucou o telegrama, como um farrapo. Não. Não fôra aquela a lição fecunda de Nietzsche. O pessimismo dionisíaco da fôrça compelira-o a desprezar a piedade, mas ensinara-o a respeitar a beleza. A catedral de Reims, a mais bela expressão do idealismo católico, onde em cada gárgula, em cada tímpano,

em cada ogiva, em cada arquivolta estremecia, palpitava um anseio de perfeição, um clarão de pensamento, uma aspiração de infinito, não pertencia apenas à França: era património universal; erguera-a, bloco a bloco, gerara-a, pedra a pedra, o sonho e a dôr da humanidade inteira. As granadas alemãs acabavam de destruir, num instante de fogo, seis séculos de história. No fundo da sua consciência devastada, Guilherme II sentia-o, reconhecia-o, confessava-o: a Alemanha cometera um crime. De novo os olhos de aço do imperador devoraram as palavras do telegrama; de novo o papel lhe crepitou nas mãos, amarfanhado, esfarrapado, despedaçado.

A tarde caía sôbre os campos de Metz, nevoenta e vermelha como um incêndio. Galopavam sombras, avançando, alagando. Havia em tôda a natureza um silêncio de catástrofe. E pouco a pouco, de encontro aos listrões de oiro do poente, a névoa incerta e fugitiva ergueu-se, adensou-se, espessou em flocos, subiu, lançou no ar vôos de contraforte, formigueiros de linhas e de relevos, ritmos lentos de arestas e de modilhões, bracejou a audácia formidável dos arcos-botantes, ergueu como um fumo ligeiro o gesto esbelto dos coruchéus, e coalhando em silharias de pilastra, elevando-se em nervuras góticas de abóbada, cruzando a bênção cristã das ogivas, florindo-se de rosáceas e de fenestragens, huma-

nizando-se em esculturas profundas de galerias e de pórticos, subindo sempre, subindo mais, galgando agora em tôrres translúcidas, gotejando logo em gárgulas debruçadas, — a névoa lenta, a névoa luminosa do Mosella foi levantando aos olhos do imperador, no silêncio tranqùilo do crepúsculo, escorrendo o oiro e a lava do poente em chamas, o espectro enorme, o fantasma gigantesco da catedral destruída. Era a alucinação de Reims, com as suas tôrres incompletas, os seus telhados de chumbo, o seu pórtico da Virgem, a sua galeria dos reis, os edículos aéreos dos seus contrafortes, doirados de mugre e revoantes de arcanjos. Era todo o sonho cristão do arcebispo Albérico de Humbert, que recobrara, nessa aparição de delírio, o coruchéu da ábside e as cinco flechas do transepto. Era a alma da mais bela das catedrais da França, irmã gémea de Amiens e de Chartres, de Strasburgo e de Poitiers, de Colónia e de Paris, expressão do génio viril de um povo que mediu sempre os seus monumentos pela grandeza da sua estatura. E em volta da sombra dessa sombra, da névoa dessa névoa, que se adensava, que se acastelava, que faúlhava oiro no vazio dos arcos-botantes, que se irisava na armadura de chumbo dos vitrais da rosácea, que se arrendava e floria de cogoilos nas arestas vivas de trinta coruchéus, — uma multidão confusa de espectros crescia, ululava,

soluçava, alastrava como uma maré negra, levantava-se em cachos humanos, erguia os braços, em gestos convulsos de imprecação, para aquele fantasma da velha grandeza arquiepiscopal de Reims, sepultada agora, para sempre, num montão de ruínas fumegantes.

O kaiser, embrulhado na sua capa cinzenta, olhava, imóvel. Era tôda a onda crispada dos arcebispos e dos reis, dos alvaneis e dos imaginários, dos ourives e dos pintores, que, do século XIII ao século XV, em trezentos anos de exaltação e de fé, tinham dado uma parcela do seu esfôrço, uma scentelha do seu génio, uma gota do seu sangue a cada pedra daquela maravilha, a cada jóia daquela imensidade. Mais perto, distinguiam-se os vultos, surpreendiam-se as expressões, as atitudes, os movimentos. Era o arcebispo Almérico, mitrado e revestido, os olhos marejados de lágrimas, o báculo fulgindo-lhe nas mãos proféticas; era S. Luís, doente da peste, vociferando, a auriflama batida do vento; Carlos VI, louco, a gritar que o traíram; era a figura hercúlea do Grão Ferré; era Bertrand du Guesclin, com as suas armas de ferro e o seu olhar de místico; Robert de Coucy, o mestre que enchera de estátuas o portal da Virgem; era Hugo de Libergier; era tôda a dinastia de escultores que tinha aberto na pedra os capitéis das vindimas, talhado as galerias do transepto, tocado os

baixos-relevos dos timpanos, enchido de apóstolos e de profetas as capelas da âbside—Bernard de Soissons e Gauthier de Reims, João de Orléans e Villard d'Honnecourt; era além, numa auréola, Joana d'Arc levando pela mão Carlos VII, como uma criança, a sagrar-se em Reims; mais longe, Luís XI, o chapéu cheio de relíquias, chorando; era o povo, que as trombetas de prata de Filipe o Belo conduzem em manadas, em tropéis, em vagas, em cachões humanos,—e que ruge, cresce, avança, irrompe, alaga, aos uivos, aos berros, às pragas, multidão cada vez mais densa, maré cada vez maior, torrente devastadora de espectros do passado, ululando, imprecando, pedindo contas a Hohenzollern, o *pequeno*, da ruína dêsse assombro de seis séculos, em cuja pedra sagrada a alma da velha França resplandecia.

Sob o seu capacete lampejante, o imperador olha ainda. E emquanto as pombas da catedral, para sempre expulsas dos seus ninhos seculares, revoam em volta dêsse fantasma de névoa—a onda humana passa rugindo, em tropel, convulsa, ameaçadora, possessa de vingança, hirsuta de báculos e de cruzes, de pendões e de auriflamas, a caminho de Essen e de Rheinhausen, de Rothe Erde e de Denslaken, onde as aciarias e as forjas de Krupp e de Thyssen faúlham em clarões de morte e de inferno...

O ESPIÃO

Um amigo, regressado há pouco da Alemanha, contou-me um episódio pungente dos primeiros dias de mobilização.

Tinha-se metido no combóio em Berlim, na gare de Friedrichstrasze, entre ondas de estrangeiros ajoujados de malas e pálidos de morte. Era sua intenção ganhar Amsterdam e embarcar para Portugal. Nas carruagens apinhadas abafava-se. Falava-se baixo. Na luz azulada da manhã lampejavam baionetas. Um terror invencível ganhava a multidão, faíscava nos olhos inquietos das mulheres, arrebanhava os homens como carneiros. O combóio pôs-se em marcha, lento. Na quádrupla via férrea, onde se tinham suspendido os trabalhos de electrificação, outras locomotivas silvavam como serpentes formidáveis, rasgando, em clarões de fornalha, o nevoeiro da manhã. Um ar gelado cortava. Vinte pessoas, como uma massa compacta, acotovela-

vam-se dentro da mesma cabine, as golas erguidas, a expressão crispada, entreolhando-se. Na primeira estação ouviram-se pífanos da infantaria alemã. Uma senhora de cabelos brancos, que se dirigira em inglês a um empregado da linha, foi insultada, apupada, e ficou a soluçar, silenciosamente, a cara escondida nas mãos. Um homem baixo, pálido, forte, vestido de luto, tipo de semita, o cabelo cortado à escovinha, cincoenta anos se tanto, tinha o olhar fixo, a face contraída, duas lágrimas a borbulharem-lhe nos olhos. Era um egípcio, negociante em Charlottenburgo. O olhar do meu amigo atraíra-o com simpatia. A meia voz, emquanto o combóio em marcha trepidava e ferrolhava, contou-lhe tôda a sua tragédia. Na véspera, tinham-lhe fuzilado um filho, em Berlim. Vinte e três anos, na fôrça da vida, — um belo rapaz, empregado nas aciarias de *Deutscher Kaiser*, suspeito de espionagem por ter casado, havia seis meses, com uma polaca russa. Fuzilado a dois passos de casa, de encontro a um muro, sem processo, brutalmente, sumáriamente. E a descarga breve, rápida, do pelotão executor — contava o pobre homem, mordendo as mãos, devorando as lágrimas — estalava-lhe ainda nos ouvidos, parecia percutir-lhe o crâneo como um martelo, vibrava, à volta dele, em todos os ruídos, a todos os instantes, no timbre sêco de vinte peles de tambor que estoirassem

ao mesmo tempo. O combóio marchava, rápido agora, batido já do sol, arfando o pulmão de ferro das suas fornalhas, emquanto os passageiros da cabine, enervados, extenuados, empacotados, atirados de encontro às paredes, trôpegos de malas e de *colis*, se olhavam uns aos outros, sem arriscar uma palavra em voz alta, pálidos, ansiosos, inquietos. A cada paragem de estação, ouviam-se clarins, atrelavam-se fourgons cheios de cavalos, a tropa invadia as carruagens, — e uma leva de estrangeiros, enxotada, escorraçada do combóio para dar logar a oficiais e a soldados, lá ia, caminhando a pé, sob as labaredas do sol, vacilando, tropeçando. Arrastou-se a viagem, lenta como um suplício. Uma rapariga loira, gorda, holandesa, que pedira inutilmente um copo de água em tôdas as estações, caíu com um delíquio. Um padre, jesuita belga, a um canto, dormia. Quando chegaram a Hanover, ouviam-se, de novo, vozes de comando e tinido de armas. O combóio parou. Cantava-se, fóra, em gritos bárbaros, o «*Deutschland über alles*». Batiam coronhas no lagedo. Bruscamente, um oficial alemão, hercúleo, ruivo, enorme, seguido de dois soldados cujas baionetas fulgiam, assomou à porta da cabine, abriu caminho, fixou os passageiros, um a um, como quem procura alguém. Ao dar de cara com o negociante egípcio, que olhava sem vêr, a face verde, as feições crispa-

das, os olhos húmidos, furou, arredou, avançou, aproximou-se do homem, trocou com êle duas palavras em alemão, agarrou-o brutalmente pela gola do casaco, e atirou-o para o meio dos soldados, que o levaram, aos encontrões, aos repelões, as coronhas ameaçadoras erguidas sôbre a cabeça. Todos os passageiros se olharam, tranzidos, as respirações suspensas. O oficial, uma luva apertada na mão felpuda, desceu. Passaram-se dois, três, quatro minutos. De súbito, uma descarga soou, sêca, breve, rápida. Quando o combóio se pôs em marcha, os passageiros viram distintamente o cadáver do egípcio, numa pôça de sangue, de encontro a um talude da linha férrea. Uma ténue nuvem de fumo desfazia-se no ar.

O PAPA

Na sala doirada dos Bórgias, diante dum admirável Fra Angélico onde um profeta sorri, — Benedito XV, arguto, minúsculo, vivaz, pequenina mancha branca onde luzem os cristais duns óculos de míope, acabara de ditar a monsenhor Conti o protesto veemente do Vaticano contra as devastações, contra os atentados, contra as atrocidades alemãs. A batina roxa do secretário desaparecera entre sombras. Ia expedir-se o primeiro telegrama do Papa a Guilherme II. Roma, que já negara a bênção apostólica aos exércitos da Áustria, decidira-se, finalmente, a exortar Berlim. De la Chiesa, a mão nervosa a acariciar a cruz peitoral, pondera, repete, rememora, uma a uma, as palavras do seu protesto; e emquanto, em volta, a última luz da tarde faísca na escarcha de oiro das velhas tapeçarias de Arrás onde passam em tropel as conquistas de Alexandre, — deixa-se ficar, afundado na cadeira, reflexivo, abatido, silencioso, meditando.

O seu telegrama, êle bem o sentia, era uma exortação inútil. Para quê, falar em nome da virtude cristã e do amor humano, a um povo e a um homem que consideram o culto da piedade a mais abjecta e a mais condenável das fraquezas? Para quê, opôr ainda a velha tábua dos valores católicos a um povo cuja preocupação constante é precisamente a criação de valores novos, a proscrição de uma moral que êle reputa a moral dos comodistas e dos castrados, e de um Deus que êle considera o Deus dos enfermos, dos degenerados e dos impotentes? Condenar a guerra? Para quê? Se todo o alemão, do primeiro ao último, do kaiser olímpico aos operários negros das forjas, vê na guerra o fim exclusivo de tôda a sciência, a razão universal de tôda a humanidade, o instrumento gigantesco de todo o progresso? Se é a guerra que selecciona a fôrça, que exalta as raças, — que aponta, com a sua mão de bronze, os fracos e os inúteis? Não. Para a alma teutónica, os antigos valores morreram. Verdade, Deus, justiça, beleza, virtude, são cadáveres de conceitos infecundos e insubsistentes. Sentimentos de ternura, deveres de humanidade, — nada vale, nada conta, nada existe. Como falar a êsse povo em nome de sentimentos que êle não entende, de ideas que lhe repugnam, de verdades que não são as suas? Como pode a voz remota do vigário de Cristo,

éco de vozes longínquas e anacrónicas, ser ouvida por um homem para quem a piedade humana é o mais vergonhoso de todos os crimes? Como fazer-lhe compreender a indignação da Europa pelos atentados de Louvain, de Reims, de Malines, se para o seu bárbaro psiquismo de Átila moderno, destruir — é civilizar? Como há-de entender-se, nas casernas de Berlim, a linguagem do Vaticano? Como conciliar Zarathustra com S. Francisco de Assis? Para êles, não é a bôa causa que santifica a guerra; é a guerra que santifica tôdas as causas. Para o alemão, ser cruel é a melhor maneira de ser grande. Arrasar — é, para o orgulho teutónico, começar a construir. Uma nova moral nasce. Um mundo novo surge, para a proclamação violenta de valores novos.

E emquanto os canhões rugem, e os incêndios alastram, e a enorme serpente de ferro se enrosca na carcassa da Europa, — Benedito XV, afundado ainda na sua cadeira de Aubussons, os olhos fixos na pintura admirável de Fra Angélico, as palavras inúteis do telegrama passando-lhe pela memória numa vertigem, expressão decadente dos antigos valores, símbolo supremo do velho mundo, pergunta a si próprio, alanceado de dúvidas, se realmente a atrocidade germânica não se chamará àmanhã Civilização...

O QUE EU LHE DISSE DO PASSADO

O HOMEM DE NEGRO

Jean Paul Laurens acaba de expôr no *Salon* um quadro impressionante: *Filipe II no Escurial*.

Vi hoje uma reprodução dêsse quadro. É grandioso na sua simplicidade. Numa parede do carneiro real alinham-se, armoriados, dezassete túmulos. Diante dêsses túmulos de pedra onde dormem dezasseis múmias da casa de Áustria, — uma figura negra, angulosa, curvada, senil, amparada a uma bengala como uma sombra valetudinária, um tabardo negro escorrendo-lhe dos ombros de ave, uma gorra escura coroando um perfil agudo de prognata, olha fixamente, reflexivamente, o túmulo vago que a espera: é Filipe II. Ao fundo, uma grande cruz de claustro abre os braços negros sôbre uma porta fechada: é o *Podridero*.

Tem-se escrito muito àcêrca do vulto sinistro do *Demónio do Meio-dia*. Tudo junto, desde a crónica pungente de Cabrera de Córdova até às

páginas modernas de Forneron, não vale em fôrça de evocação e em poder de síntese dramática, a soberba pintura de Jean Paul Laurens. Essa pincelada negra recortada na silharia branca do carneiro do Escurial é bem a sombra decrépita de um Habsburgo. Nesse diálogo entre o espectro duma realeza e um túmulo vazio está, na sua expressão simultâneamente majestosa e hedionda, tôda a velhice de Filipe II. Aos sessenta anos, aquele homem fizera passar pelo *Podridero*, devorados de ceremonial e rodeados de bispos, dezasseis cadáveres. As quatro raínhas — Maria de Portugal, Maria Tudor, Anna de Áustria, Isabel de Valois — imobilizadas, estioladas, ressequidas, doentes, embrulhadas como múmias em verdugadins de brocado de oiro, tinham caído, uma a uma, na morte, como cordeiros brancos de sacrifício. Á excepção de um, que havia de ser o enfermiço Filipe III, exemplar perfeito de fim de raça, todos os filhos ali estavam, nos gavetões de pedra do carneiro real, — longa teoria de cadáveres, estirpe austríaca de abortos, que ia desde a monstruosidade do príncipe D. Carlos, epiléptico, hidrocéfalo, idiota, «*humero elatior et tibia altera longior*» (Strada, *De bello belgico*, I, 609), «*demi homme naturel*», como insinuava de Forquevaulx a Catarina de Médicis, — até à virgindade calma, risonha, católica, imbecil, da pobre infanta D. Maria. Tôda

a sua familia se extinguira em génitos de inferno e de maldição. Faltava êle, — pobre carcassa apostólica e imperial, envenenada e sedentária, mordida de gota e possessa de divindade, cujo *senium* precoce era impotente já para suster o mundo nas mãos. Faltava-lhe encher um túmulo. Uns anos mais, e a sombra valetudinária resvala. Filipe II, paralítico, imobilizado no leito, conspurcado de excrementos, escaldado de febre, o corpo aberto de tumores e comido de piolhos, assiste à miséria gigantesca da sua própria agonia. Quer que lhe mostrem o caixão de sêda branca já feito à medida do seu corpo. Recomenda que o metam primeiro num ataúde de chumbo, para as escorrências imundas do cadáver não macularem a sêda, — e extingue-se, entre o bispo de Córdova e o dominicano Fray Diego, com um crucifixo sôbre a bôca.

É todo o arrepio desta morte que passa no quadro de Jean Paul Laurens. É a supersticiosa previsão de todo êste horror, que imobiliza, diante do seu túmulo vazio, a figura negra de Filipe II. A dolorosa interrogação perante o mistério da morte, encontra, naquela sombra angulosa e fatídica, reflexiva e perscrutadora, a sua suprema expressão humana. O grande mestre da pintura francesa fez, duma parede do Escurial, uma obra-prima.

Olhando êsse perfil de ave de rapina metido

num tabardo de familiar do Santo-Ofício, o nosso próprio espírito de portugueses recorda e evoca. Com rancor? Não. Quási com reconhecimento. O único sorriso que floriu na face de Filipe II foi para Portugal. Ao entrar em Lisboa para coroar-se rei, êsse homem negro, feito de silêncio e de treva, vestiu-se de branco pela primeira e única vez na sua vida. Ao vê-lo atravessar a Rua Nova, num côche sem tejadilho, o sol a arder-lhe em labaredas de oiro no veludo branco do pelote; um ramo de cravos vermelhos entre os dedos, — os próprios espanhóis desconheceram-no. Era êle que cuidava das flores das janelas do paço; que regava a terra dos taboleiros; e as suas mãos sêcas de artrítico corriam tôdas as manhãs, voluptuosamente, pela polpa fresca das rosas. As cartas que escrevia à filha, para Madrid, eram cheias de amor a Portugal. Para que debaixo dêste sol de écloga virgiliana a sua raça imperial se perpetuasse, quis deixar o gérmen dum filho no ventre duma mulher portuguesa. Essa mulher, que êle vira a uma janela, na procissão do *Corpus Christi*, e que o seu poder marcara para a glória de ser mãe dum Habsburgo, chegou a entrar, pelo braço do Conde de Castelo Rodrigo, numas casas da rua de S. Roque onde a esperava Filipe II. É curiosa a anecdota. A mulher assomou, a tremer, a face meio oculta no rebuço negro do mantéu, os de-

dos levantando numa mesura as ilhargas dos guarda-infantes, e atirou-se aos pés do rei. Filipe II, sentado numa cadeira de sola, ergueu-a, encarou-a bem de frente e articulou, na sua voz fanhosa:

— *Sabeys que soy vuestro rey y me debeis hablar la verdad?*

— Sim, meu senhor.

— *Sois honrada?*

— A môça hesitou, tremeu como varas verdes, afogueou-se, mordeu a ponta do lenço, escondeu mais a cara no bioco e confessou:

— Há-de haver dois anos, um primo meu, beneficiado da Sé...

— *Vaya!* — interrompeu o rei, levantando-se e saíndo, de repelão. — *Todo lo que aqui está es vuestro.*

— *Tan a prissa vuelve V. M.?* — estranhou o Conde de Castelo Rodrigo, vendo-o surgir na sala.

Então, Filipe II, o beiço austríaco pendente, a mandíbula avançando num gesto de desdém, a barbuna loira sôbre o mantéu enrocado, apontou o vulto negro da mulher que se escoava na sombra e explicou:

— *Ha entrado primero la Iglezia.*

Alguns anos depois, o grande Cervantes, mais feliz do que Filipe II, deixava um filho em Portugal.

COMO NAMORAVAM AS FREIRAS

Como namoravam as freiras portuguesas no século XVII? Como namorou, talvez, sóror Mariana?

Vai responder-nos um curiosíssimo documento inédito, intitulado: «*Estatutos e ordenações feytas às madres Discretas e mais religiosas do mosteiro de Santa Ana de Coimbra, sobre o bom governo e trato dos amantes*». Este documento data de 1632 [1]. É uma sátira admirável às freiras namoradeiras do tempo e, em especial, às agostinhas calçadas de Santa Ana, que, como as suas irmãs de Santa Maria de Évora e de Santa Cruz de Vila Viçosa, ajudaram a espalhar pelos brazões do reino a faixa contraveirada de prata das bastardias, e fizeram quanto puderam para tornar verdadeira aquela invocação célebre

---

[1] Bibl. Nac. de Lisbôa, *Mss.*, F. A., códice 8.609.

do frade Bernardo de Alcobaça: — «Dai-nos Mónicas, Senhor, que eu vos farei Agostinhos!» Ampliação pitoresca da verdade? Sem dúvida. Mas quanta verdade dorme ainda nesses mandamentos da arte de bem namorar, que enchem fôlhas e fôlhas do velho códice do *Fundo Antigo*, e onde figuras graciosas e fugitivas de freira passam tímidas em jardins de claustro e em grades de locutório, como restos apagados duma pintura de azulejo ao mesmo tempo esmaecida e resplandecente!

Os *Estatutos e Orderações* ensinam as freiras de Santa Ana a escolher os mais tôlos de entre todos os freiráticos que as namoram, e a tirar o maior partido da ingenuidade dêsses pobres diabos, que só não foram os avós do moderno platonismo byroniano, por não terem chegado presumivelmente, a ser pais alguma vez. A obra é anónima. Mas nada nos autoriza a supor que o seu autor não fôsse um psicólogo subtil e penetrante, — talvez algum agostinho coimbrão arrufado com a sua freira, ou qualquer capigorrão de lôba negra e volta branca de holanda, barregueiro e chamorro, que entre as congeminações do direito canónico tivesse pressentido, num clarão de génio, as *Liaisons Dangereuses* de Laclos. Cada um dêsses mandamentos da freira do século XVII sôbre o «bom governo e trato dos namorados» (era na significação de namorado que

se empregava, ao tempo, a palavra «amante»), revela um conhecimento profundo do coração feminino, e não deixaria de ser ainda flagrante se, longe do oiro fulvo dos báculos e do escapulário sombrio das mónicas, o encabeçássemos, risonho e vivo, na mulher portuguesa de hoje. O primeiro mandamento respeita à escolha do freirático. De entre todos os seus pretendentes, qual devia a freira escolher? Velho ou moço, leigo ou frade, soldado ou negro, fidalgo de costelas reais ou estudante de verdemilho? Os *Estatutos* respondem: o peor. Porquê? Porque o que mais paga é o que mais ama; e o que mais ama é precisamente aquele que menos digno se julga de ser amado. O galanteio começa. Êle escreve. Que há-de fazer a freira? Os *Estatutos* aconselham-na: não dar resposta. A mulher, segundo os psicólogos do amor em 1630, não devia responder nunca às primeiras cartas que lhe mandassem. Não se persegue quem não foge; a mulher que quiser ser amada, tem de fazer-se perseguida. Responde, quando muito, à terceira carta, e ainda para se requebrar e esquivar-se: «*são grandes os perigos e a santidade da casa; não se canse sua mercê em a pretender mais*». Êle insiste, por que é homem e por que é tôlo; nova carta chega, com muita prata quebrada de finezas e um ramalhete de flores para Nossa Senhora. E' o momento decisivo: a freira manda-

lhe um escrito muito dobrado, dizendo que «*se aquilo tem de ser, o seja com todo o segrêdo para o não saberem os parentes nem a Prioresa*», —e o namôro principia, untuoso, misterioso, subtil, num crescendo de concessões cautelosas e de ceremónias ridículas. O freirático recebe, pela primeira vez, licença para vêr a sua freira na Igreja, em dia de sermão, através da grade doirada do côro; é-lhe recomendado que venha a horas, que tome logar ao pé do púlpito «*para ela o estar vendo com menos escândalo*», e que morda o lenço durante tôda a prática, em sinal de gratidão e de ternura. Depois de infligir êste suplício ao seu apaixonado, que deve a freira fazer? Lá vem o conselho minucioso: sobe ao seu quarto, ri-se do pobre diabo com sóror Fulana e com sóror Sicrana, e manda-lhe uma carta salpicada de água a fingir de lágrimas, queixando-se de «*que êle não tem fé e não tirou, tôda a santa tarde, os olhos doutra freira*». É a inevitável scena de ciúmes,—que a mulher deve sempre fazer antes que o homem lha faça. Depois, veem logo, por sua ordem, os episódios do ralo, da janela, do tôrno e da grade. A religiosa, que já permitira ao freirático que a visse no côro sem lhe falar,—consente-lhe que lhe fale ao ralo sem a vêr. São duas palavras respiradas, segredadas, gemidas num vão da portaria, de encontro a uma placa de ferro espêssa e picada de

cruzes; um hálito quente e perturbador, cheiroso a água de Córdova; às vezes, o murmúrio, a ilusão, a hipótese dum beijo; logo um gritinho surdo, um adeus cortado — «*a Prioresa! a Prioresa!*» — e o pobre ingénuo que fica tonto, imóvel, em êxtase, a bôca colada ao ralo, beijando ferro, cruzes, poeira, teias de aranha, com a mesma volúpia infinita com que sorveria a bôca polpuda da sua freira. No namôro da janela, por detrás das reixas e das adufas, ainda o triste apaixonado sofre mais. É da janela que a freira vem oferecer ao freirático a mais profunda manifestação do seu afecto: o *escarrinho*. É só para ouvir êsse escarrinho amoroso, expressão de tôda a ternura portuguesa no século XVII, que êle passa na rua; é para o tornar a ouvir que êle fica, horas e horas, à torreira do sol, escudeirando, requebrando-se, mordendo o lenço, namorando de estafermo e de estaca, julgando que a freira o olha desvanecida de dentro das rótulas, — quando afinal o que êle namora, durante três, quatro, cinco horas, é um trapo branco que a maldosa deixou dependurado na sombra da adufa. Só quando chega a consenti-lo na grade, é que a religiosa concede ao freirático um pouco mais de ousadia e de liberdade. O apaixonado que depois do martirológio do ralo, do tôrno, da roda, do côro e da janela, atinge a grade do locutório, — pode considerar-se um

homem feliz. E, entretanto, é aí que o esperam, mais dengosos, mais pérfidos, mais envolventes, todos os artifícios e todos os falsos pudores da freira. São os mandamentos do *Estatuto* que os revelam, às vezes com um realismo inesperado e desconcertante: «16) *na primeira grade que tiverem, quando a freira quiser dar ou tomar alguma coisa do freirático, embrulhará a mão na ponta da manga, fingindo lhe custará muito mostrá-la;* 17) *se, por fraqueza de memória, lhe esquecer qalquer parte do corpo e a mostrar, como o colo ou o braço, dirá que está muito acabada, que dantes sim, que lhe chamavam a rôsca, tão gordinha era e feita em carnes, posto da cintura fôsse sempre delicada;* 18) *se o diabo quiser que faça alguma coisa sem pés nem cabeça, faça por se pôr muito vermelha e diga: «fortes são vossos poderes, que não sei como me hei-de haver com o confessor!»;* 19) *logo que saír da grade lhe escreva um escrito em que se diga perdida por seu amor, e lhe mande juramento de que não tratará nunca com outro homem, e o cumprirá e guardará, tão fielmente como o cumpriram as madres suas antepassadas;* 20) *dirá ao amante que sonha muitas noites com êle, e gabará muito os freiráticos que dão presentes às freiras;* 21) *se êle vier à grade um quarto de hora antes, dirá que êle veio mais cedo para poder falar a outra freira, e haja*

ciúmes; e se vier um quarto de hora depois, dirá que êle veio mais tarde por que encontrou na rua alguma mulher que o deteve, e haja ciúmes também; 22) *dirá sempre mal da Prioresa e das Rodeiras, para encarecer o grande serviço de vir ao ralo e à grade;* 23) *se êle falar com outra freira, ainda que seja por cumprimento, haja logo dia de arrufos, não só para lhe mostrar ciúmes, mas para que êle não saiba pelas outras o que ela faz...»* E assim por diante. O pobre freirático saía da grade entontecido, deslumbrado, bêbado de incenso, com as pernas vacilantes, a cabeça ourada, uma tijela de marmelada na mão, uma relíquia de Santa Mónica na algibeira, — e ao cruzar a portaria, perseguido, atacado, esvaziava a bôlsa nas mãos das môças, das leigas, das «comadres», das «madrinhas», dos monazilhos, chegava a casa sem alma, sem dinheiro, sem fôlego, sem camisa, e adormecia a sésta feliz, em pleno êxtase, em plena beatitude, absolutamente convencido de que não havia na terra nenhum mortal tão amado como êle...

*

Vou mostrar-lhes agora o reverso da medalha. As freiras riam-se? Também se riam delas. Escarneciam? Também eram escarnecidas. Ex-

ploravam? Eram exploradas também. A sua vítima foi o freirático. Mas o seu algoz foi o frade. Sim, o frade, — o seu próprio irmão em S. Francisco ou em S. Bento, em S. Bernardo ou em Santo Agostinho, cirterciense ou capucho, trino ou correado, bento ou dominíco, — alforge insaciável para onde se escoava todo o oiro amoedado dos freiráticos, cogula brutal para onde fugia, como uma revoada de pombas, tôda a paixão e tôda a ternura das freiras. Eram êles que as maltratavam, que as desprezavam, que as ofendiam. Tinham de ser êles portanto, segundo a terrível lógica do coração feminino, os mais amados. Conheço dois documentos inéditos que são a expressão viva dêsse paradoxo de sentimento. Um é um diálogo extremamente pitoresco entre um tio frade — os frades são sempre tios — e um sobrinho ingénuo que lhe pergunta «como se há-de haver com a sua freira»[1]; outro, manifestamente decalcado sôbre os *Estatutos* burlescos das freiras de Sant'Ana, intitula-se: *Estatutos e preceitos, regras, documentos e advertências para tôdas as freiras de qualquer casta, qualidade ou invenção que sejam, compostos pelo Doutor Vasco Bugalho, escarafunchador dos arrufos, serolicos, berolicos e mexericos*

[1] Bibl. Nac., Mss., *Pombalina*, códice 128, fl. 16.

das ditas freiras» [1]. Qualquer dêles, saboroso da melhor graça portuguesa, é uma sátira vivaz a êsses pobres «pássaros de encêrro», bernardas ricas ou capuchas pobres, jerónimas ou terceiras, carmelitas descalças ou agostinhas calçadas, brígidas francesas ou cónegas sumptuosas de Chelas, cujo grande crime foi, afinal, o crime inconsciente de todos os frutos proíbidos, — desejados por quem os não pode colhêr, aborrecidos por quem os tem à mão...

Os conselhos do tio frade ao sobrinho são concisos e terminantes. Vai um dia a um mosteiro, e surge-lhe da portaria uma criada Maria Francisca, muito amantada no seu burel de donata, dizendo que a sua freira é uma pérola e que «tôda ela são extremos por sua mercê». Que deve fazer o freirático? — «*Deixa-lhe caír aos pés umas disciplinas de frade mariano, que em ela as vendo se dará logo por respondida*». A Abadessa vem à grade com as mais feias das madres discretas e anuncia-lhe que vai chamar freiras môças para o entreterem e conversarem. Que deve fazer o paciente? — «*Dê quatro nós de moço de monte na bôlsa, e quando elas lhe pedirem dinheiro diga como el-rei: yo lo miraré*». Chega uma freira engraçada, palminho de cara

---

[1] *Códice citado,* fl. 22, verso.

com dois abanos por orelhas, diz-lhe uma fineza de capa caída e pede-lhe músicas. Que há-de fazer o devoto? — «*Prometa lêr-lhe a solfa com a batuta de Frei Marcos*». O namôro começa: a freira mostra-lhe os colos dos braços e o tamanho dos pés; atira-lhe muita prata quebrada; propõe-lhe terem uma freira madrinha «a que chamam comadre», para fazer a decência na grade e os conciliar nos arrufos. Que deve, uma vez mais, fazer o freirático? — «*Diga-lhe que, não se achando em hora de parto, não precisa de comadre em casa*». A cada olhar, a cada requebro, a cada sorriso, a cada palavra, — um repelão grosseiro, uma insolência de leigarraço vadío, uma graça de pé forçado do hospital, uma praga, um arremêsso, um ultrage, e êle verá como a freira, insultada, vèxada, sacudida, pisada como um farrapo, há-de voltar sempre, amorosa, submissa, humilde, fiel, a cobrir de flores as mãos que a maltrataram. É a filosofia do rufião moderno dentro das grades doiradas dos mosteiros seiscentistas. A freira, mulher como tôdas as outras, ama com mais ardor o homem que mais a fere, que mais a magôa, que mais a rebaixa. Foi a grosseria que fez a fortuna de Chamilly. É a grosseria, ainda, que explica, junto da religiosa portuguesa, o sucesso incontestável do frade. O frade é, nos mosteiros de freiras, durante todo o século XVII, o confessor e o senhor, o

algoz e o apóstolo, o vigário e o *maquereau.* O segundo documento a que aludo, afirma-o de sobra. O *Doutor Vasco Bugalho* revela-se um observador eminente, quando preceitua, na sua sátira mordaz, as regras do namôro do frade: «1) *deve o frade, em fôro de consciência, escarnicar, alrotar, zombar e mofar da sua freira por que a não tente o diabo;* 2) *tôda a freira que tiver amizade com o seu frade, lhe dê de almoçar, jantar, merendar e cear;* 3) *tôda a freira velha que zelar a freira môça pelos dispêndios com o seu frade, levará quinhentos açoites;* 4) *não será o frade obrigado a responder às cartas das freiras senão de seis em seis meses;* 5) *a freira é obrigada a sustentar o frade e a dar-lhe hábitos, túnicas, mantos, bragas, breviários, diurnos, sandapilários, ebúrneos, cartilhas, livros, mel, manteiga, usque ad remitionem peccatorum;* 6) *se a freira impedir a comunicação do frade com quantas êle quiser, levará três piparotes no estreito de Gibraltar, quer dizer, nos gorgomilos;* 7) *se a freira pedir ao seu frade hábito ou cordão, mande-lhe a saltimbarca com que se enforcou Judas;* 8) *se a freira doente pedir galinhas ao frade, dê-lhe um chifre de unha preta e um bordão de sovereiro velho;* 9) *quando o frade se enfadar da freira, corra-a com a gaita de fole*». Não se pode ser mais pitoresco, — nem menos bem educado. O frade tôsco e

glutão de 1630, de avarcas de bezerro e chiote de saragoça, cachaço de toiro e camândulas à cinta, chambão, testudo, violento, brutal, raivoso como os gatos de Alcobaça, surge, flagrante de verdade, nestes nove artigos de estatuto.

O freirático aturou os escárneos da freira; — mas foi bem vingado.

D. JOÃO V

Está por fazer, e seria, sem dúvida, muito interessante, uma história completa da administração pública em Portugal durante o reinado de D. João V. Varios documentos, que se conservam ainda inéditos[1], forneceram-me elementos extremamente curiosos àcêrca dos esbanjamentos e das prodigalidades, dos esplendores e das misérias da administração financeira do Estado português durante a primeira metade do século XVIII. Alguns dos factos a que êsses velhos palhos papeis aludem, bastam, por si sós, para definir uma época. Todos êles, reveladores duma ostentação pueril, duma religiosidade sensual e estreita, duma verdadeira epilépsia de dissipação, da mais perfeita insensatez moral e da mais absoluta e formal incapacidade governativa, caracterizam admirávelmente a mentalidade dos dirigentes do Estado na época de D. João V.

---

[1] Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa.—*Col. Pomb.*, cod. 686, fl. 174 e seg.

Vejamos, ao acaso das minhas notas:

Quando os cardeais da Cunha e Pereira foram mandados a Roma tomar parte no conclave em que devia ser eleito o papa, gastaram-se, por ordem do rei, oitocentos mil cruzados em trastes, roupa e copa de prata que não voltou para Portugal. Precisamente na noite em que D. João V escrevia aos cardeais dizendo-lhes que deitassem oiro em barra ao Tibre para deslumbrar «êsses cafres dos italianos», — fugiam para Cádiz dôze carpinteiros e calafates da Ribeira das Naus por não lhes pagarem havia ano e meio. Com os negócios da Patriarcal tinham-se gasto na cúria romana três milhões de cruzados; com o título de Fidelíssimo, trezentos mil, «manejados pelo nosso Gusmão e pagos pelo Frederico», — diz o documento; com a licença para o rei comungar por suas mãos, quinhentos mil cruzados; trezentos mil com os fardamentos amarelos da guarda-real, que se encomendaram em França e que arderam no terremoto de 1755 sem chegarem a servir. Entretanto, faziam-se vergonhas: o rei devia mais de meio milhão a Manuel Gomes de Carvalho, e, quando o ministro Diogo de Mendonça Côrte Real lhe lembrava a situação do tesouro, ameaçava-o com pontapés. As naus dos quintos vinham pojando de ouro; a frota chegada em 7 de março de 1745 trazia 430.685$780 de ouro em pó; a que aproou à barra de Lisboa,

pouco antes da hemiplegia do rei, dezoito milhões de cruzados. E, não obstante, tudo se afundava na voragem. O agiota Luís Correia e o espanhol Tenório já emprestavam dinheiro a D. João V; a Moeda estava exausta; as próprias esmolas prra a *Casa de Jerusalém* eram devoradas em córtes de sêda para os principais da Patriarcal, em presentes de louça do Japão para o Núncio, em confissionários complicados de pau amarelo do Maranhão, em mesadas a mulheres, em pensões a bispos e a diáconos gregos convidados para cantar os evangelhos em Lisboa. «As ruas despedradas, os homens famintos, tudo naufraga, e só a ribeira e o açougue estão sêcos e enxutos» — dizia o desembargador Brochado [1]. Nunca Portugal se vira mais rico; nunca, de facto, êle se encontrara tão miserável. O próprio rei era uma contradição flagrante de avarezas e de prodigalidades. Hoje, vê o marquês de Gouveia na ruína e dá-lhe, de mão beijada, duzentos mil cruzados para se desempenhar; àmanhã, porque um mercador lhe pede três mil cruzados por duas soberbas talhas da China que a raínha cobiça, manda-lhas buscar à loja, recusa-se a pagar-lhas, e, por que o homem reclama, pren-

---

[1] Arquivo da Tôrre do Tombo, *Colecção de S. Vicente*, liv. 25, fl. 20, carta de 14 de janeiro de 1708

de-o, mete-o no Aljube e confisca-lhe os bens sob o pretêxto de contas em aberto com a Casa Real. Todos os actos de administração pública são caracterizados pelo mesmo desvairamento, pela mesma vertigem, pela mesma insensatez. Em 1735 surge a ameaça da guerra com a Espanha; é preciso remontar a cavalaria e reorganizar a armada. Quem mandam a Génova e à Holanda fretar naus? Um capitão de cavalos. Quem mandam a Espanha fazer a remonta? Um capitão de mar e guerra. Mas há peor ainda. Um dia, em Roma, quando se tratava do negócio da Patriarcal, rebenta um conflito grave entre o embaixador conde das Galvêas, Alexandre de Gusmão e um jesuita português delegado à cúria romana. E' urgente enviar alguém que os oiça, que os advirta, que os congrace. Quem escolhe D. João V? Um diplomata, um ministro, um desembargador, um cardeal, — um homem de prestígio e de talento, de ponderação e de autoridade? Não. Escolhe um sapateiro, Bento Fernandes [1], irmão duma criada da *Flôr da Murta*,

[1] Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa, *F. A.*, 8066. Folheto de Lisbôa, n.º 44. — O filho dêste sapateiro valído, homem moço, de nome José Fernandes Brasil, foi morto com uma navalhada no ventre por um escrevente das Fortificações da India e Mina, em 3 de novembro de 1742.

então amante do rei. Parece que um vento de loucura sopra em Portugal. Os estrangeiros olham-nos com assombro e com desprêzo. D. João V passa por doido em tôdas as côrtes da Europa. Em França, rejeitam a infanta Maria Bárbara para noiva do delfim — diz Mathieu Marais no seu diário — «*parce que le père est un peu fou*». A anarquia administrativa é completa. A miséria do reino, confrangedora. Com a paralisia do rei, a situação agrava-se ainda. Cada vez vem mais oiro do Brasil; cada vez vai mais oiro para Roma, comprando bênçãos, indulgências, bulas, privilégios. Para acudir às despesas urgentes, o Paço vende os empregos por quantias fabulosas. Pedro de Melo Ataíde paga o logar de contador-mór por cento e vinte mil cruzados; Manuel Gomes de Carvalho e Silva o de tenente-general da artilharia por cento e cincoenta mil. Só a assinatura do rei em cada carta de venda de ofício custa mais de vinte mil cruzados. E' a extorsão; é o roubo; é a agonia. Rei e reino caminham para um precipício. Há fome. A erva cresce nas ruas. Quando, oito anos depois, rodeado de frades, torturado de convulsões jacksonianas, D. João V sucumbe a um novo ictus apopletiforme, — «não há na Casa da Moeda dinheiro para o enterrar».

MUSICOS DE CABELEIRA

Uma das nossas orquestras acaba de ressurgir, além da *Crux fidelis*, de D. João IV, várias páginas de música portuguesa do século XVIII. Foi ouvido um minueté de João Cordeiro da Silva, uma gavota de Francisco António de Almeida, um pedaço de ópera de Marcos António Portugal. Por um instante, o nosso espírito evocou os serenins de Queluz, a ópera de Belém, o teatro do Bairro Alto, — e essas graves figuras de David Peres e de Lucas Jovini, mestres de música da raínha D. Mariana Vitória, que nos sorriem ainda, de casaca de sêda e sapatos de fivela, empunhando a batuta e o papel de solfa, no tecto doirado da velha *Salas das Talhas*.

Não há dúvida de que, no século XVIII, houve em Portugal o gôsto acentuado da música. Tivemos entre nós grandes maestros, grandes cantarinas, grandes concertistas. Tocou-se espineta e cravo nos salões setecentistas de Lisboa — dizem-no os próprios estrangeiros — de modo

difícil de ser excedido. Pela capela real, orgulhosa dos melhores *castrati*, passaram tôdas as celebridades musicais do tempo. A ópera de Belém conheceu o tiple Caffarelli, o contralto Geziello, o soprano Violani, o tenor Raff, o baixo Pucci, o *buffo caricato* Marchese. O ilustre Jomelli deu lições de cravo em Portugal. Na câmara do rei D. José, o primeiro violino era o alemão Goenmann; a primeira flauta, o célebre Rodillo, artista espanhol que acabara de fazer furor em Londres. A raínha Mariana Vitória, grande *virtuose*, que passava o dia sentada ao ao cravo a tocar as sonatas de Scarlati, conseguiu reùnir em Lisboa «a mais sublime orquestra que nenhum príncipe da Europa teve» [1]; mandou vir da Itália, a pêso de oiro, o tiple Leonardi; e, na preocupação decidida de abolir os coros de mulheres na ópera do Paço, cheia de ciúmes do marido — diz-nos o inglês Twiss — contratou, por uma quantia fabulosa, «*les plus admirables castrati deguisés en femmes*» [2]. Daí em diante, a raínha é a *meneuse* do gôsto musical na côrte. O teatro de Belém torna-se o grande templo. É uma caixa de amêndoas, pequenina,

---

[1] Gramosa, *Sucessos*, II, 48.

[2] *Voyage en Portugal et en Espagne fait en 1772 e 1773 par Richard Twiss, gentilhomme Anglais, membre de la societé Royale*, Berne, 1776, pag. 10.

doirada, com dois únicos camarotes ao fundo — o do rei e o do patriarca — e apenas com seis filas de bancos na platéa. Á ópera, que começava às 7 e acabava às 10 da noite, assistia a raínha Mariana Vitória, a princesa do Brasil, as infantas D. Maria Ana e D. Maria Francisca Benedita, *«coiffées en cheveux, sans rouge et couvertes de diamants»* [1], — facultando-se a entrada a tôda a gente, excepto mulheres, que se apresentasse decentemente vestida. Dirigia a orquestra o célebre David Peres, *«très connu en Angleterre»* — diz Twiss —, músico singular, personagem medrosa e tímida, picada de rendas e cheia de polvilhos de França, que um dia, tocando um *trio* de Bach com a raínha e Goenmann, viu uma nódoa de tinta vermelha numa das meias, julgou que era sangue, — e desmaiou. Era o mesmo David Peres [2] que no dia de Santa Cecília, em pleno côro de S. Roque, à frente de dez *castrati* da capela real, de de-

---

[1] *Voyage en Portugal et en Espagne*, pag 11 e 12.

[2] Costigan refere-se também a David Perez: *«...diz que forão a outra banda a hua quinta pertencente ao Marquez, perto da Moita, passarão o Tejo divertidos, e na quinta tiverão excelente musica de David Perez e arias cantadas por alguns musicos da Patriarchal.»* (Mss. da Bibl. Nac., *Col. Pomb.*, códice 682, carta 42).

zasseis violinos, de seis baixos, de três contra--baixos e de quatro violas, dirigia a execução das nobres composições de Jomelli e dos ligeiros minuetes de D. Pedro António Avendaño, que tôda a Lisboa cantava em 1770 [1]. O povo enchia a igreja, como enchia a ópera de Belém, — como trasbordava à noite nas frisuras do teatro do Bairro Alto, para ouvir a linda Angiola Bruza no *travesti* da *Incognita perseguita*, deliciar-se com as *ariettas* ligeiras da Luísa Rosa, assobiar a Augusta no fandango e na «fôfa» ou assistir às scênas escandalosas da orquestra, em que Todi acabava sempre por quebrar a rabeca na cabeça do malcriadíssimo maestro Scolari [2]. O mesmo entusiasmo que levava o povo a aplaudir o Pedro ou a Sestini, a Cecília Rosa ou a Maria Joaquina, o «Palmela» dos Cardais ou o tocador de harpa Frei Dionísio [3] — levava-o

---

[1] Twiss, *Voyage en Portugal*, pag. 3.

[2] *Cartas de Gaubier de Barrault ao Conde de Oeiras* (Mss. da Bibl. Nac. de Lisboa. *Col. Pombalina*, códice 619, fl. 343, v.)

[3] *Conselhos a humas beatas*, Bibl. Nac. de Lisb., *Hist.*, 6.801, vermelho:

> «Celébre os musicos logo
> De Frei Dyonisio a harpa,
> Diga que he um céo na terra
> O falcete ouvir na Graça;

também a improvisar-se de pé para a mão cravista e rabequista, a tocar machete, espineta e castanholas por todos os cantos, a esganiçar-se por tôda a parte debruçado sôbre papeis de solfa, a abandalhar, desde os baixos côrros de comédias até às baiúcas das sécias do Mocambo ou da Madragôa, aquilo a que o século XVIII chamou, com razão, a «arte divina da música». Daí, a publicação do alvará de 15 de novembro de 1760, proibindo o exercício da música, por qualquer estipêndio, a quem não fôsse professor e irmão da confraria de Santa Cecília. O que não quer dizer que nos serões das casas nobres e da alta burguesia pombalina os talentos musicais não surgissem: a condessa da Ribeira Grande, D. Mariana de Almeida, cantava admirávelmente, com uma incomparável voz de contralto [1]; madame May, mulher de um negociante inglês estabelecido em Lisboa e amigo intimo de Pombal, «*jouait le clavecin avec une delicatesse et une habilité qui feraient honneur*

O Palmella dos Cardaes,
Do Orfão já não se fala,
Gabriel o da Azambuja
He cousa lá de outra massa...»

[1] Rezende, *Queluz*, in *Panorama*, XII.

aux plus grands maîtres» [1]; e Dalrymple refere-se, em 1772, a «*une dame portugaise que touchait l'harmonica, espèce de clavecin que consiste em verres harmoniquement taillés; ils étaient vides et elle en jouait en trempant les doigts dans de l'eau»* [2]. Lucas Jovini e David Peres, com o prestígio que lhes dava a intimidade da raínha, ditavam a moda e impunham o gôsto musical na Lisboa do século XVIII. Acompanhava-os, com não menor autoridade, o mestre da capela real, João Cordeiro da Silva, figura nervosa, ridicula, saltitante, pintada de carmim, que passou a vida a roer as unhas e a fugir das correntes de ar, e que, com a maior seriedade do mundo, «atribuiu certa febre catarral que teve, ao vento que a condessa da Ribeira Grande fizera voltando as fôlhas dum caderno de solfa...» [3].

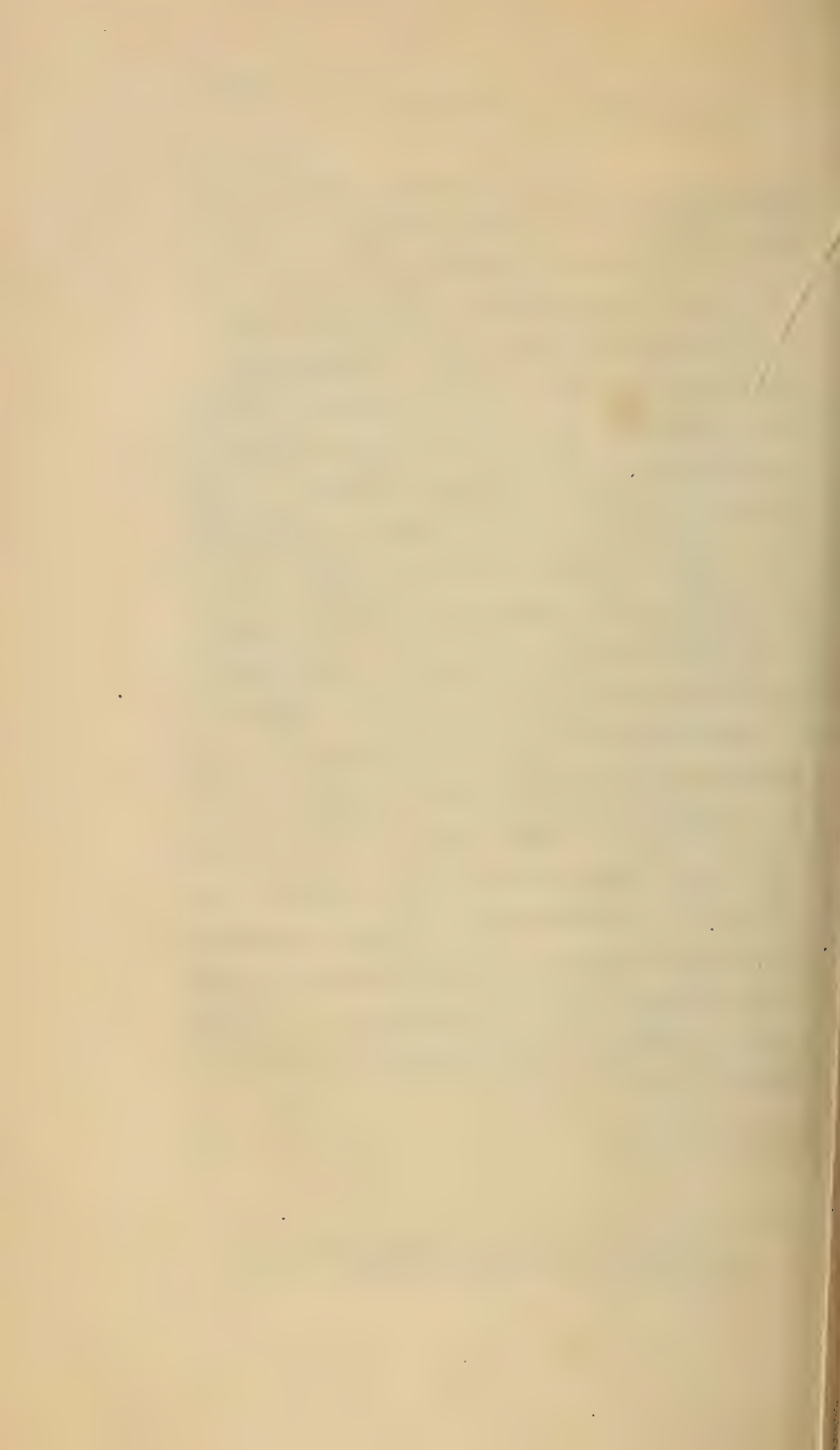
---

[1] Twiss, *Voyage*, 9. 10. — Gaubier de Barrault refere-se nas suas cartas a madame May, «*gaie comme une Française et presque aussi jolie qu'une jolie portugaise*» (Mss., Bibl. Nac., códice *Pomb*, n.º 619). Há uma carta do marido de M.me May ao conde de Oeiras àcêrca da confiscação de ouro a súbditos franceses, datada de 22 de abril de 1767, no códice da *Col. Pomb.* 616.

[2] *Voyage en Espagne et en Portugal dans l'année 1774, par le major W. Dalrymple*, Paris, 1783.

[3] Rezende, *Queluz*, in *Panorama*, vol. XII.

Infelizmente, no fim do século, o delírio da música atenuou-se. As «gaivotas» e as «casquilhas» contentavam-se cantando a fôfa e o lundum à viola. Mestre Matias Bosten, mestre de craves da Casa Real, que montou loja de espinetas na rua da Emenda, — faliu. A música passou a ser considerada como «própria para as mulheres ordinárias e para as que pretendem ser freiras pela prenda de saberem cantar». Já em 1789 o autor dum curioso folheto intitulado *Cartas sôbre as modas*, dizia: «... devo notar que ainda que é moda terem as senhoras mestre de solfa, também o é, nas que são mais da sécia, não a quererem aprender, contentando-se em saber algumas árias que se lhe ensinam de cór, assim como se ensinam os papagaios a falar [1]. Não admira. As meninas nobres da Lisboa do fim do século XVIII consideravam-se tanto mais fidalgas quanto peor sabiam lêr e escrever, e supunham-se tão diferentes das mulheres do povo, — que uma delas manifestou certo dia, perante o duque de Lafões, a sua profunda estranheza ao verificar que as criadas tinham, como ela, cinco dedos em cada mão...

[1] *Cartas sôbre modas*, 1789, carta V, pag. 55.

FRADES

O decreto de 30 de maio de 1834 aboliu em Portugal as ordens religiosas. Mousinho da Silveira não conseguira saciar o devorismo do novo regime com os decretos dos dízimos e das indemnizações. Silva Carvalho e Aguiar atiraram-lhe, como uma polpa sangrenta a uma fera esfomeada, o decreto dos frades. Era todo o recheio dos conventos, faùlhante de oiro, formidável de adegas e de celeiros, fértil de granjas, de vinhas e de searas, que caía — espólio secular e gigantesco — nas mãos das clientelas liberais. Foi um expediente violento determinado por inconfessáveis razões políticas e por imperiosas razões económicas? Sem dúvida. Mas é preciso ser-se justo. Foi também um procedimento justificado por indiscutíveis razões morais. Se as comunidades religiosas não tivessem chegado entre nós ao estado de desagregação, de indisciplina e de desordem em que se achavam

no primeiro quartel do século XIX, Aguiar não teria encontrado nas correntes de opinião fôrça bastante para sacudir um gesto de ditadura, que atacava, nas suas mais fortes raizes tradicionais, o sentimento da nação. Não foram, de facto, as casacas azúis dos ditadores de 34 que assassinaram em Portugal as comunidades monásticas. O frade já estava há muito tempo ferido de morte — pelas suas próprias mãos.

Li, há dias, uma curiosa colecção de papeis inéditos que documenta esta verdade. As ordens religiosas suicidaram-se. São ondas de queixas feitas aos ministros provinciais de S. Francisco, de 1817 a 1830, contra religiosos franciscanos cujo procedimento, imoral ou violento, ultrajava a religião e escandalizava os povos. Desde o convento de «Santo António de Ferreirim», de Tarouca, até ao velho «S. Francisco», de Alenquer; desde o remoto «S. Paio do Monte», de Vila Nova de Cerveira, até ao «Espírito Santo», do Cartaxo, que surgia entre vinhedos doirados como um sêlo de pedra, todos os conventos seráficos dão, no princípio do século XIX, rebanhos de ovelhas gafas à Ordem. Chovem em S. Francisco de Lisboa, nas mãos trémulas dos provinciais — Frei António de Santa Doroteia, Frei Isidoro de Nossa Senhora, Frei Joaquim de Santa Bárbara, Frei Lourenço de Santa Margarida — cartas dos guardiões, dos juízes de fora, dos corregedores

das comarcas, dos padres discretos, de religiosos e de seculares, de mulheres e de anónimos pedindo justiça contra as vergonhas, as violações, os tumultos, os escândalos, os crimes cometidos em todos os cantos da província por frades volteiros e bêbados, devassos e brigões, que corriam os campos e as vilas de alforges às costas e facas na manga, cachaços de toiro e bordões ferrados de zambujo, hábito remangado e bacamarte em punho, insultando, violando, assassinando, vendendo nas feiras, bebendo nas tabernas, pondo em perigo constante a vida de todos os homens e a honra de tôdas as mulheres. As cadeias das vilas atulham-se de frades. Esvai-se, nos mosteiros, a última sombra de observância, de disciplina e de decôro. «Não são ministros de Deus, são energúmenos!» — ruge, do fundo da sua cela, em carta ao provincíal, o velho guardião de Ferreirim. As próprias casas abastadas da província chegam a aferrolhar as as suas arcas quando lhes surge à porta um burel de franciscano.

E' impossível, ou, pelo menos, não é fácil mencionar tôdas as queixas que constituem, desde 1817, o *dossier* dos provinciais de S. Francisco. Apontarei apenas algumas delas, ao acaso das minhas notas. Em 13 de dezembro de 1829, o guardião, o discreto e o pro-discreto de S. Francisco da Covilhã queixam-se de ter sido

espancados e ameaçados de morte por Frei Francisco de Santa Joana, por Frei António da Conceição e pelo leigo Frei Frencisco de N. S. da Soledade, que, armados de bacamartes, facas e pistolas, os perseguiram pela crasta, pela cêrca e poa várias casas da vila, cujas portas arrombaram. Em 2 de setembro de 1826, José Pinto Correia da Silva, de Lamego, pede providências ao provincial contra os frades de Santo António de Tarouca, que andavam armados de clavinas pelas ruas, e em especial contra Frei Joaquim Guedes, corista, natural de Valdigem, que assaltara na véspera, da 1 para as 2 da madrugada, a casa dumas mulheres honradas, tentando seduzi-las por dinheiro e remangando de uma faca para elas. António dos Santos escreve de Moimenta ao ministro da Ordem, em 16 de junho de 1819, dizendo-lhe que mande desfradar certo frade, também de Tarouca, que anda fóra do convento, pelas feiras de Vila Sêca e de Armamar, comprando vinho para uma amásia sua vender na taberna. Em 24 de junho de 1825, um procurador dos dízimos, andando a receber na Régua, é esperado de pistolas aperradas por Frei António Bôca Negra, escapando à morte por milagre. Em 2 de julho de 1817, o juiz de fóra de Vila Nova de Cerveira, Bernardo de Figueiredo Abreu Castelo Branco, queixa-se do padre-mestre Frei Luís de N. S. da Graça, que se em-

borracha todos os dias «chegando hũa vez a lançar publicamente neste terreiro a mão às roupas de hũa moça donzella, fazendo-lhe ouvir obscenas e deshonestas palavras na presença do proprio Pay». Numa carta sem data, um anónimo conta ao provincial as proezas de certo religioso organista do convento de S. Francisco de Guimarães, «odre com cara de frade, pedra de escândalo no convento e fóra dêle», que além de ter quatro mancebas na vila, anda bêbado pelas ruas a insultar solteiras, casadas e viúvas. Noutra carta, também sem data, o guardião do convento do Espírito Santo, do Cartaxo, queixa-se ao ministro Frei Lourenço de Santa Margarida, de que certo «Frei António», querido da «tal fulana da janela de rótulas ao canto do nosso muro, cunhada do Sereno», ronda tôdas as noites a porta da mulher, armado de pistolas, e se bateu à navalha, na cozinha do mosteiro, com o leigo frei João do Rosário. Queixa análoga faz o guardião do convento de Santa Catarina, de Alenquer, contando que o discípulo frei José de Nossa Senhora da Conceição Ribeiro abriu a cabeça ao padre-mestre leitor, deixando-o a esvaír-se em sangue e fugindo por uma janela quando o iam meter no cárcere de penitência. Mas a onda não pára. Em Vila do Conde, frei Vicente de Santa Clara de Assis insulta do púlpito as freiras do convento de Nossa Senhora da

Encarnação, acusando-as de receber soldados, de noite, no mosteiro; Em Braga, o corregedor encontra duas pistolas nas mangas do hábito de Frei Francisco da Conceição; em Trancoso, Frei Manuel de S. Bernardo Querubim «anda pelas ruas puxando pelas saias às mulheres mundanas da vila»; em Gouveia, a acreditar nas queixas do desembargador corregedor da comarca da Guarda, os frades do convento do Espírito Santo correm as vielas, aos bandos, a cantar com mulheres, caíndo de bêbados; na Guarda, é o próprio bispo que escreve ao provincial, pedindo-lhe para arrancar do convento de S. Francisco uma espécie de fera sanguinária que se chama Frei Bernardo da Conceição; em Lisbôa, Joaquim dos Prazeres Salgueiro é posto fóra da casa do conde da Cunha, onde vivia de esmola, por tentar desonestar-lhe as criadas; e...

Mas será preciso insistir, para pravar que, pelo menos quando às comunidades seráficas, o decreto do *Mata-Frades* teve a justificá-lo fortes razões de carácter moral?

A CÔRTE DE D. MIGUEL

Documentos de origem portuguesa últimamente adquiridos em Bruxelas ao súbdito inglês West vieram trazer-nos elementos dum imprevisto valor para o estudo da última côrte do absolutismo em Portugal. A sua parte mais importante é constituida pelo *Diário* do agente diplomático de confiança de D. Miguel em Londres, António Ribeiro Saraiva. A côrte corcunda e apostólica de Queluz surge nos papeis esquecidos de West com a mesma intensa expressão, o mesmo vivo pitoresco, a mesma verdade flagrante com que a própria figura de D. Miguel nos aparece hoje no retrato admirável de Giovanni Ender.

Um episódio só basta para nos dar a impressão do que era a côrte portuguesa em 1830. Vale a pena conhecê-lo. E' uma soberba pintura de costumes políticos.

António Saraiva, então um rapaz, vivia em

pleno nevoeiro luminoso de *Regents Park*, principiando o seu *flirt* com a loira Catarina Sherson e as suas lições de rabeca com o grande Paganini, quando o visconde de Asseca, nosso ministro em Londres, alarmado pela política funesta do gabinete de Lisboa, pela atitude agressiva da França e pela crescente má vontade de *lord* Palmerston, o mandou a Portugal encarregado de determinada missão de confiança e de urgência junto do govêrno português, e, em especial, junto do rei. Quando entrou o barra de Lisboa, já encontrou fundeada no Tejo a esquadra francesa do almirante Roussin. Um bote do inglês Duff trouxe-o ao Cais do Sodré, coalhado de tropa e lampejante de baionetas. Os olhos turvaram-se-lhe. Correu a casa do ministro dos estrangeiros, visconde de Santarém, entregou-lhe os despachos, pediu-lhe que o levasse ao paço. A situação era angustiosa e difícil. Asseca previra a agressão da França; a Inglaterra recusava-se a reconhecer o govêrno de D. Miguel; os *whigs* marchavam de acôrdo com Luís Filipe. Era preciso que António Saraiva visse o monarca, que lhe falasse, que o aconselhasse, que cumprisse junto dêle a missão urgente, especial e gravíssima de que o encarregara o ministro português em Londres. Santarém sorriu e encolheu os ombros. O rei estava em Queluz espotrejando cavalos e rebentando cabrestos, de niza

de briche e esporas de ferro de Guimarães, com tôda a mafra baixa de eguariços e de boleeiros, de picadores e de ladrões, — os Grilos pretos e o Sedovem, o *Cambaças* e o *Tarrabuzo*. Nem aos próprios ministros era fácil falar-lhe. Que tirasse daí o sentido.

— Mas o que eu tenho de dizer a Sua Majestade é grave e inadiável!

— Busque Vossa Senhoria outra porta; vá pelos duques de Cadaval ou de Lafões...

Logo o moço Ribeiro Saraiva, com os seus óculos de oiro, a sua face rapada de medalha, a sua elegância pernalta, as suas calças estreitas de gambrum, subiu apressado o estribo da sege, tocou para Pedrouços à busca do Cadaval, bateu para o Grilo à cata do Lafões. E Lafões, e Cadaval, disseram-lhe que estavam desiludidos e afastados, que eram maus caminhos para a côrte, que el-rei não dava ouvidos senão a padres Venâncios e a padres Antónios, que quando não ramalhava camândulas no oratório batia potros na picaria, e que, bons para o levarem à presença do senhor D. Miguel, só os cozinheiros do paço amigos de Sua Majestade, — o *Plácido* ou o José Vargas, o *Colaço* ou o *Duarte*.

— Mas, entretanto, procure Vossa Senhoria o conde de Basto ou o conde de S. Lourenço...

E o agente de confiança lá foi, no dia seguin-

te, pendurado nas quatro rodas de uma traquitana do *Coquejo* ou do *João Lanes*, passeando de assombro em assombro a sua prodigiosa ingenuidade, as luvas inglesas de gamo machucadas sôbre o castão da bengala *pomme d'or*. Ao bater à porta do ministro, um boleeiro surgiu e insultou-o. António Saraiva varreu a impertinência, com a sua fleuma britânica; disse que não era pretendente do snr. conde de Basto nem de ninguém; deixou um cartão e mandou rodar a traquitana, molemente, bamboleando sôbre os correões, para casa do conde de S. Lourenço. Que gente era aquela, que ministros eram aqueles, que vento de loucura soprava sôbre Portugal? — ia perguntando comsigo mesmo António Saraiva, emquanto os rodados trôpegos saltavam nas pedras, o sol de julho ardia no coiro pregado da sege, e a Lisboa apostólica dos frades e dos cacetes, dos cães e dos mendigos, dos capotes azúis e das pedras de armas, passava, pátio sôbre pátio, viela sôbre viela, praguejando, rezando, ganindo. Mas o conde de S. Lourenço tranqùilizou-o com o seu sorriso plácido e inteligente. Êle vinha de Londres, afizera-se a outra vida, esquecia-se de que estava em Portugal e de que Portugal fôra sempre assim. Já o leigo do arcebispo de Tessalónica o dissera a *lord* Beckford: «na côrte eram todos loucos e bôbos». El-rei tinha os seus *canais* e as suas *camarilhas*,

os seus privados e as suas afeições; era preciso aproveitá-los e fazer caminho por êles. E o conde de S. Lourenço, marcando de encontro à sêda vermelha da parede o perfil de raça dos Césares, a mão fina onde scintilava um anel de bispo a brincar com os bofes de renda da camisa, aconselhou, num sorriso confidencial:

— Procure Vossa Senhoria ser introduzido junto de el-rei por D. Francisca Vadre. E' o caminho que todos buscam.

— Mas eu não sou um pretendente! — explodiu António Saraiva. — Eu não venho pedir favores! Os negócios que tenho de tratar com el-rei são de interêsse do Senhor D. Miguel e da nação. E' preciso que alguém diga a Sua Majestade o que se maquina em França e na Inglaterra! E' preciso que êle saiba que os *whigs*...

Mas o conde do S. Lourenço interrompeu-o num gesto. Os reis eram reis. «*Il n'est pas permis de hurler à la porte du roi, mais seulement de gratter*», — disse Furetière. E António Saraiva, agradecendo o conselho delicado do conde, vestiu no dia seguinte a sua melhor casaca de Londres, muniu-se do seu melhor sorriso, pediu a sege emprestada ao ministro de Espanha, bateu à tarde para Queluz, e, com menos dificuldade do que supunha, conseguiu ser introduzido por Manoel Correia de Sá no quarto de

D. Francisca Vadre. Quem era esta senhora? Qual a sua situação, qual a razão do seu prestigio na côrte corcunda de D. Miguel? O moço diplomata não o diz claramente no seu diário, nem é fácil sabê-lo hoje. Talvez mais um nome para juntar ao da bailarina Bruni ou da saloia Evarista, da tamanqueira de Braga ou da fidalga de Guimarães. Talvez alguma criada de Carlota Joaquina, alguma das amas velhas dos infantes, alguma das açafatas espanholas que cantavam *malagueñas* com a raínha entre as ruas de buxo de Queluz... O que é certo, é que, por intermédio de D. Francisca Vadre, o moço António Saraiva, que recorrera em vão aos duques e aos ministros, foi recebido finalmente por D. Miguel. Ao sair da *Sala das Talhas,* fatigado de estar uma hora de joelhos diante do rei, o conde do Cartaxo, o marquês de Borba, coberto de grã-cruzes e de comendas, o marquês de Belas, o conde de Cintra, o conde de Camaride rodearam-no, em mesuras, perguntando o que se dizia lá fora das coisas políticas de Portugal. Quando António Saraiva lhes disse, com um desembaraço britânico, que um país que se governava assim era fatalmente um país perdido, tôda aquela nobreza, mais ou menos esquartelada no tecto de oiro da sala dos Veados, o olhou em êxtase, de bôca aberta, sem compreender uma palavra. «Tudo o que ali estava, se era fidalgo no sangue—con-

clúi o agente de confiança de D. Miguel, no seu interessante *Diário*—era puro povo nas idéas».

António Saraiva lia pela cartilha da marquesa de Lambert: — «*J'appele peuple tout ce qui pense bas et communément; la cour en est remplie...*»

OS CAVALEIROS

O políptico de Nuno Gonçalves contém, simultâneamente, uma grande lição de pintura, uma admirável lição de história, e uma lição inesperada e interessantíssima de indumentária secular e religiosa e de armaria portuguesa do século XV. Sob êste último aspecto, ninguém estudou ainda as tábuas de S. Vicente. O meu ilustre amigo dr. José de Figueiredo, cuja competência é tão notável como a sua gentileza, deixou-me o cuidado dêsse estudo. Procurarei fazê-lo em conferência pública no Museu Nacional de Arte Antiga.

Antes, porém, de realizar esta amável conversa com os amigos do Museu, quero referir-me aos documentos da armaria quatrocentista fornecidos pelo *Painel do Arcebispo* e pelo *Painel dos Cavaleiros*. As supostas figuras dos infantes D. João e D. Fernando, representadas no primeiro dêstes painéis, e as figuras conjecturalmente

identificadas com os condes de Barcelos, de Ourém e de Arraiolos, existentes no segundo, — são, como se sabe, figuras armadas. As suas armas defensivas, as sobre-cotas de estôfo que as revestem não constituem apenas bons documentos sob o ponto de vista da indumentária e da armaria geral; apresentam modalidades especiais e inconfundíveis, que lhes atribuem um carácter nacional, e que afirmam a existência entre nós, em 1460, de indústrias fortemente características e acentuadamente portuguesas. Foi o ciclo afonsino das guerras de África que imprimiu à armaria portuguesa do século XV a expressão e a fisionomia próprias que a distinguem. Foi a necessidade de se bater num clima ardente, em plena labareda dos areais africanos, contra algarunas de árabes infinitamente móveis, que obrigou o cavaleiro de Tânger e de Arzila a usar as pescoceiras abertas; a fender no ombro, em grandes rasgões deltoidéos, a malha da cota; a abolir quási universalmente as pesadas goteiras de ferro das caneleiras e dos avanbraços, que o ardor do sol esbraseava, para as substituir por finas réguas metálicas colocadas na face externa dos membros e atadas com loros às placas da cotoveleira ou do joelhal. Semelhantes disposições, que julgo exclusivas da armaria portuguesa quatrocentista, só se observam nas tábuas de S. Vicente. As figuras arma-

das de Nuno Gonçalves, ainda, pelos mesmos motivos, usam excepcionalmente «solhas», ou «pratas», peças de armadura isoladas para revestimento do pescoço, das espáduas ou dos membros; em vez de borzeguins ou balugas de ferro, calçam sapatos polacos de pontilha mole. As necessidades de adaptação ao clima e a conveniência de imprimir a máxima mobilidade à cavalaria portuguesa nas guerras africanas, perturbaram entre nós os tipos da armaria clássica e atribùiram-lhe o carácter fortemente nacional que se surpreende, com mais nitidez, nas duas figuras ajoelhadas do *Painel do Arcebispo.*

Tanto nesta tábua, como na dos *Cavaleiros,* o estudo das sobre-cotas é particularmente interessante. As roupas que se vestiam sôbre a cota no século XV, eram, em Portugal, a «jórnea», o «loudel» e o «jaque». Os condes do *Painel dos Cavaleiros* vestem jórneas; os infantes do *Painel do Arcebispo* vestem jaques; nenhuma das figuras do políptico de S. Vicente veste o loudel, — que já se usava, entretanto, no tempo de D. João I, e que se usou ainda no século XVI. Vejamos cada uma destas peças da indumentária portuguesa. A *jórnea* era uma sobre-cota de estôfo, larga, aberta aos lados ou à frente, e sem mangas, usada em Portugal depois da vinda do duque de Lencastre. Fernão Lopes diz: «*el Rey hia armado de todas as armas, que nom lhe*

mingoava senom o bacinete; e muitos dos seus daquella guiza, e os do Duque tragiam cotas, e braçaes, com jorneas brosladas e outras farpadas assaz vistosas» [1]. Na *Arte de Bem Cavalgar*, D. Duarte escreveu: «*...e as roupas devem ser soltas assy como mantoões, ou jorneas»* [2]. O conde de Barcelos, velho, representado no *Painel dos Cavaleiros*, veste jórnea aberta na pescoceira e não tem outras armas defensivas senão duas cotoveleiras circulares «alatoadas de ouro»,—na frase pitoresca das *Ordenações*. O *loudel* era uma sobre-cota curta e sem mangas, destinada, em princípio, a fazer distinguir por uma côr ou por um sinal heráldico os que se batiam debaixo da mesma bandeira (sec. XV e XVI). D. João I «*deu a todos os que andavam com elle de cote, que seriam até quinhentas lanças, loudeis de fustam branco com cruzes de S. Jorge: e elle levava outro semelhante de pano sirgo* (sêda) *branco»* [3]. A cruz de S. Jorge era o sinal distintivo ordenado no regimento da guerra: «*cada hum de qualquer estado, ou naçom que seja, que da nossa parte*

---

[1] Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, parte II, capítulo 92.

[2] D. Duarte, *Arte de bem cavalgar toda sela*, parte III, cap. 17

[3] Fernão Lopes, *Op. cit., loc. cit.*

fôr, tragua hum signal d'armas de S. Jorge, largo, hum diante e outro de traz» [1]. O regimento dos coudéis, de D. Duarte, obrigava os que tivessem bens avaliados em 40 marcos de prata, a possuir *«bacinete de camal, ou de baveira, e cota e loudel, ou pratas»* [2]. Mais tarde, o loudel passou a ter «enchimento» [3], a estofar-se, a constituir, êle próprio, uma arma defensiva: era já a «estôfa», transição para o «jaque». Os infantes ajoelhados do *Painel do Arcebispo* vestem gibão; sôbre o gibão, cota de malha de ferro, curta, faldrada, fendida nos ombros; sôbre a cota, um jaque estofado, pregueado, abrochado de latão. As *Ordenações* referem-se ao *jaque* [4], permitindo nesta peça de indumentária o uso do veludo, mesmo a quem não fôsse cavaleiro. Era uma sobre-cota curta, justa, sem mangas, de coiro ou de estôfo, que se começou a usar em Portugal no tempo de D. Fernando, depois da vinda dos archeiros ingleses. A princípio de sola grosseira, *«un vilain jaque d'anglois»* [5], passou depois a ser cortado em veludo, em brocado de oiro, em telas pre-

---

[1] *Ordenações Afonsinas*, I, 51.
[2] *Op. cit.*, I, 61.
[3] *Ubi supra.*
[4] *Op. cit.*, V, 154 e seg.
[5] Lacroix, *Arts au Moyen Age*, 86.

ciosas, vestindo-se indiferentemente sôbre a cota ou sôbre o gibão [1]. Walsingham, a propósito da cota do duque de Lencastre, descreve o jaque: «*Dux Lamastriæ... quoddam vestimentum preciosissimum ipsius quale jacke vocamus*» [2]. Froissart refere-se também ao jaque nas suas Crónicas: «*espèce de casaque contrepointée qu'on mettoit par dessus la cuirasse*» [3]. Nós adoptamos no século XV esta sobre-cota, chamando-lhe indiferentemente ora «jaque» [4], ora «jaqueta» [5]. Nun'Álvares, diz a *Crónica do Condestabre*, andava «*em cima de hũ cavallo ruço grande queymado, com cota e braçaes, e huma jaqueta preta vestida*» [6]. Os archeiros franceses, que a princípio imitaram dos ingleses «*le hoqueton de buffle, pourpoint gamboisé qu'on appelait alors un jaque*» [7], modificaram-no depois criando a *brigandine* [8], jaque rico, estofado, ordináriamente de veludo, aberto à frente e abrochado com fivelões, em cujo estôfo se insinuavam

---

[1] Ary Renan, 108.

[2] Walsingham, *Hist. Brevis*, 249.

[3] Froissart, *Chroniques*, liv. I, cap. 64.

[4] *Ordenações Afonsinas*, V, 154 e seg.

[5] *Crónica do Condestabre*, LXXII. — Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, I, 78.

[6] *Crónica do Condestabre*.

[7] Guicherat, *Hist. du Costume*, 241.

[8] Maindron, *Armes*, VI, 175.

placas estreitas de ferro prêsas ao tecido exterior por grampos doirados e cinzelados: é êste último jaque, bela arma defensiva modificada da brigandina francesa, com pescoceira aberta à moda de Portugal e cota golpeada, que vestem os infantes D. Fernando e D. João, representados, segundo parece, no primeiro plano da tábua do Arcebispo.

Mas fica ainda muito que dizer àcêrca da indumentária dos cavaleiros de Nuno Gonçalves. Só os barretes que os encapuzam, caracterizadamente nacionais, dão, a quem o queira escrever, um curioso capítulo.

QUATRO INGLESES

Além de Beckford, êsse sibarita elegante em cuja casa, na frase do lóio frei José Pinto, «até as colheres de prata eram de oiro» [1], três ingleses literatos vizitaram Portugal no fim do século XVIII: o major William Dalrymple, em 1774; o gentil-homem Ricardo Twiss, em 1776; o brigadeiro Ferrier, que escreveu sob o pseudónimo de *Arthur William Costigan*, em 1778. Tratámo-los a todos o melhor que soubemos. Todos êles disseram de nós o peor que puderam. Dalrympe [2] e Twiss [3] nos seus livros de viagens; Fer-

---

[1] Marquês de Rezende, *Um serão nas Picôas.*

[2] *Voyage en Espagne et en Portugal dans l'année de 1774, par le major W. Dalrymple, traduit de l'anglais par un officier français.— Paris, 1783.*

[3] *Voyage en Portugal et en Espagne, fait en 1772 e 1773 par Richard Twiss, gentilhomme Anglais, membre de la Societé Royale.—Berne, 1776.*

rier na obra que fez imprimir em Londres, *Sketches of Society and manners in Portugal in a series of letters*», de que foi feita, nos últimos anos do século XVIII, uma versão portuguesa, que ainda se conserva inédita [1]. Temos, entretanto, muito que lhes agradecer. São êles que nos revelam hoje, a mais de um século de distância, na fleuma da sua prosa impassível, a fisionomia exacta da velha cidade pombalina e patriarcal. Todos os vícios, todos os ridículos, tôda a sordidez, todo o pitoresco da Lisboa de D. José, cheia de sol e de mendigos, de rótulas e de oratórios, de rebuços e de frades, passam uivando, rindo, cantando, gemendo nas páginas de Twiss e de Dalrymple. Os livros de viagens dos dois ingleses chegam a dar-nos, no seu colorido leve e no seu cómico discreto, a impressão de que estamos folheando aguarelas.

É interessante acompanhá-los. Falam-nos primeiro das ruas da cidade. Um horror. «São tôdas escuras como breu; não sei de nada mais sórdido do que as vielas do velho burgo»,—diz Dalrymple. Twiss acrescenta: «O empedrado das ruas, eriçado de cascalho, dá cabo dos sapatos mais resistentes. Não se pode andar a pé; so-

---

[1] Bibl. Nac. de Lisboa, *Mss.*, *Col. Pomb.*, códice 682.

bretudo, não se pode andar de noite por Lisboa. Tudo são becos escuros, nem os próprios oratórios teem luz, e ainda ontem assassinaram e roubaram um italiano em plena cidade». Descrevem as liteiras e as seges de alquiler, que arruavam já por Lisboa na segunda metade do século XVIII. «O meio de transporte mais vulgar em Portugal —diz Dalrymple—é uma espécie de cadeirinha chamada liteira, que anda com um macho adiante outro atrás, e que é a coisa mais deselegante que se tem visto». Twiss descreve as seges: «São cadeiras empinadas sôbre duas rodas altas; nos dias de gala os fidalgos andam em côches de quatro rodas e tiram o chapéu quando sobem para êles como se entrassem numa igreja». A quantidade de pretos e de mulatos que enxameiam na cidade impressiona desagradávelmente a sua raça pura de germânicos e de dólico-louros. Afirmam que Portugal está perdido, porque viram a cruz da Ordem de Cristo «ao pescoço dum lacaio, dum mulato, dum mestre de bilhar e dum músico». Não poupam o exército; cobrem de ridículo a subserviência dos oficiais e a miséria dos soldos. «Um dia—conta Dalrymple—estava eu na minha hospedaria a falar com um fidalgo português, quando chegou um oficial, tenente do regimento de marinha de guarnição em Oeiras, que se dirigiu ao amigo com quem eu conversava, cortejou, tirou da algibeira um par

de meias e entregou-lho. A um olhar meu de estranheza, o meu amigo explicou-me tudo. A mulher do tenente era lavadeira e o marido andava distribuindo por casa de cada um a roupa que ela lavava. Que há de fazer um pobre oficial com dezoito francos de sôldo por mês?» Twiss, ao passo que Dalrymple desacredita o exército, compraz-se em dizer mal do povo. «Andam vestidos de saragoça pelos burgos e pelo campo, embrulhados em grandes capotes, com chapéus de abalroar tombados sôbre os olhos e navalhas escondidas na cinta. O gume desta arma de assassinos é às vezes tão afiado, que pode cortar uma moeda de ouro em duas metades (!)». Qualquer deles exalta os olhos das mulheres portuguesas. «Nesta terra, as mulheres teem os olhos negros e brilhantes, dentes bonitos e magníficos cabelos; mas enchem-se de polvilhos e de pomadas, e, como não pintam a cara, parecem tôdas mulatas». Dalrymple atribúi-lhes uma particular embirração pela luz da lua: «Em Lisboa, nas noites de luar, tôdas as mulheres cobrem a face com os leques para se furtarem à funesta influência do astro». Andam cheias de jóias, especialmente de topázios; são perdidas por música; passam os dias a tocar ao cravo os minuetes de Pedro António Avendaño; — Dalrymple acusa-as a tôdas do delírio da *manice*, que já merecera ao visconde de Asseca, no

fim do século XVII, algumas páginas do melhor humorismo [1]. «*Les amours du genre de Sapho* (sigo a tradução francesa) *sont en Portugal le gout general des femmes: les recits qu'on m'a faits des emportements de quelques unes, ne sont pas croyables*». Mas é em Twiss que nós encontramos o quadro mais pitoresco e o que melhor caracteriza esta pequenina Marrocos de frades e de desembargadores, de mendigos e de cães, que era a velha Lisboa setecentista. «Um dia — diz o ilustre inglês — passeava eu numa das ruas da cidade, quando vi dois homens estendidos por terra ao pé dum poial de porta, e, atrás dêles, dois enormes macacos de mãos felpudas solícitamente ocupados em catar-lhes os piolhos. Soube então que aos macacos, em Lisboa, se ensinava semelhante ofício, recebendo o dono um sôldo e

---

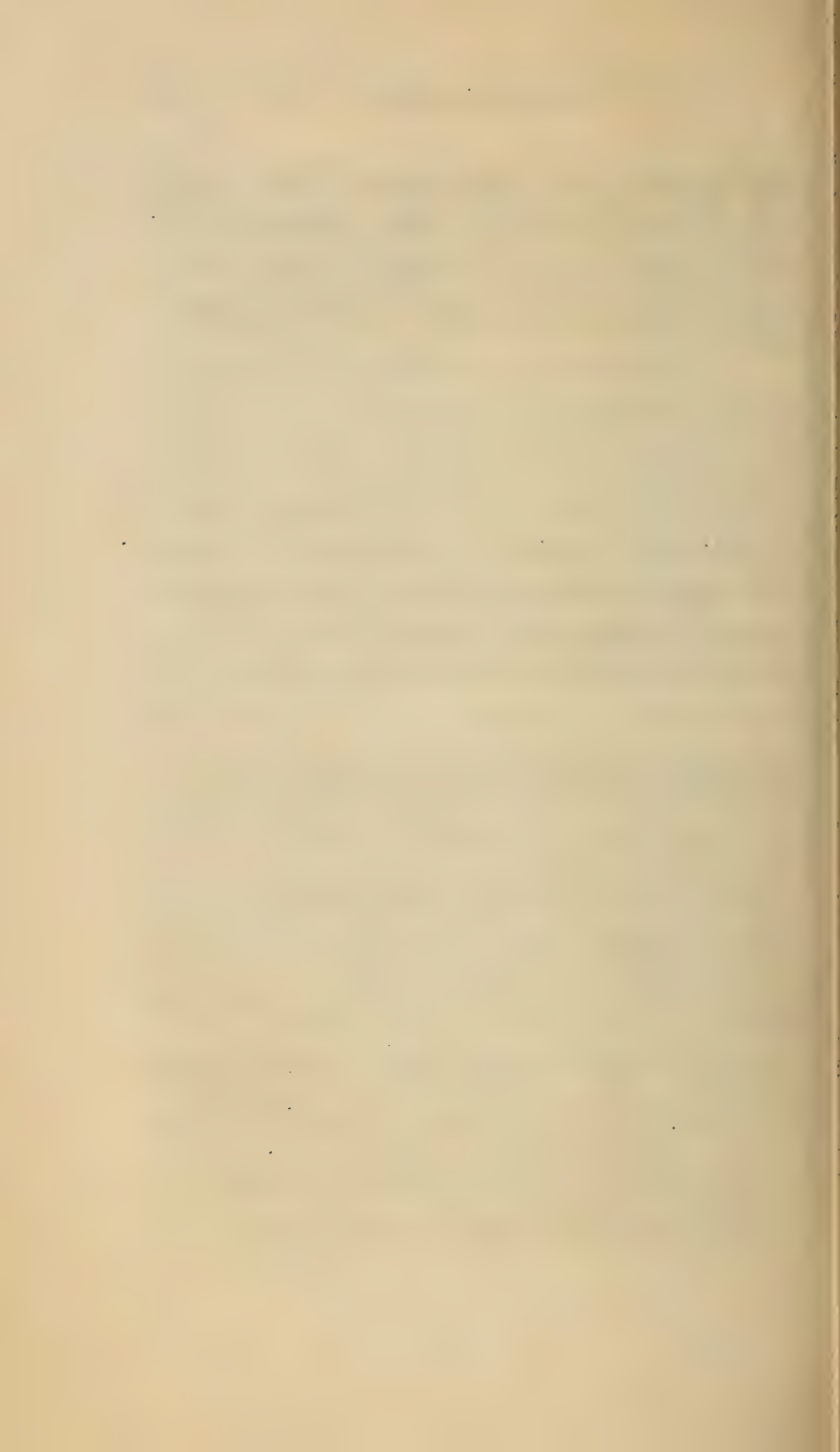
[1] *Inventiva da formosura contra o indecoroso abuso da manice em resposta à defensa p.ª manifesta ainda q. indigna protecção do mesmo delírio.* — Bibl. Nac. de Lisboa, *Mss.*, *Col. Pombalina*, cód. 129, fl. 108. Atribuído a «Frei João Manuel». — *Defensa feminina em manifesto abono da manice contra a mayor murmuração dos homens.* — *Cod. cit.*, fl. 89. Atribuído ao visconde da Asseca. Diz, a fl. 90: «De um exercicio em que se não illustra a posteridade com a descendência saibão q. o inventarão as Damas p.ª mayor efeito do seu rigor, querendo q. os homens não sómente morrão, mas nem nasção».

meio da nossa moeda por cada cabeça que se prestava a esta *toilette* singular. Meia cidade cata-se ao sol. Creio que não há país no mundo mais rico em piolhos; — as mulheres são especialmente atreitas a esta praga, mercê da tempestuosa exuberância dos seus cabelos» [1].

E assim por diante. Aparte os excessos da sua fantasia, os dois ingleses deviam ter razão. Só a não teem, de-certo, na forma por que tratam o povo. Pintam-no sombrio, negro, sanguinário, violento, ferragoulos de saragoça enxalmados às costas, lenços vermelhos atados à cabeça chamorra, navalhas de palmo lampejando na manga. Há, nisto tudo, uma evidente sugestão da Espa-

---

[1] Link, alemão ilustre que esteve em Portugal em 1797, fez a mesma observação. «*La vermine* — diz êle — *est très commune à Lisbonne. Au risque de révolter le lecteur, je dois aire que les gens de condition ne font pas la moindre difficulté de s'en defaire eux-mêmes dans la societé. On raconte que la femme d'un ministre, étant un jour dans une grande assemblée, y faisait souvent cette espèce de toilette. Pendant nôtre séjour à Caldas en Gerez, où l'on trouve des bains chauds, j'ai vu la sœur de l'êveque et gouverneur de O Porto, veuve jeune et charmante, et d'ancienne noblesse, assise, après midi, devant sa porte, la tête dans le giron de sa femme de chambre... Je sais, d'une manière positive, que les jeunes femmes, dans les visites qu'elles se font, se rendent reciproquement ce service, pour passer le temps*». — *Voyage*, I, 274.

nha. Costigan, mais conhecedor do meio, escreve: «O povo espanhol é vilão, orgulhoso, insolente, brutal; o povo português, não: quanto mais baixo se desce, melhor gente se encontra...»

CARNAVAL DOUTRO TEMPO

O *vintismo* e a gravidade das suas casacas de briche passára, como passam as coisas ridículas e postiças. A côrte voltou a povoar Queluz e a Bemposta, Belém e Salvaterra; por um momento, apareceram ainda os polvilhos de França nas cabeleiras e as fivelas de prata nos sapatos; a reacção palaciana operou-se sob a influência corcunda e apostólica da rainha, e D. Miguel, *noceur* de 20 anos, pelo braço galante do marquês de Loulé, fez a sua iniciação nos *maillots* de S. Carlos, beijando as pantalonas côr de rosa da bailarina Bruni. Data precisamente desta época o primeiro baile de máscaras público que houve em Lisboa: realizou-se em 1822, no pátio do Patriarca, a S. Roque, pouco mais ou menos no local onde mais tarde se instalou a *Companhia de Carruagens Lisbonense,* e onde, ao tempo, existia um pequeno teatro. Foi êsse primeiro baile que marcou entre nós o princípio

do Carnaval romântico, — caracterizado essencialmente pela innovação da dansa e pela liberdade da máscara.

Até então, as máscaras tinham sido sempre ou quási sempre rigorosamente proìbidas. Surgindo pela primeira vez nas procissões, com os seus narizes postiços à moda italiana, entre farricôcos de trombetas e diáconos cobertos de dalmáticas de ouro, acabaram por lesar a gravidade litúrgica das ceremónias religiosas e tiveram de ser proìbidas pelas *Ordenações Filipinas*. Mas em breve, depois de agravar a solenidade do culto, a máscara passou a perturbar a manutenção da ordem. No fim do século XVII, bandos de mascarados, com a cara coberta de ante-faces de veludo, à maneira veneziana, corriam as ruas e as vielas da velha Lisboa, sob pretêxto de qualquer festa, esfaqueando, roubando, exercendo vinganças, raptando mulheres, espalhando o terror e a confusão. Foi necessário adoptar medidas violentas, publicando o alvará de 25 de Agosto de 1869, em que se proìbiam as máscaras, mesmo pelo Entrudo, e se determinava que todo o mascarado encontrado na rua fôsse logo preso, sentenciado sumáriamente dentro de quinze dias e degredado por quatro anos para Angola com cem cruzados para a obra pia dos enjeitados. Daí por diante, o número dos assassínios diminuiu em Lisboa; por algum

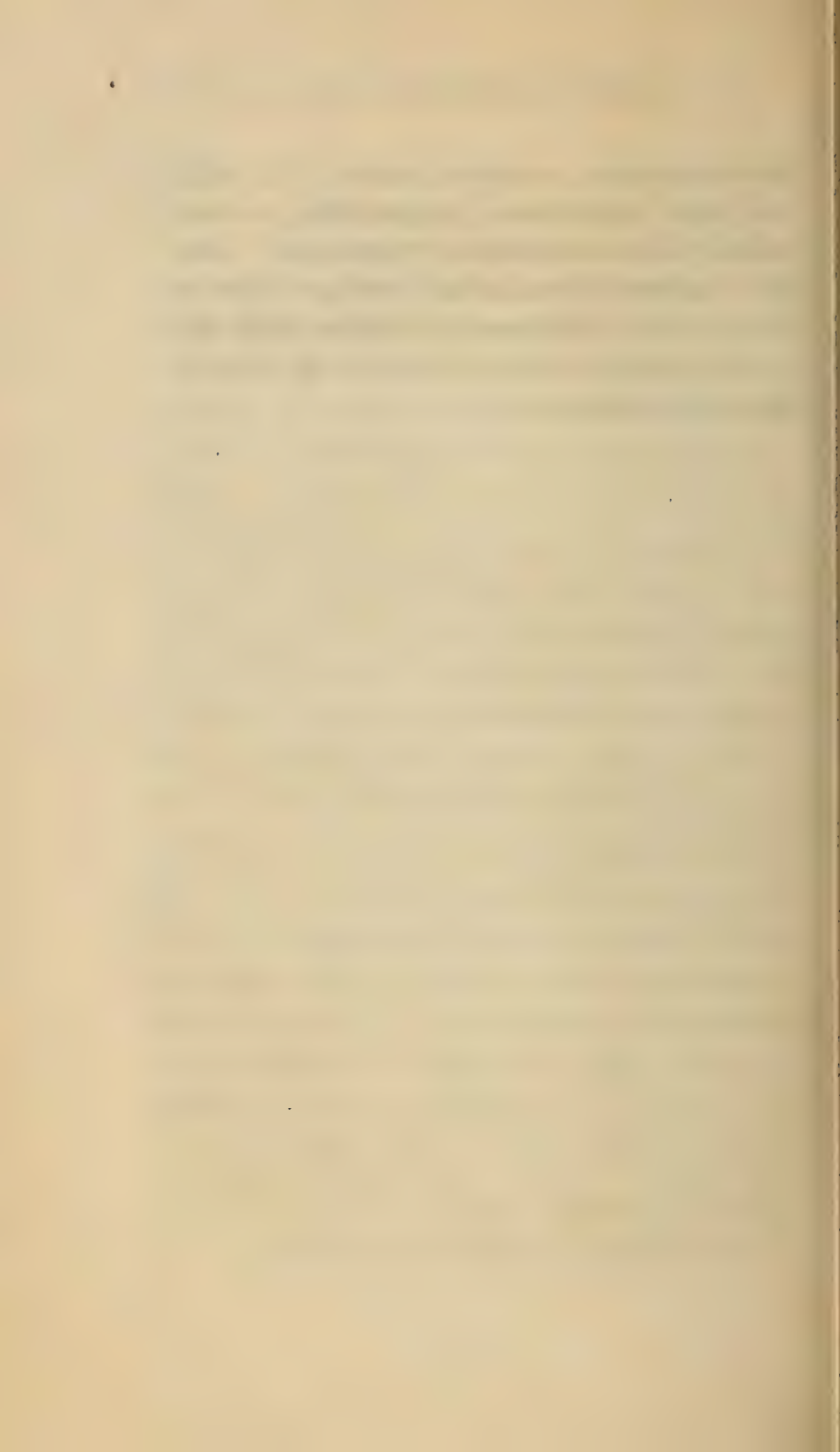
tempo, *Arlechino* deixou de emprestar o seu manto multicor à mafra baixa do Mocambo e dos arcos do Rocio, perseguida agora, mais de perto, pela vara dos alcaides, pelo chuço e pela saltimbarca dos quadrilheiros. Mas o alvará esqueceu: as máscaras voltam a encobrir o roubo e a morte de homem, — e, a partir de 1742, os jornais manuscritos do tempo veem cheios de notícias sensacionais de crimes e de singularidades cometidas por mascarados na tranqùila Lisboa de D. João V. «*Na noite de* 6 *de Julho de* 1724, *pelas* 11 *horas, entraram mascarados em casa de Pedro de Gaxée (?) homem de negocio francez, e com aparencia de amizade fizeram-lhe um grande roubo*», — refere o *Folheto de Lisboa*, no seu número 23. *O Mercúrio Histórico* de 28 de Setembro de 1743 conta uma história semelhante: «*Em huma das noites passadas entraram em casa do snr. marquez de Gouvêa hũs mascarados bem armados, que indagaram todas as casas do palacio, e não achando o que buscavam se sahiram com muita quietação*». A máscara voltára a facilitar a impunidade de tôdas as violações e de todos os crimes. De novo perseguida pelos meirinhos, de novo caçada pelos beleguins, — refugia-se nos palanques de toiros e torna a aparecer nas grandes toiradas do Terreiro do Paço que festejaram em 1752 a aclamação do rei D. José, e em que,

mais do que as bravuras de picaria do Vitorino e do Roquete, ficaram célebres os gigantes mascarados, de nariz postiço à moda de Veneza e maças doiradas ao ombro, inventados pelo marquês de Alegrete para comandar os moços que aguavam a praça depois de cada morte de toiro. Daí, as máscaras invadiram as dansas de terreiro, que era costume dançarem-se no fim das corridas reais, e apareceram nas faces dos próprios espectadores das tranqueiras, que compravam, pelo preço dum farrapo de veludo, o direito de se insultarem e de se esfaquearem uns aos outros. A conseqùência foi proìbirem-se as máscaras nas toiradas, — como se tinham proìbido nas procissões, como se tinham proìbido nas ruas (alvará de 25 de Julho de 1765). Quando, em 1781, o embaixador de Espanha na nossa côrte deu, no antigo palácio da Inquisição, um sumptuoso baile de máscaras solenizando o ajuste de casamento do príncipe D. João com a princesa Carlota Joaquina, as máscaras foram ainda expressa e positivamente proìbidas para evitar não só a existência de intrusos, mas os escândalos dos próprios convidados. A *Gazeta de Lisboa*, jornal oficial do tempo, explica a proìbição feita: «*Nos bilhetes de convite se advertiu que não se levasse máscara na cara, tanto para impedir que alguma não convidada se introduzisse, como para que reinasse a alegria,*

franqueza e decôro, e para maior facilidade em país pouco acostumado a semelhantes divertimentos, se permitiu aos convidados que não gostassem de apresentar-se em trajos disfarçados, o poderem ir vestidos ao uso comum, contanto que levassem a insignia da máscara em qualquer parte». O resultado era fácil de prever. Pouco educados e pouco preparados para a innovação do *travesti*, com o escrúpulo e o acanhamento que a *Gazeta* oficial previra, os elegantes e os peraltas de 1781 foram ao baile da embaixada de Espanha vestidos à época — e com as máscaras presas ao ombro por um laço de fita...

Ora o maior título de glória do Carnaval romântico é precisamente a reabilitação da máscara. Perseguida durante quatro séculos em Portugal, a máscara veio encontrar no Romantismo completa tolerância e relativa liberdade. O teatro do pátio do Patriarca, abrindo as suas portas a homens e mulheres mascaradas, e dando o primeiro baile público de Lisboa, proclamou eloqùentemente a reabilitação dêsses dois dedos de veludo, conhecidos até então como expediente covarde de assassinos e como recurso extremo de ladrões. A mascarilha italiana de riço preto ou de sêda, os narizes de *Pulcinella* e de *Pantalone de Veneza*, as ante-faces ligeiras de *Silvia* e de *Mezettino*, de *Ar-*

lechino e de *Ninetta*, que as Ordenações do Reino e os alvarás tinham perseguido nas procissões e nas ruas, nos teatros e nas toiradas, entraram definitivamente na onda convulsa da moda, como armas femininas de galanteria e de sedução, de tentação e de mistério. Todo o prestígio do Carnaval romântico reside, daí por diante, na máscara que intriga, e na dansa, que excita. A Ópera, em Paris, dá o *la* dos bailes de máscaras e de costumes, sob a influência dos dois grandes génios do Carnaval francês: Devèria, — os figurinos; Musard, — a dansa. Lisboa responde ao gesto da batuta de oiro dêsse Paganini da polca e da farândola, — dando em S. Carlos, em Fevereiro de 1836, na emprêsa Lodi, o primeiro baile regular, *costumé et masqué*. Por um anacronismo explicável, ou pelo receio de que os ódios e as paixões políticas utilizassem a máscara, o Intendente da Polícia quis ainda proìbir a caraça nos homens; mas em breve estabeleceu uma ampla e bem entendida tolerância, e, daí por diante, pelas fidalgas portas de S. Carlos entraram largamente os mascarados de ambos os sexos, sem que qualquer ordem importuna lhes tolhesse o passo. A nossa Ópera, o palco tradicional onde galanteára El-Rei Junot, de gola bordada de palmas de ouro e chambrié em punho, comandando bailarinas como quem comanda esqua-

drões de cavalos, continuou a abrir-se ao delírio dos bailes românticos, amplamente, confiadamente, vindo as bailarinas e primadonas — entre elas a própria Boccabadati (1841) — iniciar na sala a série vertiginosa das valsas, com uma *loup* de veludo na face e uma *écharpe* de musselina pelos ombros...

O PADRE LAGOSTA

O padre José Agostinho de Macedo, o panfletário admirável da *Bêsta Esfolada*, um dos mais assombrosos prosadores de que se orgulha a língua portuguesa, foi, como se sabe, frade correado de Santo Agostinho no Convento da Graça, de Lisboa.

Homem violento, insubmisso, inadaptável, convulsivamente amoral, natureza exuberante e tempestuosa, poço de vícios e de devassidão, negação formal e convicta de tôda a humildade e de tôda a virtude, o filho do modesto ourives de Beja poderia ter sido, quando muito, um soberbo frade goliardo do século xv, gordo e livre, corredor de tabernas e rufião de môças de véu açafroado, — mas não daria nunca um eremita calçado de Santo Agostinho, ponderado e composto, erudito e grave, exemplo de observância virtuosa e de devoto escrúpulo, rigorosamente submetido, como uma ovelha, à regra e às cons-

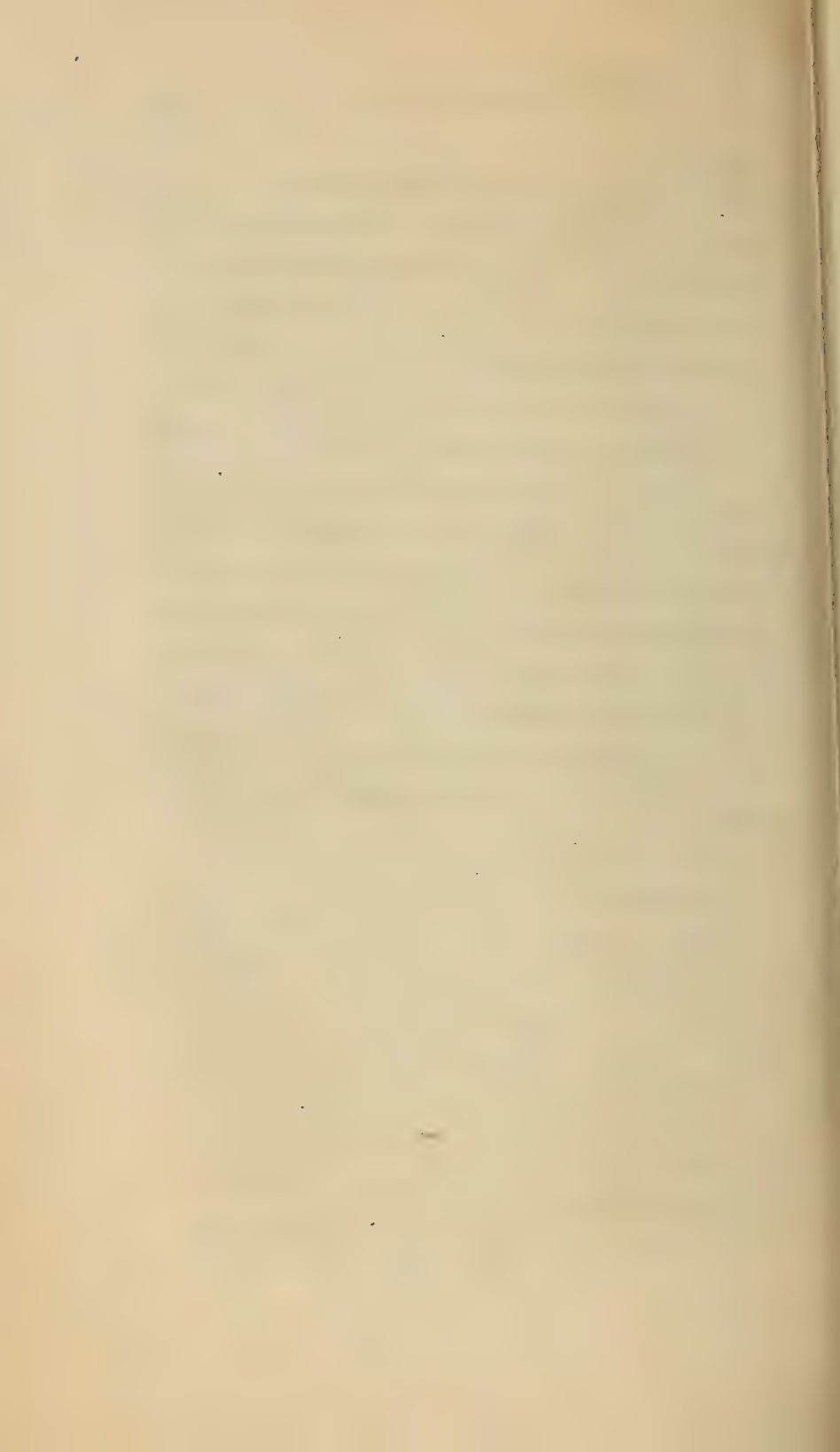
tituições da Ordem. A sua profissão foi uma cegueira paterna. Aos 30 anos, depois de várias vezes sentenciado por apostasia, violência, roubo e escândalo público, o padre Macedo teve de ser expulso pelo provincial da Ordem de Santo Agostinho, privado do hábito em acto de comunidade e posto fora da portaria do convento.

O acaso trouxe ao meu conhecimento uma relação de tôdas as sentenças proferidas contra o autor dos *Burros,* durante o tempo em que êle se chamou, na religião, frei José de Santo Agostinho. A primeira foi dada no convento de S. João Novo, do Pôrto, a 17 de Agosto de 1782, pelos crimes de apostasia cometidos no Colégio de N. S. do Pópulo de Braga, fuga com arrombamento e roubo de livros da livraria do mesmo colégio. A segunda foi dada em Évora, no Convento de N. S. da Graça, a 21 de Março de 1785, por «apostasia e outros enormes delitos». A terceira, no Convento da Graça de Lisboa, a 22 de Julho de 1788, pelos crimes de apostasia, segunda fuga de cárcere, novo roubo de livros na livraria dos gracianos e escândalo de mancebia com Cláudia Maria Benigna, mulher de má vida, moradora no bêco das Beguínas. O frade foi, então, considerado incorrigível e digno de ser expulso da comunidade, valendo-lhe o núncio apostólico, que mandou suspender a sentença e desterrar o delinqùente para o convento de Tôrres Vedras,

onde seria absolvido da apostasia e punido na forma da constituïção. Mas nem por isso frei José de Santo Agostinho se emendou. Metido de gôrra com outro frade graciano devasso, frei Francisco, natural de Vacariça, não houve violências e ignomínias que ambos não cometessem. Fugiam os dois do convento, de noite, em hábitos seculares; corriam as alfurjas da antiga Lisboa onde as môças tairocavam às portas, de alpercate arreganhado e saias verdes e crêspas como chicórias; saíam das tabernas bêbados, — e remangando de facas de ponta de diamante ou de cacetes curtos de carrasco ou de zambujo, anavalhavam e deslombavam os mariolas de capote, com uma batuta mais lesta que a de David Peres na missa grande de S. Marcos. Surpreendido, preso pelas «môscas» da Intendência de Polícia, metido no Limoeiro, — frei José de Santo Agostinho é de novo transferido, por ordem do núncio, que manifestamente o protegia, para o convento de S. Paulo, de Lisboa. Aí, toma-se de amores por uma cómica de Salitre; assaltam-no necessidades urgentes de dinheiro, sobe de noite à livraria riquíssima do convento, rouba livros e vai vendê-los, sob o nome suposto de «Francisco Alves Martins», a três livreiros da cidade. Denunciado o roubo pelo reitor dos Paulistas, foge do mosteiro; é prêso, à ordem da Intendência, levado para o castelo de S. Jorge e metido no

segrêdo; vale-lhe ainda o núncio, que o manda recolher a cárcere privado no seu convento da Graça, onde lhe dão por carcereiro um velho leigo, frei Leandro da Conceição. Uma bela noite, quando o leigo e um môço lhe levavam a ceia, o padre *Lagosta*, entroncado e robusto, apaga a candeia, rapa dum cacete, salta no môço, quebra a tijela, desasa o frade, ganha a portaria, foge do mosteiro, — e de novo prêso, julgado e sentenciado, o provincial da Ordem manda, por uma vez, arrancar o hábito àquela ovelha gafa de Santo Agostinho, expulsá-lo do mosteiro e da comunidade e relaxá-lo às justiças ordinárias pelos crimes de furto de livros e de concubinato. Foi esta a quarta e última sentença proferida contra o grande jornalista da *Tripa Virada*, em 27 de Janeiro de 1792.

Clérigo secular, livre do hábito e da vida claustral, onde a sua natureza impetuosa e o seu soberbo instinto de rebeldia e de independência se sentiam esmagados e oprimidos, — começa então para José Agostinho de Macedo uma vida de luta e de miséria, de vergonha e de glória. O grande mestre que ensinou a arejar, e desarticular, a desenferrujar a prosa portuguesa, o primeiro e o maior dos nossos jornalistas de todos os tempos, em cuja palavra espirra sangue e latejam clarões, — foi, daí por diante, durante trinta e nove anos, a mais abjecta e a mais ilustre, a

mais torpe e a mais brilhante das carcassas gloriosas da velha Lisboa. Em 1828, já minado pela doença, o padre Macedo agoniza numa cama da enfermaria de Pedrouços. «*Capitularam a minha dolorosa enfermidade de hemorróides vesicais*—diz êle, numa das suas cartas—; *entupem-me a uretra, e não vem urina, vem sangue, com dores onde não chega o sofrimento humano...*» Nos últimos tempos, esboça um delírio de perseguições; afirma que o conde da Cunha encarregou uma velha de o assassinar em Pedrouços, cái numa penúria extrema de que mal o arrancam as freiras trinas do Rato; e quando finalmente morre dum ataque de uremia, em 2 de Outubro de 1831,—atrás do côche da Casa Real que, por ordem do rei D. Miguel, transporta o seu cadáver, os garotos gritam, tripudiam e cantam...

EM 1842

O príncipe Lichnowki, filho, segundo creio, do célebre melómano Carlos Lichnowski, que protegeu Beethowen e que lhe arbitrou uma pensão anual de seiscentos florins quando o grande artista perdeu o logar de organista do príncipe Max Frederico,—esteve em 1842 em Portugal e deixou, num interessante livro de viagens, a impressão do que viu e do que ouviu. Nesse livro, largamente discutido na imprensa do tempo, passam, em rápidos apontamentos que são, às vezes, caricaturas admiráveis, algumas das figuras mais representativas da plutocracia e da alta política nos primeiros anos do constitucionalismo português. É possível que nas apreciações, quási sempre demasiado vivas, e nos retratos, sempre excessivamente característicos, que o diplomata austríaco nos deixou na relação da sua viagem, haja muito exagêro e algum mal disfarçado desdém; mas são tão flagrantes os tipos

que êle nos descreve, há tanta verdade e tanta exactidão de colorido nos aspectos e nos episódios que o livro revive, alguns dos quais, como o *Palácio de Queluz* ou a *Abertura das Côrtes*, o *S. João na Alhandra* ou as *Ruas de Lisboa*, parecem aguarelas duma frescura e duma leveza incomparável, — que perante a obra de Lichnowski, como perante as páginas de Beckford ou de Link, de Twiss ou de Dalrymple, do conde José Pecchio ou do *ci-devant duc du Châtelet*, temos de confessar que foram sempre os estrangeiros os melhores observadores dos nossos costumes e, pelo menos no que respeita à segunda metade do século XVIII e á primeira metade do século XIX, as mais preciosas fontes para a história anedótica dos homens e das coisas do passado.

É a-través das páginas vivas e pitorescas de Lichnowski que nós vemos a figura nobre e um pouco hirta do duque da Terceira, grande cozinheiro e homem de bom gôsto, organizando êle mesmo os excelentes jantares que dava ao corpo diplomático no seu palácio de S. João da Praça; é o ilustre austríaco que nos revela as fraquezas de *parvenu* do marechal-duque, entrando solenemente em dias de beija-mão na *Sala dos marechais* do Paço das Necessidades, esticado na sua farda azul de palmas de oiro, e colocando-se sempre, em atitudes, diante do seu próprio re-

trato. São pequenas notas eloqüentes que definem uma figura. São traços que não esquecem e que marcam um carácter. A observação penetrante de Lichnowski surpreende os ridículos e adivinha os homens. É êle que nos mostra hoje, em três, quatro linhas fugitivas da sua prosa serêna, que se diria tocada pelo *humour* de Thackeray, aquele sorriso indefinível, aquele sorriso postiço do duque de Palmela, — «homemsinho de insignificante estatura, rosto pálido, nariz adunco, feições italianas, sem distinção nem autoridade». E nós vemos o duque, glabro, irónico, vulgar, minúsculo, empoleirado na presidência da Câmara dos Pares, o *Tosão de Oiro* faíscando-lhe ao pescoço, o eterno sorriso subtil e frio dos diplomatas franzindo-lhe levemente, quási imperceptívelmente, os beiços finos de italiano. Agora, compara Costa Cabral a Thiers, — a mesma figura raquítica e macilenta, a mesma face pálida de sofrimento, os mesmos olhos ardentes, a mesma fisionomia inspirada nos instantes de entusiasmo e de luta; — logo, descreve o marquês de Loulé, na abertura da sessão parlamentar de 1842, «vestido como os grandes de Filipe II, espécie de Buckingham querido de rainhas galanteadoras, homem perigoso que passou a vida a fazer andar à roda a cabeça de tôdas as mulheres». E em volta de Palmela, de Costa Cabral, de Loulé, de Terceira,

são tôdas as figuras da alta política constitucional que surgem nas páginas evocadoras de Lichnowski — é Sá da Bandeira, surdo, enérgico, o braço ao peito, o corpo cheio de balas como uma patrona, levando horas na Câmara a gaguejar um discurso; é o conde da Taipa, truculento, gesticulando e gritando com um ardor de *meeting* irlandês; é o vinconde de Laborim, aos pulos na sala, sem deixar falar ninguém, «as mãos sempre colocadas sôbre uma parte que a púdica mas desengraçada casaca moderna oculta nas suas abas pendentes»; é o calvo e distinto conde de Vila Real, incapaz de dizer duas palavras; é o padre Marcos, confessor e esmoler da raínha; é, finalmente, o conde de Lavradio, rouco, disforme de cara, grosseiro de expressões, ululando em meio duma onda de casacas negras. Tudo isto vive, tudo isto se move numa luz crua de verdade, que desconcerta e impressiona. Á porta do Parlamento, Lichnowski mete-se na sua sege — têrmo médio horrível, diz êle, entre o *droschke* de Berlim e o *fiacre* de Paris — e bate para as Necessidades, onde fala à raínha «cujos olhos azúis, cujo cabelo loiro, cujo lábio grosso traem a casa de Áustria»; ou para Belém, onde vê o rei, fulvo, magro e môço, montado no seu cavalo *Rob Roy;* ou para o Ramalhão, espécie de exílio, onde a infanta Isabel Maria chora ainda o seu lindo príncipe D. Miguel, o D. Miguel do re-

trato de Giovani Ender, e aparece a Lichnowski, modesta no seu vestidinho preto, os olhos baixos e tristes, as mãos gelatinosas e sem jóias, recordando sempre o antigo Portugal apostólico, o Portugal dos frades e do cacete, o Portugal que na sua frase predilecta, «era um ovo, — pequenino mas cheio»...

Lichnowski foi excessivo alguma vez na sua pintura? É possível. Era um homem de espírito e um observador. Os nossos ridículos deviam tê-lo impressionado, — mais do que a nós próprios. Conheceu-nos. E, como disse um dia o velho marquês de Bouflers, — «só são excelentes as pessoas que nós não conhecemos».

DON JUAN

Também tivemos o nosso D. Juan.

Chamava-se Rúi Mendes de Abreu, blasonava de cinco asas de oiro, cortadas de sangue, sôbre campo de goles, e era, como João de Maraña, um conquistador sinistro e um fidalguíssimo canalha. A sua devassidão e a sua espada espalharam o terror por tôdas as vilas e logares da ouvidoria de Montemor e da correição de Coímbra. Violou, assassinou, incendiou, roubou. A virgindade e o pudor foram brinquedos sangrentos nas suas mãos. Ultrajou a velhice, poluiu a inocência, desonrou a virtude. A abadessa de Nossa Senhora dos Campos, em o pressentindo, aferrolhava tôdas as portas do mosteiro. Em Cantanhede, ao nome de Rúi Mendes, as mulheres tremiam e enterravam-se as pratas. Quando, finalmente, meirinhos e quadrilheiros o prenderam no logar de Carapinheira, atirou por cima de um muro, para um souto de carvalhos, a espada que o

acompanhára tôda a vida. Há quem conserve ainda essa espada, com a sua tijela, gasta e mordida da ferrugem, as suas guardas e contra-guardas espanholas, a sua enorme lâmina onde se lê, dum lado — *Alonzo de Sahabon, Toledo,* do outro — *Dios y mi honor.* Condenado a morrer na forca, Rúi Mendes, que vivera sem honra e sem Deus, foi degolado, por fidalgo, na madrugada de 6 de Novembro de 1679.

Da sentença dada contra Rúi Mendes de Abreu, existe um traslado no códice 1161 da Tôrre do Tombo. Li-a, há seis anos, por acaso; extractei-a; meti os verbetes entre as fôlhas do *Convidado de piedra,* de Tirso de Molina. Era uma figura a pôr de pé. Era uma versão portuguesa do D. Juan Tenório. Pertencia à estirpe de nobilíssimos facínoras que deu, em 1660, o senhor do Paul de Boquilobo. Interessou-me. Vi o homem, através do processo. Ignóbil como um salteador de estrada; orgulhoso como um grande de Espanha; enfojado, como uma fera, na sua casa solarenga de Ancião, hirsuta de cunhais de armas e apojada de clavinas e de arcabuzes. Família? Não a tinha. Amigos? Não podia tê-los, quem nunca sorvera o leite da ternura humana. Só malfeitores da terra, acolhidos ao seu caldo e às suas patacas de prata. Uma espada de ferro, um chapéu de abalroar, três costelas de oiro, um rosário atado no punho, — Deus na bôca, o diabo na

alma. Os seus crimes são a sua pintura. Todo o processo ressuma sangue.

Um dia, pela estrada de Anciães, caminhava uma liteira, ao sol, no passinho choutão dos machos, levando uma rapariga de 18 anos e o pai, um velho. Rúi Mendes cai sôbre o liteireiro, despeja-lhe uma pistola nos miolos, atravessa o velho com a espada, leva a môça, violenta-a, tem-na uma noite a dormir no seu leito, e, de manhã, atira-a nua para a estrada, ao desamparo. Outro dia, cobiça uma viúva môça e rica do logar do Canassal, Francisca Gaspar; promete-lhe casamento; e, como não é atendido, espera a noite, assalta a casa, assassina os criados, amordaça a mulher, possúi-a pela violência, rouba-lhe dois relicários de diamantes, e deixa-a, desmaiada, ao pé dos cadáveres. Mais tarde, encontrando Silvestre Pires, pede-lhe a filha para comborça; o homem quer repelir a afronta; Rúi Mendes agarra um arcabuz e vareja-o. Dias depois, faz o mesmo pedido à mulher de António Ruiz, reclamando-lhe uma filha; os pais acedem, a tremer de mêdo: como a rapariga se recusa a entrar na casa de Ancião, o fidalgo procura-a, dá com ela ao pé duns sovereiros, amordaça-a, estupra-a, amarra-a a um tronco e, a cantar, retalha-lhe as costas com um vergalho de boi. Uma noite, uns homens, na companhia duma irmã, môça bonita, vão pousar a Tentugal à estalagem de Maria Si-

mões; Rúi Mendes apetece a mulher; oferece-lhe, para a levar comsigo, uma pataca de prata do Perú; os irmãos saltam, acodem; o primeiro fica na espada do fidalgo; o segundo cai, com dois quartos de arcabuz no peito, — a môça é ultrajada, nos catres da própria estalagem, sem lhe valer fôlego vivo. Afinal, inesperadamente, Rúi Mendes de Abreu é preso por querer roubar a prata que um mochila traz num alforge. Resiste; mata um meirinho a tiro, evade-se; quer escalar de noite o mosteiro de Santa Clara. No logar de Carapinheira fortifica-se, recolhe criminosos, insulta a justiça, fuzila quadrilheiros e povo. A casa é assaltada; agarram-no; a espada voa-lhe para cima dum muro; a fera chora e entrega-se. Quando lhe lêem a sentença, Rúi Mendes, pálido, ramalhante de rosários e de cruzes, balbucia, numa voz apagada:

— Quero comungar.

Três dias depois, a cabeça rolava-lhe, numa golfada de sangue.

TIPOS DE ONTEM

Pensei há anos em recolher elementos para uma história anedótica da sociedade portuguesa na segunda metade do século XIX. É a anedota que nos dá com precisão e côr, pitoresco e movimento, a fisionomia exacta das épocas. A anedota consagra a história — disse um dia Claretie. É através dela que os tipos do passado surgem vivos, flagrantes, animados. Cheguei a reünir um largo *dossier*. Ao percorrê-lo por alto, achei-lhe interêsse. Vou reproduzir algumas fôlhas, sem alterar a sua prosa rápida de simples apontamentos.

*

O velho marquês de Penalva era um tipo *ancien-regime*, muito fino, muito distinto, muito feio, — a mesma fealdade clássica da tia marquesa de Chaves. O leão de goles dos Silvas, o campo de oiro dos Teles. A sua preocupação su-

prema consistia no asseio,—um asseio meticuloso, escrupuloso, patológico, que tinha qualquer coisa do delírio do tato. Quando via de longe a figura mal tratada e inculta do primo Anjeja, fugia espavorido, entrava na primeira porta de escada, sumia-se, desaparecia. Apertar a mão a alguém sem luvas calçadas era para êle o maior dos sacrifícios. Nalgumas casas fidalgas onde tinha mais intimidade e maior permanência, era sabido: depois dos apertos de mão e dos cumprimentos da entrada, vinha um criado, imperturbável, com uma bacia de prata, um gomil de água às mãos e uma toalha de rendas. Por fim, já muito velho, morreu como tinha vivido: a lavar as mãos.

*

Como contraste, o velho dr. Baleisão. Sobrecasaca vintista de briche português, gravata de três voltas, hábito de Cristo na lapela, uma caixa de oiro, de rapé, entre os dedos, — porco, muitíssimo porco, inverosimilmente porco. Quando, um dia, certa senhora maliciosa aludiu, diante dêle, aos hábitos demasiado omissos da sua higiene, o dr. Baleisão, muito formalizado, muito grave, objectou: — «Pois, minha excelente senhora, de porcaria ainda ninguém morreu, — e de tomar banho tem morrido um horror de gente!» Tal qual como o D. Luís da Costa, que ficava

lisonjeado, penhoradíssimo, verdadeiramente confundido, quando alguém lhe dizia, à queima-roupa: — «Como você vem sujo, meu caro D. Luís!»

*

O marquês de Penalva era muito devoto e muito casto. Nos bailes dados em sua casa, as senhoras não iam decotadas. Era a condição. Não se via a carne branca dum seio entre os *cotpalys* ligeiros e os tufos de *gros* de Nápoles, as charpas de musselina e as *chevalières* de organdi côr de rosa. Estavam proìbidas as valsas. Só se dansavam contradansas solenes como minuetes, — passeios graves, ao som de rabecas, com os olhos no chão como S. Francisco de Assis. Quando, porventura, uma mulher bonita o perturbava, o marquês metia-se a um canto e esbofeteava-se, duramente, para castigar as tentações da carne. De repente, nos bailes dos marqueses de Viana ou de Penafiel, no *Manteigueiro* ou na Assembleia Estrangeira, ouvia-se o ruído sêco duma bofetada: era o marquês de Penalva que tinha visto algum decote mais aberto ou algum tornozelo fino de mulher surgindo do balão amarelo duma saia Ninon.

*

O conde de *B.* é um verdadeiro fidalgo, tipo da mais pura graça portuguesa, homem de le-

tras nas horas vagas, homem de bem como os melhores. Comeu sempre ávidamente, devoradoramente, vertiginosamente, — espécie de *Curcúlio* de Plauto, de *Gargântua* do cura de Meudon. Um dia, à mesa do Paço, ao vê-lo trincar, com um apetite de fera, a polpa sangrenta dum admirável lombo Cambacères, o rei D. Carlos não pôde dominar-se e disse-lhe, sorrindo: — «Muito comes tu, ó *B.!* Isso faz-te mal!» — «Eu, meu senhor?» — protestou admirado o fidalgo, ainda com a bôca cheia, pousando sôbre o prato do Japão o seu talher de prata. E logo, com a maior impassibilidade do mundo: — «Pois creia Vossa Majestade que nunca tinha dado por isso. Quando janto em casa, ninguém repara; quando janto fora, ninguém m'o diz...»

*

Quando se cunharam as primeiras moedas de dez tostões, dizia o mesmo conde de *B.*, mostrando uma delas ao rei: — «Ainda bem que fizeram estes duros de prata, meu senhor, porque Vossa Majestade tem engordado tanto que já não cabia nos cinco tostões...»

*

O conde de F. era um paralítico geral. Delírio episódico de grandezas. Julgava-se embaixador

na Rússia. Alucinações; delírio sensorial. Consultado um especialista de doenças nervosas em Paris, e pedido o seu conselho, respondeu: — «Só peço a Deus que se algum dia os meus parentes me virem neste estado, não me obriguem ao suplício duma viagem como esta». No regresso, o velho fidalgo enfurecia-se, rugia, apontando o tecto da *cabine* em que viajava: — «Êste tecto doirado que me mandou fazer o Figueiró está indecente! Não posso dar bailes!» Já nos pródromos da sua peri-encefalite, deixava por tôda a parte cartas de mulheres para que todos as lêssem e vissem como êle era amado. Por fim, numa recepção do Paço, quando já estava substituído no seu cargo palatino, apareceu como um espectro, cheio de gran-cruzes, a tremer, a arrastar-se pelas salas, a querer fazer tudo o que via fazer aos outros... Triste ruína dum homem que foi, na sociedade do seu tempo, uma das mais altas expressões da nobreza do espírito e da nobreza do nascimento!

*

O conde de M. interessou-se durante muito tempo por que fôsse feito cónego certo padre que estava colado prior em qualquer freguesia rural do Alentejo. Nunca o conseguiu, porque o padre era tão simples de espírito, que depois de falar cinco minutos com êle nenhum ministro

da Justiça teve coragem para o elevar ao canonicato. Era um homemzarrão alto, reforçado, hercúleo, religioso, muito lido em teologia ascética, e duma tão escrupulosa virtude, duma tão meticulosa intransigência em questões de sexo, que nunca montava em éguas, — sempre em cavalos. Como o bispo o admoestasse por isso, — passou a andar de cadeirinha, mas não transigiu. Vivia com uma irmã velha e feia. Um dia quis pô-la fora de casa, porque, ao revolver-lhe o açafate da costura, encontrou as agulhas e os alfinetes dentro do mesmo agulheiro. — «Não quero poucas vergonhas de portas a dentro! — rugiu, apoplético. — Meta as agulhas num agulheiro e os alfinetes noutro!» Pelo Natal escrevia autos sacramentais e fazia-os representar por matulões do sitio. Um dêsses autos ficou na tradição como modêlo de sagrada imbecilidade. A Virgem entrava, no seu estado interessante (era o barbeiro da terra), e atrás S. José, com um lírio espetado na mão, vinha dizendo à espôsa:

Ó vós, celeste Rainha,
Sentai-vos nessa cadeira.

E depois para o público, na mais lírica estupidez do mundo:

Ela vem desta maneira,
Mas a obra não é minha.

*

Há muitos anos, quando foi governador civil de Lisboa o velho marquês de Fronteira, pensou-se em limpar de *mauvais lieux* as ruas da Baixa, acumulando na Alfama e nos bairros altos as profissionais do amor. É claro,—as mulheres protestaram. O govêrno civil era invadido todos os dias por ondas de saias de ganga amarela e de chinelas polidas, que vinham reclamar, tumultuosamente, a sua reintegração na *Cythéra* do Arco do Bandeira. O marquês, que se recusára sempre a atendê-las, acabou por declarar que receberia no seu gabinete qualquer comissão decente, ordeira e correcta, capaz de expor em termos menos violentos os motivos das suas reclamações. A comissão apresentou-se no dia seguinte,—e o marquês recebeu-a. Era constituida pelas mais lirós das *filles de joie* da Baixa de há cincoenta anos,—um corpo de baile de fregonas de chapelinho Bolivar e saia de balão, chaile de *gros* de France e botinas rasas de duraque, comandado por uma *madre Celestina* de bigode, que se remangava como um magarefe e praguejava como um boleeiro. Precisamente no instante mais sugestivo do discurso das mulheres, o secretário geral anunciou:

—Sua Eminência o Cardeal Patriarca.

O marquês quis ainda salvar a situação, evitar

aquele encontro imprevisto e desagradável, — mas não foi a tempo; o solidéu vermelho do velho e distintíssimo cardeal D. Guilherme assomava já, afastando o reposteiro do fundo:

— Dá licença, meu caro marquês?

O marquês de Fronteira correu logo a beijar-lhe o anel, a desviá-lo, a afastá-lo, mas o prelado, galante como o cardeal de Rohan, vendo vagamente que estavam ali senhoras, encaminhou-se para elas, curvou-se todo numa mesura e articulou risonho, franzindo os olhos de míope:

— Eu de-certo já tive a honra de cumprimentar v. ex.as em casa do nosso marquês...

E por mais que o velho fidalgo fizesse para desviá-lo, não pôde evitar que o cardeal patriarca de Lisboa beijasse naquele dia, uma por uma, as mãos nem sempre irrepreensivelmente finas das mais conhecidas mundanas dos Capelistas e do Passeio Público...

*

O *S.* é um alcoólico de sessenta e oito anos, elegante, sibarita, artério-escleroso. Á primeira vista, de longe, parece ainda um rapaz. — «Como conserva você essa mocidade eterna?» — perguntaram-lhe um dia. — «É simples, meus filhos: nada de álcool. Exercício, dois namoros em pontos opostos da cidade, — mas, sobretudo,

nada de álcool. Levanto-me cedo, de manhã,— e bebo um copo de Colares. Depois saio, uma orquídea na lapela, uma *badine* na mão,—e, lá por fora, outro copo de Colares. Nada de álcool. Venho para casa, almoço bem, o meu bife, os meus ovos mexidos,—e por cima o meu copo de Colares. Ando por aí, faço horas, vou ao Grémio às 5, janto no Tavares às 7,—outro copo de Colares. Nada de álcool,—é o meu segrêdo. Á noite deito-me,—um beijo à *Lola*, uma página de Bourget, um copo de Colares. Emfim,—nada de álcool, meus filhos, que é o que dá cabo da gente. Nada de álcool!»

*

O velho Domingos Ardisson tinha umas barbas enormes, ondeadas, maravilhosamente tratadas, névoa oleosa de prata que êle penteava a tôda a hora com o cuidado dum mestre riçador e polvilhador do século XVIII. Para que o vento lh'as não despenteasse pelo caminho qüando ia a algum baile, às Laranjeiras ou ao palácio do Rato, ao Penafiel ou às Kruses da rua Formosa, metia as barbas num saco,—e atava o saco à cabeça.

*

O conde de Ceia, a primeira criança, além de príncipes e infantes, que teve em Portugal berço

de prata, veio a morrer pobre numa cama de hospital. Era filho do conde de Ceia e da filha dum negreiro, que maltratava e vèxava o marido, mas por quem o velho fidalgo tinha uma paixão doida. Nasceu enfermiço, degenerado, idiota. Era um psicopata sexual. Andava pelas ruas, trôpego, babado, os dedos cheios de anéis. Se o primeiro desconhecido se acercasse dêle e lhe gabasse as jóias, o desgraçado balbuciava logo, risonho, deixando-lh'as nas mãos:

— Queres? Queres?

E assim se foi tudo. Enterraram-no na vala comum.

ÍNDICE

ÍNDICE

O que eu lhe disse das Mulheres:

O que eu lhe disse da Arte:

O que eu lhe disse da Guerra:

O que eu lhe disse do Passado: